UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – CCHE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

HUDSON CAMPOS NEVES

MÍDIA IMPRESSA E DEMOCRACIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ELEIÇÃO DE 1985, EM FLORIANÓPOLIS, NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO *O ESTADO*

FLORIANÓPOLIS - SC
2016

HUDSON CAMPOS NEVES

MÍDIA IMPRESSA E DEMOCRACIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ELEIÇÃO DE 1985, EM FLORIANÓPOLIS, NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO *O ESTADO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História do Tempo Presente. (Culturas Políticas e Sociabilidades)

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

FLORIANÓPOLIS - SC
2016

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

N518m Neves, Hudson Campos

Mídia impressa e democracia: um estudo de caso sobre a eleição de 1985, em Florianópolis, nas páginas do periódico *O Estado* / Hudson Campos Neves. - 2016.

330 p. il.; 21 cm

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn

Bibliografia: p. 321-330

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

1. Ciência Política - História. 2. Eleições - Santa Catarina - História. 3. Periódicos brasileiros. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 320.09 – 20.ed.

Hudson Campos Neves

"Mídia impressa e democracia: um estudo de caso sobre a eleição de 1985, em Florianópolis, nas páginas do periódico O Estado".

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador: _____

Doutor Reinaldo Lindolfo Löhn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Adriano Luiz Duarte
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro: _____

Doutor Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 7 de abril de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, irmãs e ao Toby: as dificuldades existiram e nós bem sabemos. Mas houve unidade neste grupo de pessoas, ao qual me incluo. Há também perseverança e esperança, em cada um de nós. Seguimos caminhando e alimentando nossos sonhos.

Sou muito grato ao professor Reinaldo por acreditar neste projeto, pela orientação cuidadosa, paciente, pelos ensinamentos e também pela compreensão que sempre demonstrou ao longo deste percurso.

Às professoras do Programa de Pós-Graduação em História: Silvia Arend, Janice Gonçalves, Marlene de Fáveri e Luciana Rossato, pois ministraram disciplinas que foram muito importantes ao longo desta caminhada e que influenciaram na construção deste texto.

Aos colegas do grupo de estudos: Juliana, Cristina, Geovanni, Vinícius, Luciana e Ricardo. Nossos encontros e debates, contando sempre com a presença do prof. Reinaldo, se constituíram em momentos fundamentais de reflexão e trocas de ideias.

Aos camaradas Leonel, Afrânio, Anderson, Edemiler, Sérgio Murilo, Félix e Eduardo: cuja companhia me fez pensar

na relevância de se estudar a respeito de mídia impressa e eleições.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina: Alzemi e Almeri Machado: sempre solícitos e, sobretudo, conhecedores da História Política de Florianópolis. Agradeço também ao Cristiano, por toda gentileza.

Ao Maurício, da Biblioteca Central da Udesc, por não permitir, por uma vez sequer, que eu saísse da Biblioteca sem um livro do qual precisasse.

Aos professores Luís Felipe Falcão e Luciana Rossato, pela leitura atenta e pelas contribuições na banca de qualificação.

Aos professores Adriano Duarte e Luís Felipe Falcão por aceitarem o convite para participar da banca, e pelas contribuições para este trabalho.

Ao Gabriel e ao Daniel. O primeiro por me incentivar a fazer o mestrado e o segundo por alimentar debates políticos infindáveis. Com ambos eu tenho a felicidade de compartilhar um sentimento valoroso de amizade.

Ao Fabio, pela camaradagem de sempre.

À Jocemara, pelo carinho e companheirismo.

Este trabalho teve financiamento de bolsa Promop e bolsa Capes-DS.

RESUMO

Esta dissertação analisa a maneira como o periódico catarinense *O Estado* construiu uma narrativa acerca da eleição municipal para prefeito, ocorrida em Florianópolis no ano de 1985. Parte-se do pressuposto que os grupos de mídia possuem importância para compreender as relações políticas no Brasil contemporâneo, considerados aqui como atores políticos. O texto aborda a relevância das eleições na transição para a democracia e o retorno das eleições diretas em capitais de estado. A conjuntura política do ano de 1985 em Santa Catarina. Procura mapear as campanhas eleitorais nas páginas do periódico. Também analisa seus editoriais. Busca-se analisar estratégias narrativas utilizadas pela mídia impressa em questão, que ao cobrir o acontecimento eleições, forma posições e procura interferir no andamento da campanha eleitoral.

Palavras-chave: História Política. Mídia Impressa. Redemocratização. Eleições. História de Santa Catarina.

ABSTRACT

This dissertation analyses how the editorials from the periodical Catarinense "*O Estado"* built up a narrative during the municipal elections for mayor of Florianópolis in 1985. The research is based on the assumption that the media corporations not only have an important role to play in weighing up and understanding political relations in modern Brazil, but that they are themselves part of the political process. This work examines the significance of these elections in the transition to democracy and its return to all State capitals in Brazil. It also gives an overview of the political environment of Santa Catarina in 1985. The study was based on the reading and mapping of information provided by the periodical issues published over the course of the electoral campaigns. This dissertation takes an in-depth view of the narrative techniques used by the printed media, whose coverage of the electoral campaigns was biased and interfered with the fluidity of the campaign.

Keywords: Political History. Printed Media. Redemocratization. Elections. History of Santa Catarina.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AST	Aliança Social-Trabalhista
ESAG	Escola Superior de Administração e Gerência
LADESC	Liga de Apoio ao Desenvolvimento de Santa Catarina
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileira
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....17
1 A RELEVÂNCIA DAS ELEIÇÕES NA ABERTURA POLÍTICA.....49
1.1 ELEIÇÕES E DITADURA: A BUSCA POR LEGITIMIDADE.....51
1.2 ELEIÇÕES E A ABERTURA POLÍTICA.....63
1.3 O ANO DE 1984: REPERCUSSÕES NA POLÍTICA CATARINENSE.....80
1.4 20 ANOS DEPOIS: A ELEIÇÃO PARA PREFEITO NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS.....119
2 AS CAMPANHAS ELEITORAIS DE 1985 NA PÁGINAS DO PERIÓDICO *O ESTADO*.....135
2.1 PARTIDOS, CAMPANHAS E PROGRAMAS.....149
2.1.1 O Partido Comunista e o Partido Trabalhista Brasileiro.....154
2.1.2 O Partido dos Trabalhadores.....169
2.1.3 O Partido da Frente Liberal.....184
2.1.4 O PMDB.....200
2.1.5 A campanha da AST (PDS/PDT).....214
3 CULTURAS POLÍTICAS E MÍDIA IMPRESSA....229
3.1 O PERIÓDICO FORMA POSIÇÕES AO COBRIR O ACONTECIMENTO ELEIÇÕES.....230
3.1.1 Profissionais *versus* amadores: uma fratura na direita catarinense e o alinhamento político de *O Estado*.....247
3.2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL.....264
3.2.1 Mídia impressa: vetor de socialização para uma cultura política.....284

3.3 A “VOZ” DO MAESTRO: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM *O ESTADO*.....289
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....313
FONTES.....319
REFERÊNCIAS.....321

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta os resultados de uma investigação acerca das relações entre mídia impressa e eleições, tendo como foco o periódico *O Estado*, editado em Florianópolis, compreendido como uma importante parte dos grupos de mídia da cidade na década de 1980. Busca-se analisar as estratégias narrativas utilizadas pela mídia impressa para, ao cobrir o acontecimento eleições, formar posições e interferir no andamento das campanhas eleitorais. A eleição em questão é a disputa eleitoral para prefeito, ocorrida no município de Florianópolis no ano de 1985. Naquele ano, a população das capitais estaduais brasileiras retomou o direito de escolher diretamente seus prefeitos.

A pesquisa inscreve-se no âmbito de estudos da história política renovada. Utilizar a imprensa e sua integração aos grupos de mídia para se aproximar do campo político é justamente uma das contribuições teórico-metodológicas desta renovação historiográfica.

O movimento de renovação ocorrido no campo da história política, a partir dos anos 1960, aponta diversos caminhos de investigação para tentar se compreender o "político". Quando nos referimos ao estudo dos partidos

políticos, eleições, guerras, biografias, opinião pública, mídia e discurso para tentar captar suas nuances, podem ser observados alguns dos caminhos de renovação sugeridos por este movimento, que foi impulsionado por determinados pesquisadores, inicialmente na década mencionada, sob a orientação do historiador René Rémond. Na perspectiva deste movimento, os caminhos para o estudo do político são diversos, pois este não é visto como uma estrutura à parte no todo social, antes o contrário, é compreendido como uma estrutura complexa que mantêm relações múltiplas com os diversos atores dentro de uma determinada sociedade. Este movimento de renovação propõe novas abordagens, objetos e problemas para pensar a história política. (FERREIRA, 2003, p. 5)

Ao contrário da história política em evidência no século XIX, de influência positivista, factual, que dava ênfase apenas para nomes proeminentes, e também às trocas de gabinetes ministeriais, este movimento lançou um novo olhar sobre o político, compreendendo-o de uma forma mais ampla e profunda. Neste sentido, nos afirma Berstein (2009, p. 29) que,

> tratava-se então de tirar a história política do impasse em que se achava boa parte da produção histórica referente a esse campo da história, entre crônica factual erudita,

> nomenclatura de homens e organizações ou história militante autojustificativa, centrada principalmente nos movimentos extremistas de esquerda ou de direita, para substituí-la por uma história portadora de sentido em que o político constituísse um elemento indissociável da evolução das sociedades humanas tomadas em seu conjunto.

Esta metodologia de escrita da história política, do século XIX, já havia sido colocada de lado nos anos 1930 com o surgimento da *Escola dos Annales.* Os intelectuais desta revista francesa, que inovaram no método, combateram a história factual. René Rémond (2003, p. 18) afirma que,

> factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Se se imaginar ponto por ponto o contrário desse retrato cruel, ter-se-á o essencial do programa que a história regenerada se atribuía. Estava portanto escrito que a história política arcaria com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo.

A luta dos historiadores da escola francesa dos *Annales* contra a história política e factual, do século XIX, teve uma consequência para o político: este passara a ser visto como uma maneira de escrita da história que era insuficiente para dar

conta da realidade em sua complexidade e, como diz Rémond (2003, p. 19-20), “a história política tradicional, isolando arbitrariamente os protagonistas das multidões, travestia a realidade e enganava o leitor”.

Certamente que a luta dos *Annales* contribuiu para que a história factual perdesse prestígio. Entretanto, o político, que era privilegiado neste tipo de escrita da história e muitas vezes se confundia com ela, foi sendo relegado a uma posição obscura, desprestigiado. Somente algumas décadas mais tarde, gradativamente foi-lhe devolvido o prestígio de outrora. A partir dos anos 1960, por conta de um novo olhar lançado sobre o político, de novos objetos e de novas metodologias, a partir de algumas contribuições da escola dos *Annales*, como, por exemplo, o conceito de *longa duração,* a história política retornou enquanto uma perspectiva que despertasse o interesse entre os historiadores. Assim, a história política renovada propõe maneiras de se interpretar o político que são fundamentais para este trabalho, pois é somente a partir dos métodos e objetos sugeridos por este movimento de renovação que se encontrará enquanto possibilidade o problema proposto e os caminhos para investigá-lo.

Não obstante, tanto a mídia quanto as eleições, dentro da história política renovada, são considerados objetos de estudo, são caminhos para se compreender o político. Para

Rémond (2003, p. 38), mesmo antes de a história política ter sua renovação dentro da historiografia, muitos pesquisadores já se interessavam por estudar eleições. Entre outros fatores, pode-se inferir a partir de suas colocações que esse interesse é antigo pois não se pode conceber, depois da Revolução Francesa, uma história política sem dar às eleições um lugar central na análise de seus componentes, ou seja, a eleição é reconhecida como a origem legítima do poder.

As eleições para prefeito de capitais, em 1985, estão situadas no período de transição para o novo regime, institucionalmente democrático. Se o interesse em estudar eleições é antigo, estudá-las em suas relações com algum tipo de mídia, nem tanto. Para observar a dimensão da mídia nas sociedades contemporâneas é fundamental a contribuição do historiador Pierre Nora.

Pierre Nora, já nos anos 1970, chamava a atenção para uma questão fundamental em nosso tempo. O autor nos dirá que no século XX vivemos na sociedade do *mass media* (meios de comunicação ou difusão em massa) e estes meios de comunicação em massa operaram transformação na natureza do acontecimento. Dessa forma, o autor afirma que,

> outrora, num sistema de informação tradicional, passavam-se coisas que não afetavam profundamente a vida das pessoas, ou estas

> massas não sabiam que essas coisas afetavam profundamente a sua vida, ou então ninguém lhes prestava atenção. Seja como for, o acontecimento desenrolava-se a vários níveis e em vários tempos. Havia atores do acontecimento, os transmissores (sermões da paróquia, mercadores da Idade Média, agentes oficiais do poder) e o público que recebia.
> O nascimento e o desenvolvimento do *mass media* alteraram completamente a estabilidade do sistema: aquelas três instâncias, não são agora mais que uma.(NORA, 1984, p. 46)

No século XX, são os meios de comunicação em massa que produzem o acontecimento. O autor nos diz que "não há acontecimento sem os *media"* (NORA, 1984, p. 47). Ou seja, a partir deste momento histórico, os meios de comunicação em massa adquirem grande importância na produção do acontecimento. Ele é levado até as massas pela imprensa, seja televisiva, pelo rádio ou pelos jornais e revistas impressos, etc. O acontecimento penetra na vida íntima das pessoas. Vai até as nossas casas, ele é "projetado, lançado na vida privada." (NORA, 1979, p. 183) Um dado fundamental: para que o acontecimento exista, ele precisa ser visto. Os acontecimentos ditos históricos não existem naturalmente.

As sociedades atuais vivem num incessante bombardeiro de informações, numa inflação factual. Isso ocorre de tal maneira que a relação do historiador com o acontecimento muda. O historiador não fabrica o

acontecimento, nas sociedades do *mass media*. Pierre Nora vê nos veículos de informação outra dimensão, percebe neles, seja qual for o meio, um papel mais amplo. Eles influenciam o que poderá vir a ser história, na medida em que produzem o acontecimento. Estes meios, como dito acima, projetam o acontecimento à vida privada dos indivíduos. Esses veículos selecionam, fazem recortes, hierarquizam. Analisar a maneira como meios de comunicação relacionam-se com o acontecimento eleição é ter consciência que esses veículos detêm um grande poder, inclusive o poder de interferir no processo, de acordo com a maneira a qual este acontecimento é produzido, considerando-se o papel das mídias no mundo em que vivemos, isto é, na sociedade do *mass media*.

No entanto, seria superficial perceber a relação das mídias com a sociedade como uma via de mão única, ou seja, num período eleitoral entender o eleitorado como um corpo passivo que obedece a uma imprensa ativa e panfletária. Porém uma das premissas deste trabalho é a de que não se deve menosprezar a relação existente entre o corpo social e as mídias, sobretudo em momentos chave como as eleições, nos quais há disputa entre grupos com interesses, muitas vezes, diversos.

A ideia de se pesquisar este tema é motivada por duas razões. Uma delas é o fato de a influência dos grupos de mídia

ser praticamente desconsiderada nas narrativas sobre História do Brasil. Quem traz contribuição a respeito desta questão é o cientista político Luís Felipe Miguel, em artigo intitulado "Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos de história política do Brasil". O autor observa, após analisar algumas obras, tidas como clássicos em história, como "Brasil: de Getúlio a Castelo" e sua sequência "de Castelo a Tancredo" do brasilianista Thomas Skidmore, "História do Brasil", de Boris Fausto e "História Indiscreta da Ditadura e da Abertura", de Ronaldo Costa Couto, que a presença da mídia é algo quase despercebido nessas obras. Afirma o autor (2000, p. 192) "é notável a maneira pela qual os relatos de nossa história política ignoram, via de regra, a existência da mídia e seu impacto social". E lança a questão:

> o obelisco da av. Rio Branco, no Rio de Janeiro, onde os gaúchos amarraram seus cavalos, é considerado parte significativa da história. A imprensa que fez da foto dos cavalos no obelisco um emblema da nova ordem política nacional não merece ser citada? (MIGUEL, 2000, p. 95-96)

A questão subentendida é que a mídia não tem sido percebida enquanto relevante para se pensar relações políticas. Não é considerada, muitas vezes, um ator político dotado de interesses, que mantêm relações complexas com o campo

político, por exemplo. Afirma ainda, o autor (2000, p. 196) que,

> também é notável a maneira pela qual as obras em foco ignoram a influência da mídia sobre os processos eleitorais. Os jornais, primeiro, e o rádio e a televisão, depois, tornaram-se os principais vetores da imagem pública dos candidatos, com impacto significativo, portanto, sobre seu desempenho nas urnas.

Portanto, esta pesquisa vem problematizar a ausência percebida pelo autor supracitado, partindo do pressuposto que a mídia é sim um ator político. Pretende, assim, contribuir para a reflexão sobre a atuação da mídia impressa na democracia que vem sendo construída a partir dos anos 1980.

A segunda razão que motiva esta pesquisa repousa nas observações do cientista político Yan Carreirão, que estuda partidos políticos e eleições em Santa Catarina. Em um artigo publicado em 2006, Carreirão afirma que o processo eleitoral em âmbito municipal é pouco estudado. E que "em Santa Catarina, particularmente em Florianópolis, é notória a escassez de estudos sobre esses temas." (CARREIRÃO, 2006, p. 286). Em outro artigo, publicado em 2009, toca novamente neste ponto, dizendo que,

> embora já tenhamos uma considerável

> quantidade de estudos sobre eleições presidenciais e, em menor grau, sobre eleições para governador, a literatura sobre eleições municipais é relativamente escassa no país. No que se refere aos municípios catarinenses, incluindo a capital, a lacuna é mais grave. (CARREIRÃO, 2009, p. 35)

Os apontamentos de Yan Carreirão são relevantes. Existem poucos estudos sobre eleições municipais. Primeiro em 2006, posteriormente em 2009, o autor chama atenção para este aspecto. Por um lado há uma questão delicada a ser abordada, a atuação da mídia no cotidiano e sua influência no que vem ou não a ser história, e, também, e é claro, sua influência em períodos eleitorais. Neste sentido, a conjuntura política da redemocratização em Florianópolis e a atuação da mídia nas eleições municipais configuram-se enquanto um terreno fértil a ser explorado.

No levantamento bibliográfico relativo à eleição de 1985 foram poucas as obras encontradas. João Vianney, em 1987, publicou um livro sobre a eleição de 1985, em Florianópolis[1]. Na época, Vianney era graduado em Jornalismo e Psicologia e seu interesse ao pesquisar esta eleição estava relacionado com o advento da propaganda política na TV. Então, nesta obra a campanha na televisão é o centro das

---

[1] VIANNEY, João. **Virada eletrônica:** o marketing político na TV. Florianópolis: ed. da UFSC, 1987. 180 p.

preocupações do autor, que dedica não mais que algumas linhas para os periódicos impressos que circulavam na cidade. No entanto, seu texto nos traz informações importantes sobre a eleição. Uma questão que o livro de Vianney suscita é o fato de que em 1985 a propaganda eleitoral na TV passa a ter grande importância nas disputas eleitorais, no Brasil. Com o advento da "Lei Falcão", o papel da TV nas eleições sofre restrições. Bertani (2006) observa que só em 1982 há alguma liberalização com relação ao uso da TV em eleições. E que nestas eleições passam a ocorrer debates entre os candidatos e também propaganda paga na TV. Neste sentido, a pesquisa de Vianney tem um grande mérito, o de ressaltar a centralidade que a TV passa a obter nas eleições no Brasil e que tal fenômeno teve sua retomada nas eleições de 1985. Como afirma o autor (1987, p. 12),

> os ares politicamente liberais do governo da Nova República, instalados em março de 85, abriram aos candidatos e suas forças o discurso gratuito pela TV. Sem os rigores da Lei Falcão, os políticos puderam utilizar os espaços gratuitos de rádio e TV com uma liberdade de expressão nunca antes experimentada no país.

Além do texto escrito por Vianney, no levantamento realizado sobre bibliografia a respeito desta eleição, somente mais dois textos foram encontrados. Merece destaque um

artigo do cientista político Eduardo Viola publicado em 1985[2]. Texto raro, disponível na Seção de Coleções Especiais do Setor de Santa Catarina da Biblioteca da UFSC, contém uma análise crítica desta eleição e nas demais eleições que ocorreram no Estado, naquela ocasião. Neste texto podemos tomar conhecimento de informações de bastidores da eleição e partidos, como as disputas internas dentro das agremiações políticas, além de uma interpretação dos fatores que levaram à vitória do PMDB e, por consequência, a derrota do candidato do governo do Estado. Para além deste texto, há uma referência do cientista político Yan Carreirão[3], porém com um foco de pesquisa mais amplo: trata-se de um artigo cujo objetivo é refletir a respeito das eleições para prefeito ocorridas em Florianópolis entre os anos de 1985 e 2008. Carreirão, neste texto, faz um balanço das eleições e levanta algumas questões sobre as candidaturas e também sobre o desfecho do pleito. O autor, no caso da eleição de 1985, também utiliza como base o texto de Eduardo Viola.

---

[2] VIOLA, Eduardo. **As eleições de 1985 e a dinâmica do sistema partidário em Santa Catarina**. UFSC, 1985. (mimeo).

[3] CARREIRÃO, Yan. As eleições para prefeito em Florianópolis: contribuição para uma história eleitoral. **Perspectivas**. São Paulo. v. 35, jan./jun. de 2009. p. 35-62. Disponível em: < http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2287> Acesso em: 06 de março de 2016.

Além destes textos citados, há obras cujos temas não são exatamente as eleições de 1985, mas são também utilizadas nesta análise por abordar indiretamente a eleição ou eventos ligados a ela, ou a trajetória de personagens que de alguma forma tenham sido relevantes na eleição, como é o caso do livro de Luiz Carlos Cancellier[4], cujo tema foi a estratégia de marketing utilizada na campanha para o Senado do peemedebista Nelson Wedekin, e o trabalho de Itamar Aguiar sobre as eleições de 1982. Outras fontes a respeito dos atores políticos também são utilizadas, como o Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas[5]. Estas são as referências fundamentais utilizadas para servir de contraponto à narrativa do periódico que será analisada no presente trabalho.

O recorte temporal selecionado para análise vai do início de agosto a novembro de 1985, passando uma semana após a data da eleição, que neste caso ocorreu em 15 de novembro. Os meses de pesquisa foram selecionados dessa maneira, pois o período que inicia em agosto é um tempo de definição com relação às candidaturas e alianças para a disputa

---

[4] CANCELLIER, Luis Carlos. **A estratégia de marketing de um senador:** depoimentos e comentários sobre a campanha de Nelson Wedekin (PMDB-SC). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987. 208 p.

[5] Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb> Acesso em 15 de março de 2016.

eleitoral, o que coloca os partidos, as figuras políticas e as alianças, em evidência. É também dentro deste período selecionado para análise das fontes que as campanhas iniciam, ganham corpo e terminam.

Com relação ao periódico "*O Estado"* pode-se observar algumas características relativas à organização interna de conteúdo. O jornal dedicou um espaço diário para cobrir o cenário político estadual. Como no ano de 1985, em Santa Catarina, ocorreriam eleições apenas em Florianópolis e em municípios de fronteira, a capital catarinense acaba por ser privilegiada na cobertura realizada na página sobre política. Ao menos nos meses de agosto a novembro, selecionados para análise. E, as notícias que predominam na página 3 do periódico *O Estado* gravitam em torno de temas, na maioria das vezes, relacionadas ao pleito municipal, vez ou outra alguma notícia sobre a administração municipal, e também com certa frequência, notícias sobre a Assembleia Legislativa. Aos domingos, além da página 3, também a página 5 é dedicada à política em âmbito municipal. A página 2 também é um espaço para questões de política, mas geralmente na esfera estadual. Eventualmente há, nesta página, questões ligadas aos partidos e atores políticos que estavam ligados, direta ou indiretamente com a disputa eleitoral de Florianópolis. O periódico era publicado diariamente. Ou seja: em três meses e

meio foram analisadas mais de cem edições de *O Estado*, formando, assim, uma longa e representativa série, como aconselha a historiadora Tânia de Luca (2006, p. 142) para quando se deseja pesquisar este tipo de fonte.

Cabe ainda apontar aqui, de modo a favorecer a compreensão da dinâmica histórica que se pretende narrar, alguns dos elementos estruturantes que dão sustentação às premissas e em especial às interpretações apresentadas neste trabalho. O historiador Carlos Fico, em artigo intitulado "A história que temos vivido", traça um panorama da História do Tempo Presente, abordando questões de método e também teóricas a respeito deste "retorno" do presente para o ofício dos historiadores. Ele chama atenção, em seu texto, para a existência de um debate em aberto sobre esta prática e também para alguma indefinição sobre este conceito, o que trataremos adiante.

Quando mencionamos esta expressão, História do Tempo Presente, fazemos referência a uma abordagem que vem se consolidando no campo da história, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, principalmente a respeito de um período que inicia neste evento, e perdura até nossos dias.

É interessante a pontuação a respeito disso, pois as investigações sobre o presente eram comuns entre aqueles que se ocupavam de refletir sobre seu tempo, desde épocas

remotas, pois como nos afirma o autor (FICO, 2012, p. 69), “a história do tempo vivido foi amplamente praticada durante a Antiguidade, a Idade Média e a Idade Moderna, chegando mesmo ao século XIX (...)”.No entanto, com o cientificismo e a busca por uma suposta objetividade, no século XIX, houve uma breve interdição do presente no trabalho do historiador. Pois, para se conseguir analisar um determinado contexto, o mesmo deveria estar encerrado, afastado, para que a análise pudesse ser feita com a devida objetividade, ou seja, acreditava-se que era necessário um distanciamento daquele que escreveria em relação ao período a ser examinado. Assim, o tempo presente foi sacrificado nas análises historiográficas.

Para Fico (2012, p. 94) considerando-se as mudanças em aspectos teórico-metodológicos da pesquisa historiográfica, esta interdição é refutável: “a aproximação supostamente ‘objetiva’ de seu tema, que vitimaria especialmente o historiador do tempo presente, torna-se uma quimera, já que o estabelecimento da verdade seria impossível para qualquer sujeito diante de seja lá qual for o seu objeto”. Neste sentido, penso, um determinado acontecimento ocorre uma única vez no tempo e no espaço. Nada pode recuperá-lo exatamente como ocorrido naquele determinado momento no tempo/espaço. A própria percepção deste hipotético acontecimento seria variável entre testemunhas oculares. No

entanto, ele pode ser narrado através de um esforço imaginativo do historiador, a partir dos vestígios, de seus rastros, o que por si impõe limitações: por haver lacunas, poderá haver versões sobre ele, e a partir dos vestígios encontrados, diferentes interpretações. Respeitando as fontes, com uma metodologia clara e rigorosa, pode-se fabricar uma versão plausível sobre um determinado acontecimento ou processo, mas sempre enquanto um esforço imaginativo calcado numa materialidade que remeta ao que se pretende narrar. Ou seja: em um processo dessa natureza, onde a imaginação daquele que escreve cumpre um papel relevante, e devemos considerar sempre a interferência de sua subjetividade, acreditar que esta arte engenhosa, a escrita da história, possa ser realizada com objetividade científica sugere, ao menos, uma conclusão equivocada. Pois como afirma Dosse,

> os historiadores que atualmente tomam consciência de um enxugamento necessário de suas explicações não pretendem mais restituir uma verdade total sobre a realidade tal como ela acontece, pois eles são mais conscientes que sua investigação é sempre mediada pelo discurso e deve, então, levar em conta todas as mediações que permitem restituir algo de real. A este nível, o conceito de Paul Ricoeur de "representância" é importante para lembrar que se a História é narração, discurso, escrita, ela

> carrega uma intencionalidade, que é aquela de seu horizonte veritativo. Uma vez que esse trabalho sobre a verdade documental é estabelecida por meio da tradicional crítica interna e externa das fontes, resta ao historiador a tarefa de construir uma História reflexiva que leva em conta a âncora discursiva. (2012, p. 12)

Ainda a respeito da crítica atual à busca pela objetividade, a qual exerceu influência entre os historiadores do século XIX e XX, o historiador François Bédarida endossa o posicionamento referenciado acima, quando afirma que,

> não obstante, e sem cair, assim espero, no *ubris*, declaro abertamente que a despeito de tudo a busca da verdade deve ser explicitamente considerada regra de ouro de todo historiador digno desse nome. Alfa e ômega desse ofício. Mesmo sabendo que não conseguiremos jamais dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela. Chama vacilante e frágil da noite, mas que apesar de tudo ilumina nosso caminho e sem a qual mergulharíamos nas trevas. (2006, p. 222)

No entanto, a interdição a que se refere Fico influenciou gerações de historiadores e afastou a história do presente, por algumas décadas, a partir do século XIX. Somente no século XX é que o presente seria reconsiderado na operação historiográfica. François Dosse (2012, p. 8) afirma que, “um dos aspectos inovadores da escola dos *Annales*, instituída por

Marc Bloch e Lucien Febvre, foi o de reintroduzir a história ao presente" Portanto, após a interdição ocorrida no século XIX, somente na década de 30 o presente retorna, pois a metodologia dessa escola reconhece que é através das questões do presente que se deve investigar o passado. "Lucien Febvre convida o historiador a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve. A interrogação do passado a partir do presente tem para os *Annales* valor heurístico." (DOSSE, 2003, p. 100)

Entretanto, assinala Dosse, que no período e após a Segunda Guerra Mundial, o discurso do historiador, na Europa, se voltou para,

> o estudo de permanências, de invariantes do modelo estrutural e para a longa duração, como o definiu Fernand Braudel. Os estudos históricos se voltaram fortemente para a análise dos períodos medievais e modernos, deixando de lado a história do tempo presente. Isto se acentuou ainda mais entre os anos 1950 e 1970, pelo fato de passarmos da história quase imóvel de Braudel à "história imóvel" tal como definiu Emmanuel Le Roy Ladurie (1978). O resultado foi um longo eclipse do tempo presente, reduzido à insignificância. (2012, p. 9)

E, nas décadas que sucedem este evento, um grupo de historiadores franceses, orientados por Réne Rémond, na Universidade de Paris 10, trazem o presente, novamente, de

volta à história, resgatando o político para o centro de suas análises.[6] Com isso percebemos que a relação da história com o presente remonta a uma longa tradição e que, ao contrário do que se imagina, a interdição *rankeana*, ocorrida no século XIX, afastou o presente por algumas décadas apenas, das análises em história. Portanto, refletir sobre o presente não é em si uma novidade. No entanto, ele – o presente – retorna para o fazer dos historiadores, no que chamamos agora de História do Tempo Presente, em condições específicas.

O período da Segunda Guerra é fundamental para compreendermos o que vem a ser a História do Tempo Presente. Depois de terminado o conflito, que durara alguns anos e levara à morte milhões de pessoas, assim como deixara países destruídos e, também, marcas profundas nas sociedades que participaram do mesmo, observa-se um esforço em diversos países europeus para estudar este evento, organizar e reunir arquivos, com depoimentos, etc. Isto se deu com a criação centros de pesquisa em diversos países europeus como França, Holanda, Itália e Alemanha. (FICO, 2012, p. 70) No entanto, a escrita da histórica ligada a esses centros de pesquisa foi "marcada pela história política tradicional, a produção dessa

[6] Jean-Pierre Rioux (1999, p. 47), afirma que "(...)foram os historiadores do político que sempre estiveram na vanguarda da história do tempo presente."

fase deu visibilidade à história recente, mas foi significativamente distinta da que viria a ser produzida no final do século XX" (FICO, 2012, p. 70). O impacto provocado pela Segunda Guerra Mundial criou uma necessidade de compreensão do presente, sobretudo para aquelas sociedades. Esta seria uma primeira etapa desta retomada do presente. A segunda está relacionada às tentativas de renovação da disciplina, contexto no qual está inserido o fato de que "na França, em 1978, o Comitê de História da Segunda Guerra Mundial se transformou em Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), laboratório sob direção de François Bédarida. O mesmo ocorreu em outros países da Europa." (DOSSE, 2012, p. 10). Finalmente, sobre a História do Tempo Presente, Carlos Fico (2013, p. 404), apresente um ponto de vista reticente:

> é um conceito um pouco confuso. Não sabemos se a História do Tempo Presente é uma especialidade como as demais: História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, ou se é mais do que uma especialidade: uma periodização. A maioria dos historiadores que utiliza este conceito o faz como sendo uma periodização, com vista a determinados objetos marcados pelos eventos violentos do século XX.

A ideia de que o Tempo Presente teria início com os fatos traumáticos do século XX, relacionados à Segunda Guerra, sugere uma baliza temporal motivada por processos que foram iniciados e que ainda não se encerraram. Assim, se pensamos no caso da Europa no pós-guerra, haveria questões não resolvidas, sequelas, desencadeadas pelo conflito, que provocaram uma presença constante do passado no presente. Neste sentido, a memória das pessoas que vivenciaram estes eventos cumpriria um papel relevante no fazer do historiador para tentar compreender estes processos, o que por sua vez impõe aos historiadores que pesquisam a História do Tempo Presente a necessidade de possuírem um arcabouço teórico sólido com relação à metodologia de História Oral e seus debates sobre memória. No entanto, cabe observar, "os historiadores do tempo presente recusam reduzir a operação historiográfica a uma simples extensão e expressão da memória." (DOSSE, 2012, p. 16) Ou seja: História do Tempo Presente não é sinônimo de História Oral, muito embora esta metodologia seja fundamental para os estudos sobre memória, e a memória, se nos orientarmos pelo caso Europeu cujo evento de maior monta foi a Segunda Guerra, é relevante pois estão vivos muitos daqueles indivíduos que vivenciaram tal evento.

No entanto, a definição acima, que percebe a História do Tempo Presente como uma periodização com início nos

eventos traumáticos ocorridos durante a Segunda Guerra, até os dias atuais, limita os objetos de estudos disponíveis. Assim, o Tempo Presente tal como apresentado na historiografia seria uma dimensão própria ao território europeu e em alguns lugares localizados ao redor do mundo ocidental. Mas, a noção de eventos traumáticos poderia ser aplicada a outros contextos, como, por exemplo, as ditaduras militares na América Latina. Dessa forma, superaríamos a ideia de uma "matriz do tempo presente" assentada na Segunda Grande Guerra[7] e deslocaríamos o Tempo Presente para a noção de eventos traumáticos, cada vez menos a uma periodização estanque, à priori definida, o que não significa, de alguma forma, que a Segunda Guerra não seja um evento de grande influência para o século XX.

Mas, como perceberíamos a História do Tempo Presente examinando o contexto brasileiro? Mais precisamente, como articular o tema de pesquisa proposto com a História do Tempo Presente?

François Dosse (2012, p. 11) afirma, sobre o "Tempo Presente", que:

---

[7] Expressão utilizada por F. Dosse. Para o autor "a ideia de uma 'matriz do tempo presente', que consistiria na Segunda Guerra Mundial, seria hoje obsoleta". Ver: DOSSE, 2012, p. 16.

> o historiador deve, desse modo, renunciar a uma postura de domínio que era muitas vezes a sua e que o permitia acreditar que ele podia definitivamente "fechar" os registros históricos. Dessa mudança historiográfica resulta uma ampliação do conceito de "tempo presente" que não é mais considerado um simples período adicional mais próximo. O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo.

Essa "acepção extensiva" do conceito, ao qual o autor se refere, torna-se fundamental para fazer a articulação entre este trabalho e a História do Tempo Presente. Partindo do pressuposto que esta abordagem, para além da noção de processos traumáticos, que envolve os eventos violentos, pode ser considerada mais ampla, outros processos históricos, não necessariamente relacionados com trauma e violência, e novos objetos surgem enquanto possibilidade de pesquisa. Se consideremos a História do Tempo Presente a partir da noção de um passado ainda presente, inacabado, ou, recuperando a expressão utilizada pelo autor supracitado, de "contemporâneo não contemporâneo", de um processo histórico não encerrado, ampliamos as possibilidades e os objetos, que podem ser estudados para compreendermos questões relacionadas ao tempo presente. Isto é fundamental para refletirmos sobre o contexto do Brasil. Pois, no caso de nossa história recente,

apesar de o país ter vivenciado um período de Ditadura Militar, esta não entraria no rol de eventos traumáticos, o que geraria por si uma interdição conceitual. Carlos Fico (2013, p. 483), faz apontamentos que podem sugerir um caminho de compreensão deste problema:

> quando a literatura internacional se refere às ditaduras militares, na maioria das vezes os autores têm em mente o caso da Argentina, reconhecido pela violência brutal. Defendo que a noção de violência não serve para compreender o caso brasileiro. Muitos pensam que eu estaria dizendo que não houve violência durante a ditadura militar brasileira. É claro que houve violência na ditadura militar brasileira. Todavia, o grau, o alcance, a abrangência da violência na Argentina, tanto da repressão quanto da luta armada, atingiu uma escala tão grande que afetou toda a sociedade. No Brasil, além da luta armada não ter sido expressiva, consistiu na guerrilha do Araguaia, que foi bastante pequena e nas ações armadas urbanas que eram também pouco expressivas e sem visibilidade, a repressão militar foi ocultada.

Não elencarmos a ditadura ocorrida no Brasil como um evento traumático não significa que não existam processos em aberto, ainda em nosso presente, que tenham sido desencadeados durante este período, como também em períodos anteriores. Cito o caso da Ditadura, pois “o golpe de 64 foi o evento chave da história recente do país, porque mostra essa tradição de autoritarismo brasileiro que existe até

hoje e esse apoio da sociedade às medidas autoritárias" (FICO, 2013, p. 477). Um exemplo, ligado a questão da violência do regime, é a Lei da Anistia. Aprovada em agosto de 1979, em seu texto observamos a inclusão da obscura noção de "crimes conexos" que, neste contexto, impossibilitava a tomada de medidas legais contra os agentes do Estado que torturaram cidadãos. Ao mesmo tempo, a lei "excetua" aqueles que foram condenados por "terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal"[8]. Estes foram julgados e condenados, no entanto, os agentes torturadores, esquecidos, sequer julgados, beneficiados por um silêncio profundo (REIS, 2010, p. 180). Os desdobramentos dessa questão estão colocados atualmente em nossa sociedade. Ela está longe de ser encerrada. A noção de processos não encerrados abre a perspectiva para refletirmos sobre outras questões, além desta observada no parágrafo anterior que está fundada na noção de trauma.

O historiador René Rémond (2003, p. 34) chama a atenção para "a pluralidade de ritmos que caracterizam a história política". Existem ritmos muito lentos, medianos e curtos. Assinala que uma determinada cultura política nos remete para uma continuidade na longuíssima duração. Já a

---

[8] Texto da lei, com as mudanças ocorridas posteriormente: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm> Acesso em: 02 de fev. de 2014.

existência de partidos políticos, para uma duração média. No entanto, as consultas eleitorais, se consumam em um ritmo rápido. Mas, no entanto, o que está em jogo é a disputa pelo Estado, pois,

> o estado jamais passa de instrumento da classe dominante; as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças. Ater-se ao estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser é portanto deter-se na aparência das coisas. Em vez de contemplar o reflexo, remontemos à fonte luminosa: ou seja, vamos de uma vez à raiz das decisões, às estratégias dos grupos de pressão. (RÉMOND, 2003, p. 20)

São grupos portadores de visões, de culturas políticas distintas, que participam do pleito que é fundamental em sociedades que sejam minimamente democráticas. O tema de pesquisa em questão tem por objetivo investigar eleições e mídia no período de redemocratização. A eleição municipal a ser analisada remete ao ano de 1985, período que pode ser ainda considerado o de transição, da Ditadura Militar para a democracia[9], faz parte da história política do país, profundamente ligada ao período do regime militar.

---

[9] O prof. Daniel Aarão Reis (2010, p. 177) defende a ideia de que a ditadura militar terminou no ano de 1979, durante o governo do presidente o Geisel, “com o fim dos Atos Institucionais e o restabelecimento das

Estas eleições de 1985 fazem parte do processo de transição para a democracia que o país estava vivenciando naquele momento. Isto se torna evidente quando se tem em vista que para 1986, estavam marcadas eleições gerais. Seja congressual ou exclusiva, a Assembleia Constituinte era assunto nos periódicos em 1985 e suas eleições aconteceriam no ano seguinte. As eleições de 1985, certamente, iriam colaborar para o acúmulo de forças desses partidos para disputar em melhores condições o pleito do ano seguinte, que se anunciava de intensa disputa. Devemos observar que as capitais dos Estados são cidades, geralmente, com grande população e mais recursos. A elaboração de uma nova constituição significaria a conclusão da transição do governo militar para a democracia, e para ter voz na constituinte e dar a direção de como este processo seria conduzido era necessário ter força política.

A questão principal deste trabalho é a atuação da mídia impressa em períodos eleitorais, articulada ao domínio da

---

eleições, da alternância no poder, da livre organização sindical e partidária e da liberdade de imprensa". No entanto, chama a atenção para o fato de que não existe um consenso em relação a isso. "Para a maioria dos estudiosos o período ditatorial teria se encerrado apenas em 1985 (eleição do primeiro presidente civil) ou mesmo em 1988 (aprovação da nova Constituição, fim do chamado entulho autoritário)". Cabe observar que mesmo assinalando o fim da ditadura em 1979, isso significa o restabelecimento do Estado de Direito, não da democracia.

história do tempo presente, particularmente naquilo que diz respeito a novas definições para o campo político. A argumentação a respeito dessa relação entre mídia e o político se torna mais sólida a partir das contribuições de Sônia Maria de Menezes Silva (2011), quando aponta que o jornal *Folha de São Paulo* desenvolveu uma forma própria de narrativa histórica sobre o período da ditadura e de seu próprio papel naqueles anos, interferindo na elaboração da memória e também do esquecimento.

A autora parte do princípio que a mídia impressa possui relevância na fabricação do acontecimento, e, para tal, utiliza as considerações de Pierre Nora sobre a importância da mídia na sociedade do *mass media* (MENESES, 2011, p. 35)[10]. E, procura demonstrar nas linhas de seu texto os mecanismos através dos quais essa ação se dá, pois percebe que a construção dos acontecimentos observa algumas etapas específicas. Inspirada pela conceituação de Michel de Certeau em a "operação historiográfica", a autora nomeia essa operação da mídia na fabricação dos acontecimentos de "operação midiográfica". Neste processo, a autora defende que a mídia ao construir um determinado acontecimento mobiliza uma forma

---

[10] O texto de Pierre Nora em questão é: NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, 1979. p.179-193.

particular de pensamento histórico – não necessariamente acadêmica – e também um regime de historicidade. E que essa forma de produção é capaz de interferir tanto na elaboração da memória quanto do esquecimento.

O que a autora chama “operação midiográfica” é um processo que envolve dois grandes momentos: a escritura e a inscrição. O primeiro momento seria a escritura do acontecimento na cena pública, o segundo, a inscrição, que seria a monumentalização do acontecimento, com atribuição de novos sentidos e sua instauração na longa duração.

Portanto, para desenvolver este conceito, a autora percorre alguns caminhos. É necessário explicar a trajetória do Grupo Folha, remontando à década de 20, e suas três etapas, para que se possa compreender o estágio de profissionalização do jornalismo, que estava em curso nos anos sessenta, no Brasil, e, também, para compreender a força econômica que este grupo alcançou nos anos 80 e 90, com a ampliação de suas fronteiras de atuação, com provedor de internet, instituto de pesquisa, editora, etc, formando, assim, um conglomerado do ramo das comunicações. E, ao acompanhar esta trajetória, percebemos as transformações ocorridas em nossa sociedade, sobretudo a partir dos anos cinquenta e sessenta, com a formação de uma classe média urbana e a ampliação do mercado de bens simbólicos, o que vem a ser fundamental para

compreendermos a importância de um periódico como a “Folha de São Paulo”, de onde ele *fala*, qual sua ideologia, e, tão importante quanto, para quem ele *fala*.

A partir das contribuições de Sônia Meneses, percebemos que a partir de um determinado momento, no século XX, com a profissionalização dos grupos de mídia, observa-se uma atuação desses mesmos grupos em processos que estão presentes em nossa sociedade, sempre levando em consideração os seus próprios interesses. E, esta forma de atuação, que foi marcante no período militar, desde o golpe que derrubara João Goulart, atravessando a transição, se encontra presente nos dias atuais.

Pretende-se estudar a eleição selecionada para compreender as maneiras de intervenção, de mobilização narrativa, que a mídia impressa utiliza para interferir nas eleições, pensando nesta forma de atuação da mídia não como algo encerrado num determinado período, mas como algo em aberto, um processo que teria seu início ou seu fortalecimento no governo militar e que continua nos dias atuais, dado o poder que estes grupos detêm. Portanto, na acepção extensiva do conceito de tempo presente, é uma questão observada num período relativamente recente, que se desdobra na atualidade.

O primeiro capítulo aborda a importância das eleições, ainda no regime militar, e a centralidade que as mesmas

adquirem ao longo da transição política. Como um mecanismo para dar legitimidade aos governos militares também se transformou num espaço de contestação ao regime. Analisa as repercussões causadas com a sucessão presidencial na política catarinense. Por fim, o retorno da eleição direta na cidade de Florianópolis, no ano de 1985.

No segundo capítulo é analisada a maneira como a eleição de 1985, ocorrida na cidade de Florianópolis, é narrada nas páginas do periódico *O Estado*. Procura-se rastrear, nas páginas do jornal, vestígios das campanhas, candidaturas, e também dos programas de governo.

O terceiro capítulo analisa a maneira como o periódico formou posições ao cobrir o acontecimento eleições. Aborda também a divisão ocorrida na direita catarinense. Historiciza o processo de profissionalização da imprensa no Brasil, e a consequente formação de grandes grupos empresariais ligados ao setor e o processo de concentração da propriedade dos grupos de mídia. Discute-se também a respeito dos aspectos que dão legitimidade ao discurso jornalístico. E, por último, há uma análise dos editoriais do periódico *O Estado,* durante o período eleitoral de 1985 a partir do conceito de culturas políticas.

1 - A RELEVÂNCIA DAS ELEIÇÕES NA ABERTURA POLÍTICA

No dia 17 de novembro de 1985, um domingo, o cidadão que passasse os olhos por um exemplar do jornal *O Estado*, na cidade de Florianópolis, se depararia com a seguinte manchete na primeira página: "Andrino, Prefeito". [11] Ainda nesta primeira página, abaixo do breve título havia uma única imagem, cobrindo boa parte de sua superfície, que mostrava Andrino sendo carregado por correligionários que, além de fotografias do novo prefeito eleito, também carregavam enormes bandeiras, uma do PCdoB e outras de seu partido, o PMDB. Em eleição de turno único, Edison Andrino, derrotou o seu principal opositor, Francisco de Assis Filho, candidato pela AST (Aliança Social-Trabalhista), que envolvia o PDS e o PDT. Abaixo da fotografia, um pequeno texto fazia referência à eleição ocorrida em Florianópolis, às eleições do oeste e ao fato de o PMDB, pelo país, ter vencido na maioria dos municípios muito embora tivesse sofrido um "duro golpe com a derrota de Fernando Henrique para Jânio Quadros em S. Paulo."[12]

---

[11] O Estado, 17 de novembro de 1985, p. 1.
[12] Ibidem, p.1.

O interesse pela disputa eleitoral era evidente. O político é destaque, é selecionado como notícia e assume o topo da hierarquia dos assuntos do dia. Não somente neste referido dia 17 de novembro, mas nos três meses e meio que consistem no recorte temporal de análise, para esta eleição, o político tem grande destaque nas páginas do periódico. Ao longo deste período, a gama de assuntos varia: desde acontecimentos ligados a disputa eleitoral, como formação de alianças, nomes para encabeçar chapas, negociação de apoios, mudança de partidos de alguns parlamentares, disputas entre figuras políticas conhecidas e as movimentações das campanhas eleitorais. Há também destaque para questões relacionadas ao governo federal, estadual e municipal. Percebe-se também que há uma grande expectativa com relação ao período que se vive, a chamada "nova república" e os passos a serem dados em direção à consolidação da democracia no país.

Entende-se esta porção dos anos 80, período em que estas eleições ocorreram e foram representadas enquanto notícias, estampada na primeira página do periódico catarinense *O Estado*, enquanto parte de um processo de transição política que o país vivia. Há outros significados para estas eleições além do fato que existe uma relevância das mesmas para um sistema político democrático. Para que possamos compreender a importância das eleições de 1985

convém refletir, antes, sobre as eleições durante o período da última ditadura militar.

1.1 – Eleições e ditadura: a busca por legitimidade

O historiador René Rémond (2003 p. 20), afirma que o Estado "(...) é sempre açambarcado e não tem nem existência própria nem independência efetiva. O Estado jamais passa de instrumento da classe dominante: as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças." Neste sentido, as eleições cumpririam um papel específico. Pois, aqui o que está em jogo é a transferência do poder. E, num regime que se quer democrático, as eleições são a origem legítima do poder. Mas, somada a esta relevância das eleições, em 1985, na cidade de Florianópolis, vivia-se uma expectativa.

Naquele ano de 1985, a população de Florianópolis, assim como a de algumas outras cidades, vivenciava um momento especial: afinal, depois de 20 anos as eleições diretas para prefeito de capital de estado voltavam a ocorrer. Na capital de Santa Catarina, o último prefeito eleito havia sido Acácio Garibaldi Santiago, do PSD, em 03 de outubro de

1965[13]. Durante o regime militar, que iniciou em 1964, mais especificamente a partir do Ato Institucional n. 3, publicado em fevereiro de 1966, as capitais de estado passaram a ter seus prefeitos nomeados pelo governador, com o assentimento da respectiva Assembleia Legislativa. Com a Constituição de 1967, passam a ter o prefeito indicado não somente municípios que eram capitais de estado, mas também aqueles considerados estâncias hidrominerais e municípios considerados área de segurança nacional. No caso das estâncias hidrominerais, o prefeito era nomeado pelo governador com a aprovação da Assembleia Legislativa e, no caso de área de segurança nacional era também nomeado pelo governador, mas com prévia aprovação do Presidente da República. Ou seja, em Santa Catarina, além de Florianópolis, em 1985, houve eleições em mais seis municípios: Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e em Guaraciaba.[14]Todos estes municípios eram considerados como área de segurança nacional. Em todos estes seis municípios, o PMDB venceu as eleições para prefeito.

---

[13] Fonte: <http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc157672/ata_apuracao_arquivo_1965_106_2_1.pdf> Acesso em 06 de agosto de 2014. Trata-se da Ata Final de Apuração relativa àquela disputa eleitoral.

[14] Os municípios que não eram considerados estância hidromineral, área de segurança nacional ou capital de estado elegeram seus prefeitos nas eleições de 1982.

A década de 80 foi de grande importância para a história política recente de nosso país. Nestes anos pudemos observar o desenrolar de um processo histórico, que foi a transição do governo militar para a democracia. Governo este que, desde o golpe que derrubara o então presidente João Goulart, em 1964, centralizava a condução do processo decisório na esfera política. O governo militar, através de uma sequência de Atos Institucionais, estabeleceu no Brasil, entre outras coisas, o sistema político bipartidário[15], eliminando os partidos políticos que atuavam no país desde 1945 (período de democratização após a Era Vargas), estabeleceu eleições indiretas para Presidente da República, para Governador e, também, promoveu a suspensão do Estado de direito, com o decreto do Ato Institucional n. 5, provocando, assim, um Estado de exceção. Em meados dos anos 70, entendeu-se que o

[15] Segundo Nicolau (2012, p. 107) "as regras para a criação de novos partidos foram estabelecidas por um Ato Complementar assinado pelo presidente Castelo Branco e promulgado em dezembro de 1965. Segundo o texto, as 'organizações com atribuições de partidos' deveriam ser estruturadas por membros do Congresso Nacional (com a adesão de 120 deputados federais e 20 senadores) até o dia 15 de março de 1966. Apenas duas legendas conseguiram o registro: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que se tornaria o partido de apoio ao regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), organização que assumiria o papel de oposição. Enfraquecidas pela cassação de parlamentares e pela perda dos direitos políticos de diversas lideranças, as forças de oposição tiveram dificuldade para organizar um novo partido. O MDB foi registrado no penúltimo dia (14 de março) do prazo final e obteve a adesão de 144 deputados e 21 senadores (um a mais que o mínimo exigido)."

regime começou um lento afrouxamento de seu aparato repressor, processo chamado de transição, que tem início com uma liberalização[16], gradualmente promovida pelo governo Geisel, sobretudo a partir de 1974.

Dentro deste contexto, há também a emergência da sociedade civil.[17] É importante que se observe isso para desconstruir a ideia de que pelo fato de os militares conduzirem o processo político, eles governaram durante todo o tempo com o apoio de amplos segmentos da população. Ou seja: a partir dos anos setenta, segmentos da sociedade, começam a ficar descontentes com o regime, por diversas razões.

---

[16] Sobre as diferenças entre liberalização de democratização: "num quadro autoritário, 'liberalização' pode envolver um misto de mudanças políticas e sociais, tais como menos censura da imprensa, uma amplitude um pouco maior para a organização de atividades econômicas da classe operária, a reintrodução de algumas salvaguardas legais e individuais tais como *habeas corpus*, a libertação da maioria dos prisioneiros políticos, o retorno dos exilados políticos, possivelmente medidas para melhorar a distribuição de renda, e mais importante, a tolerância da oposição política. 'Democratização' inclui liberalização, mas é mais ampla e um conceito político mais específico. Democratização requer contestação aberta pelo direito de assumir o controle do governo, e isso requer por sua vez eleições livres, o resultado das quais determina quem governa. Liberalização refere-se fundamentalmente à relação entre Estado e a sociedade civil. A democratização refere-se fundamentalmente à relação entre Estado e a sociedade política. (STEPAN, 1988, p. 12-13.)

[17] Sobre a emergência da sociedade civil nos anos 70, ver a dissertação "**A luta pela anistia no regime militar brasileiro:** a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania", de autoria de Fabiola Brigante Del Porto.

Mesmo havendo um crescimento econômico sem precedentes, isso não significou uma melhor distribuição de renda para a população. O tão alardeado “milagre econômico”, que no ano de 1973 significou um índice de crescimento de 14%, que, como nos afirma Skidmore (1988), foi o índice mais alto desde o ano de 1928, foi acompanhado por um crescimento no abismo entre os mais ricos e os mais pobres. Skidmore (1988, p. 31), ao se referir ao início do governo seguinte, do Gal. Geisel, afirma que,

> havia rumores de que o novo governo planejava acabar com as injustiças sociais do passado. Melhor distribuição de renda era a preocupação principal: entre 1960 e 1970 os dez por cento mais ricos da população tinham aumentado sua parcela de renda de 40% para 47%, enquanto a parcela dos cinquenta por cento mais pobres tinha caído de 17% para 15%.

Ou seja, há aqui, na esteira do famigerado “milagre” um aumento na desigualdade social. Skidmore (1988, p. 31) também nos alerta para a questão da dívida externa. O evento conhecido por “crise do petróleo” provocou dificuldades para as finanças da ditadura militar. Afirma o autor que,

> o choque do preço do petróleo da OPEP, em 1973, entretanto, mostrou que o Brasil, que importava 80% de seu petróleo tinha poucas opções: cortar da importação os não-derivados

> de petróleo, usar suas reservas de divisas, ou tomar emprestado mais capital externo.

O autor aponta que o país não cortara as importações, para não reduzir o ritmo do crescimento econômico. Para absorver o aumento de preços causado pela referida crise e manter o crescimento, o país optou por utilizar as reservas de divisas e buscar empréstimos externos. Em um ano, 1974, a dívida externa do país praticamente dobrou, subindo de 6,2 bilhões de dólares para 11,9 bilhões (SKIDMORE, 1988, p. 31).

No início da década de 1970, o governo militar ainda possuía apoio da sociedade. Ao comentar a respeito da aprovação do regime, em 1972, ano em que se comemorava o sesquicentenário da Independência, Reis (2014, p. 82) afirma que,

> o Maracanã lotado, ovacionava o general Médici, que, de radinho de pilha no ouvido ou fazendo embaixadas com bola de futebol, explorava o tipo do brasileiro comum, torcedor apaixonado das *coisas brasileiras*. O Ibope confirmava índices altos de popularidade para o ditador-presidente, e a admiração pela ordem vigente também encontrava expressão na música, principalmente na sertaneja, muito mais consumida que a chamada Música Popular Brasileira (MPB) mas pouco estudada, como se os sertanejos não fossem “populares”.

A questão da perseguição e repressão política por parte do governo, usando de diversas formas de violência, também contribuiu para que os governos militares fossem questionados pela opinião pública. Durante o do Governo do Gal. Médici (1969-1974) houve a sistematização e fortalecimento do aparato repressor - financiado por parte do empresariado – e os militares desestruturam com a esquerda armada. Os crimes do governo ganham notoriedade. Há uma gradativa perda de prestígio do regime, inclusive com repercussões em outros países. O historiador Carlos Fico, ao se referir a relação entre o Brasil e os Estados Unidos ao longo do período ditatorial afirma que,

> depois do AI-5 houve uma tensão no interior do governo norte-americano, ou seja, quanto a continuar apoiando o Brasil, porque não era possível largar um mercado de consumo e todos os compromissos comerciais e empresariais entre os dois países, mas atendendo às demandas do Congresso e da opinião pública, que viam com maus olhos o apoio dos Estados Unidos a um governo que praticava tortura. (2013, p. 471-472)

Mesmo levando-se em consideração o fato de os governos militares da última ditadura ocorrida no Brasil não publicizarem seus crimes, diferente de outras experiências

autoritárias, como o caso da ditadura militar Argentina[18], alguns casos ganharam grande notoriedade e trouxeram à tona questionamentos e também alimentaram novas demandas da sociedade como a questão dos direitos humanos. Um exemplo é o do jornalista Vladimir Herzog, que após se apresentar ao DOI-CODI, fora torturado e morto por agentes da repressão. A fotografia conhecida sugere ter havido suicídio. Era parte da versão oficial. Mas, no entanto, a versão na qual o jornalista teria suicidado não conquistou adesão da opinião pública, gerando grande comoção.

O sociólogo Marcelo Ridenti, (2014, p 30) em seu artigo "As oposições à ditadura: resistência e integração", diz, a partir de Max Weber, que "qualquer regime só pode durar ao longo do tempo se construir alguma base de legitimidade." E, a partir de Gramsci, afirma que,

> a política envolve aspectos de força e convencimento. A relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com uma base no confronto, mas também na negociação, ou ao menos em concessões aos adversários, sem as quais não se constrói uma base de legitimidade. (2014, p. 30).

[18] Quem faz uma breve comparação entre a violência das duas ditaduras é FICO, 2013, p. 467.

São ponderações esclarecedoras para compreender o processo de abertura política iniciado no governo do Gal. Geisel, a partir de 1974. Havia uma necessidade de se buscar legitimidade perante a sociedade, tanto internamente, quanto externamente. O uso da força, pelo governo, já era evidente. Mas a luta contra a esquerda armada e a perseguição a opositores certamente gerou um desgaste e trouxe à tona dúvidas com relação ao regime. Como se os aspectos democráticos mantidos pela ditadura, o parlamento, as eleições, embora com restrições, já não servissem mais pra escamotear a natureza autoritária do governo dito "revolucionário", que teria livrado o país de uma "ditadura do proletariado". Ou seja, é quando a ditadura é vista como, de fato, uma ditadura pela sociedade. Lamounier (1988, p. 123) afirma que "o patrocínio da distensão pelo próprio núcleo do sistema dominante permitiu-lhe monopolizar praticamente a iniciativa das mudanças político-institucionais a serem implantadas". Num momento em que o sistema político começa a ser questionado por mais vozes, quando a opinião pública no país e no exterior toma ciência dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro, entre eles o uso da tortura, o governo toma a dianteira e sinaliza com a abertura política, decisão que parte da cúpula governamental,

e como Bolivar Lamounier assinala, com isso monopolizam a iniciativa das mudanças em curso.[19] Dito de outra forma, essa atitude permitiu ao governo conduzir o processo de abertura. Uma abertura realizada "por cima". Outra observação relevante, do mesmo autor, sugere que (LAMOUNIER, 1988, p. 123),

> (...) o mecanismo *formal* da representação, ou seja, o processo eleitoral, foi o campo de ação "distendido" pelo sistema autoritário, permitindo o crescimento da oposição; de outro, que essa oposição estava na realidade disputando espaços, construindo sua própria organização, visto que se batia, na melhor das hipóteses, pelo controle de um Legislativo enfraquecido e sobre o qual pairavam inclusive instrumentos *legais* da tutela militar.

O processo de abertura política, "lenta, gradual e segura" iniciado no governo do presidente Geisel, desejava reativar mecanismos representativos e assim ampliar a arena política. Aqui observamos um ponto que é especialmente relevante para esta discussão, pois com os primeiros Atos Institucionais há um esvaziamento da disputa eleitoral. É interessante compreender o que causou este esvaziamento para

---

[19] Lamounier (1988, p. 87) afirma que "a abertura teve origem entre 'seniors officers', fortemente identificados com a organização e com a hierarquia militar."

depois refletir a respeito da emergência de uma via institucional enquanto um espaço de oposição ao governo.

Lamounier (1988, p. 90), afirma que:

> o espaço de atuação de uma oposição propriamente política, não militarizada, foi sendo velozmente reduzido, ao mesmo tempo que as eleições perdiam significado como arena de legitimação: em 1970 são alcançados índices recordes de abstenção de votos em branco e nulos.

Esse esvaziamento citado acima, segundo Reis (2014), está relacionado com o que teria sido um "golpe dentro do golpe", e teria iniciado com as consequências da sucessão do general-presidente Artur da Costa e Silva. Reis (2014, p. 82-83) aponta que desde fins do governo do Gal. Costa e Silva[20], que havia sido afastado do cargo, ocorrera uma situação em que os limites do sistema político ficaram evidentes. É justamente quando o vice de Costa e Silva, o udenista mineiro Pedro Aleixo, um civil, é impedido de assumir. Em seu lugar uma junta militar assume o poder. O que sucede é que o presidente seguinte é eleito através de uma votação entre os oficiais-generais. O congresso, que estava fechado desde o AI-

[20] O governo do General Costa e Silva iniciou em março de 1967 e terminou em agosto de 1969. O general-presidente foi afastado do cargo por conta de ter sofrido um derrame.

5, é reaberto, em outubro de 1969, para “eleger” Médici presidente. Afirma Reis (2014, p. 83) que “Médici já estava eleito antes de ser votado.” Essa situação provocou um esvaziamento nas disputas eleitorais seguintes. Segue Reis, “a consequência é que aumentou o descrédito na democracia representativa e em seus principais órgãos, os parlamentos.”

Ainda segundo Reis, as eleições ocorridas em 15 de novembro de 1970, “(...) revelaram uma enorme proporção de votos nulos e brancos, cerca de 30% (...)”, para a Câmara Federal. Lamounier (1988, p. 106) traz alguns dados sobre essas eleições. Se compararmos o percentual de votos brancos e nulos com a eleição anterior, para a Câmara Federal, ocorrida em 1966, observaremos que nesta eleição o índice estava em 21%. Portanto houve um crescimento considerável entre aqueles que não escolheram candidatos. E, ao compararmos com as eleições de 1974, perceberemos uma queda no índice observado nas eleições de 1970: o percentual de brancos e nulos cai pra 21.3%. Outra questão relevante é que nas eleições de 1970 e nas municipais de 1972 o partido de oposição, o MDB, sofreu duras derrotas. De onde se pode concluir que os eleitores do partido governista, a ARENA, em boa medida votaram em seu partido, e, de outra parte, quem votaria na oposição, quem não estivesse alinhado com o projeto governista e desejasse mudanças para aquele contexto, não

acreditou que isso fosse possível naquele momento, pela via institucional, preferindo abster-se do pleito eleitoral, aumentando assim o número de votos brancos e nulos.

1.2 - As eleições e a abertura política

Até as eleições de 1974, o sistema político partidário estava desacreditado enquanto um caminho para mudanças. É a partir dessas eleições, no bojo do projeto de distensão, que o processo eleitoral, até então esvaziado de seu significado enquanto um caminho para mudanças passa a ser percebido enquanto uma possibilidade para, de alguma forma, se posicionar ante os militares.

Ao se referir ao momento político vivido no país no pós-74, Skidmore (1988, p. 69) chama a atenção para o fato de que "nenhum membro significativo da esquerda pregava a ação armada. Era uma época de intenso debate político, mas dentro da estrutura criada pela abertura." E afirma, ainda, que (1988, p. 70),

> a oposição no Congresso foi portanto capaz de manter uma linha de legitimidade democrática, mesmo que seus votos fossem vencidos ou rejeitados. Como resultado, o MDB conseguiu, no começo de 1970, colocar-se como legítimo representante da oposição, como foi

> demonstrado, dramaticamente, nas eleições de 1974.

No entanto, é importante ressaltar, que a atuação dos parlamentares do MDB, ao longo do período da ditadura militar, teve como característica a moderação. Cientes de que quem "dava as cartas" eram os militares, os parlamentares emedebistas, que ao longo deste processo político, vão se consolidar enquanto um campo de contestação ao regime autoritário, sabiam que uma postura política mais radicalizada poderia despertar receios no núcleo do poder, cuja reação poderia ir desde retaliações, como cassações, ou dependendo da dimensão da postura, poderia pôr em risco o próprio processo de abertura política.

O sociólogo Bolivar Lamounier, em artigo intitulado "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura" faz uma análise que converge com as colocações de Skidmore. Aponta que é neste momento que surge, pela via institucional, uma forte oposição ao governo. Há uma "reativação dos mecanismos representativos clássicos, eleitorais e partidários" (LAMOUNIER, 1988, p. 85). Ele se baseia, para chegar a tal conclusão, nas vitórias obtidas pelo MDB, nos grandes centros urbanos, a partir das eleições realizadas naquele ano (1988, p. 84).

Ridenti (2014, p. 38), ao refletir sobre a atuação das oposições no período ditatorial, observa que,

> após a derrota eleitoral de 1970, setores do MDB convenceram-se da necessidade de construir uma atuação oposicionista mais consistente, indispensável à sobrevivência do partido, presidido desde 1971 por Ulysses Guimarães, antigo político do PSD. A oportunidade veio com a distensão iniciada no governo Geisel. Candidatos do MDB usaram o horário eleitoral gratuito na televisão para fazer críticas ao governo durante a campanha eleitoral parlamentar de 1974. Buscavam representar certo descontentamento com a ditadura, que ficara indicado pelo número elevado de votos nulos e brancos em 1970, e que vinha aumentando com os problemas do "milagre econômico". Os resultados eleitorais mostraram que o descontentamento era maior do que se supunha: com o apoio concentrado nos grandes centros urbanos, o MDB teve mais votos que a Arena para o Senado, embora perdesse por pequena margem no sufrágio para a Câmara Federal. Apesar de manter a maioria no Congresso, o governo ficou assustado, mesmo considerando que os eleitos pelo MDB em geral eram moderados e até aderiam às diretrizes governamentais.

A via eleitoral, de maneira crescente, ganha importância no processo político vivido no país, a partir de 1974 e continuará relevante, sobretudo após o fim do Estado de Exceção. E como se, a partir do golpe civil-militar de 1964, tivesse havido uma aprendizagem, parte da população começa

a associar o governo do período com a ARENA, e percebe que votar no MDB podia ser uma forma de sinalizar seu descontentamento com a atual situação que o país vivia.

Afirma Lamounier que,

> o bipartidarismo imposto, a própria debilidade do partido oposicionista e a supressão das eleições diretas combinaram-se, portanto, para tornar plebiscitária a manifestação eleitoral, conferindo à eleição para o Senado uma conotação simbólica de pronunciamento acerca do regime e da situação do país em seu conjunto. (1988, p. 112)

O autor refere-se à vitória do candidato do MDB de São Paulo, Orestes Quércia, sobre o situacionista Carvalho Pinto, conquistando 4,6 milhões de votos, contra 1,7 milhões de votos do candidato arenista. Cabe observar que nas eleições de 1974 havia uma vaga para o Senado em disputa. Os outros dois terços da casa seriam renovados na eleição de 1978. Tal desempenho do MDB leva Lamounier a concluir que se por um lado fica claro que havia uma intenção de revitalizar a legitimidade do sistema pela via eleitoral, por outro, houve uma manifestação popular no sentido oposto. “A Arena passou a ser vista como o partido ‘do governo’, ‘dos ricos’, ‘da elite’, e o MDB como o partido dos ‘underdogs’, ‘dos pobres’, ‘da oposição’” (1988, p. 115).

Este fenômeno, sobre o qual reflete o autor, repercutiu também em Santa Catarina. O MDB também obteve vitórias nas eleições de 1974, conforme expõe Lenzi em seu livro “Partidos e Políticos de Santa Catarina” (1983, p. 355-378). A sucessão de Colombo Salles gerara uma crise dentro do partido governista, a ARENA, o que levara o então governador a não atuar nas eleições para o legislativo, que ocorreriam em novembro daquele ano. Ou seja: a ARENA não contou com a influência do governador naquele pleito. A escolha de seu sucessor, realizada numa articulação entre grupos oligárquicos e o governo federal, que culminou na indicação pelo Presidente Geisel de Antônio Carlos Konder Reis, afastou Colombo da disputa.

Esse e outros fatores como o crescimento de algumas cidades do estado e o aumento da desigualdade, e também o caráter plebiscitário que o bipartidarismo gerou, ou seja, todo o descontentamento contra o governo poderia ser canalizado em votos para o único partido oposicionista, levou o MDB, nas eleições de 1974, em Santa Catarina, a vencer a eleição para o Senado. Evilásio Vieira derrotara o ex-governador Ivo Silveira. Para a Câmara, a ARENA elegeu 9 deputados e o MDB elegeu 7, entre eles, Jaison Barreto e Luis Henrique da Silveira. Houve um aumento no número de cadeiras do MDB. Na Assembleia Legislativa, foram 22 da ARENA e 18 do MDB. A tendência

não se repetiu nas eleições municipais de 1976. O partido governista vence em maior número de prefeituras, mas o MDB leva vantagem nos municípios de maior densidade eleitoral: Blumenau, Joinville e Lages.

Em 1974 o partido do governo sofrera uma derrota nas urnas. As vagas para o Senado foram preenchidas assim: 06 para a ARENA e 16 para o MDB. Mas o partido governista ainda mantinha maioria, pois como já foi dito, nesta eleição seria renovado um terço do Senado. Para a Câmara dos Deputados, o MDB conquistou 160 cadeiras, a ARENA, 204. No entanto, mesmo permanecendo como minoria na Câmara e no Senado, o crescimento do MDB é notável. Em 1970, para o Senado (renovação de dois terços da casa) a ARENA ficou com 41 assentos e o MDB com apenas 05. Na Câmara, a relação ficou em 223 para o partido do governo e 87 para a oposição. Houve um crescimento da oposição e as eleições de 1974 deixaram o governo em alerta. A mensagem era evidente: havia sinais de desgaste dos governos militares e o crescimento eleitoral da oposição pôs em xeque o plano governamental de uma abertura "gradual, cuidadosamente controlada" (SKIDMORE, 1988, p. 35). As eleições de novembro de 1974 tiveram reflexo na condução da abertura, ao menos em seu ritmo, pois de certa forma, influenciou para que o governo mudasse as regras estabelecidas. Se o MDB mantivesse o

crescimento eleitoral o processo poderia sair do controle, então o governo, antecipadamente, se articulou para as eleições municipais de 1976 e, principalmente, as de 1978, onde seriam renovados, além de dois terços do Senado, todos os assentos da Câmara dos Deputados, os assentos das Assembleias Legislativas bem como todos os governadores (esta eleição para governador seria pela via direta, a princípio). Skidmore (1988, p. 35) chama atenção para o fato de que mesmo se as eleições indiretas para governador fossem mantidas, o crescimento do MDB nas Assembléias Legislativas em Estados-chave da federação apresentava, para o governo, o risco de derrota de seu partido, uma vez que os governadores eram escolhidos pelos parlamentares das respectivas casas legisladoras.

Como o sucesso do MDB nas eleições de 1974 foi em parte atribuído ao desempenho do partido na propaganda eleitoral no rádio e televisão, o governo se organiza para as eleições de 1978, pensando em mecanismos que possam auxiliar seu partido de apoio, nas urnas. Afirma Skidmore (1988, p. 40) que,

> no fim de junho o governo mostrou novamente seu medo do poder dos meios de comunicação quando conseguiu arrancar do Congresso uma lei (conhecida como “Lei Falcão”, nome do

> ministro da justiça) restringindo o uso de rádio e da televisão para as eleições municipais de 1976 à difusão apenas de fotos dos candidatos com resumos falados inócuos sobre cada um.

A “Lei Falcão”, aprovada em 1976, foi reafirmada no conhecido “Pacote de abril”, que foi um conjunto de mudanças na constituição federal, outorgado em 1977. Visavam beneficiar a Arena nas eleições seguintes. Entre as mudanças incluídas no “pacote”, estavam previstas as eleições indiretas para governadores - em 1978 - e para um terço dos senadores (que ficaram conhecidos como “senadores biônicos”. Como nestas eleições seriam renovados dois terços do Senado, o outro terço seria renovado por meio de eleições diretas). Houve uma alteração no *quorum* necessário para a aprovação de emendas constitucionais. A partir do “pacote” seria necessária uma maioria simples, antes, eram necessários 2/3. O “pacote” previa mudança no tempo de duração do mandato presidencial, que era de 05 anos, e a partir de então, passara para 06 anos. Outra mudança importante é a que, segundo afirma Skidmore (1988, p. 42), “os deputados federais seriam alocados na base da média da população e não dos eleitores registrados (como em 1970 e 1974)”. Esta última mudança citada é uma resposta do governo ao fato de o MDB ter grande votação nos centros urbanos, enquanto a Arena era mais forte eleitoralmente em

municípios menores, menos urbanizados, áreas rurais onde o contingente de cidadãos não alfabetizados era mais numeroso. Cabe lembrar que, como afirma Nicolau (2012, p. 125),

> (...), o sufrágio universal não era uma realidade no país até o fim do regime militar, por conta da proibição de que os analfabetos pudessem votar. Em maio de 1985, essa restrição foi eliminada. A Emenda Constitucional n. 25 estabeleceu a idade como o único critério para definir quem poderia ser eleitor.

E, ainda segundo o autor, o direito dos cidadãos analfabetos votarem foi confirmado na Constituição de 1988, mas, no entanto, o voto é facultativo e estes cidadãos não podem ser votados. Ou seja: não poderão se candidatar a nenhuma das vagas em disputa nos processos eleitorais, seja do executivo ou do legislativo.

O calendário eleitoral de 1978 foi organizado da seguinte maneira: em 1º de setembro, eleição indireta para Governador. Em 15 de outubro, eleição indireta para Presidente. E, no dia 15 de novembro, eleições diretas para Deputado federal, Senador, Deputado estadual e de território. (NICOLAU, 2012, p. 112)

Nestas eleições, o MDB não conseguiu manter o desempenho anterior. Foram eleitos pelo partido 08 senadores pela via direta e um, por indicação. A Arena conseguiu eleger

16 senadores pela via direta e 23 pela indireta. Para a Câmara dos Deputados, o MDB elegeu 189, enquanto a Arena elege a maioria de 231 parlamentares. Para Governador, o MDB elegeu apenas um, Chagas Freitas, no Rio de Janeiro. Em todos os demais estados, a Arena venceu. No entanto, ainda que em minoria, neste contexto, a oposição possuía representatividade considerável. Nada comparável com as eleições de 1970, por exemplo.

Já em Santa Catarina, em 1978, das duas vagas para o senado, uma seria indireta, indicada pelo Colégio Eleitoral. Como a ARENA possuía maioria no Colégio, indicou um correligionário: Lenoir Vargas Ferreira. A outra vaga, decidida na eleição de novembro ficou com o deputado federal Jaison Barreto, do MDB. Para a Câmara dos Deputados, após as eleições, 9 cadeiras para o partido do governo e 7 pra oposição, assim como nas eleições de novembro de 1974. No entanto, para a Assembleia Legislativa, o MDB elege 17 deputados estaduais contra 23 da ARENA, um deputado estadual a menos, se comparado ao pleito anterior.

Desta maneira, com maioria na Câmara Federal e no Senado, o governo militar manteve sua força política e pode conduzir o processo de abertura, da forma como fora sinalizado no início do governo Geisel. Não obstante, era uma realidade a existência de um partido oposicionista que pressionava o

governo e, sinalizava com futuras dificuldades eleitorais para o partido governista. O que estava em jogo, então, era a transição política e o governo militar não desejava perder o controle da situação.

Com a intenção de dividir a oposição, que vinha se fortalecendo no processo eleitoral, em 1979, o governo envia ao congresso uma lei que alteraria o sistema político partidário, que passaria a operar não mais de forma bipartidária, mas novamente com o multipartidarismo. Skidmore percebe que "na prática, o sistema bipartidário compulsório tendia a fortalecer a oposição, e se tornava difícil vencê-la mesmo em eleições parcialmente abertas." (1988, p. 54). Assim, o governo planejou conservar seu partido, e dividir a oposição, visando, desta forma, obter futuras vitórias eleitorais no processo de transição. A partir de 1979, as novas legendas não poderiam usar os antigos nomes e deveriam iniciar com a palavra 'partido'. Há um rearranjo de forças políticas em diferentes legendas. A ARENA, partido que apoiava o governo, "reagrupou-se como Partido Democrático Social (PDS), enquanto a maioria do antigo MDB, juntou-se no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), [...]" (SKIDMORE, 1988, p. 54) Além destes dois grandes partidos, inicialmente, houve a criação de outras legendas: O PTB, o PDT, fundado por Leonel Brizola, e, segundo assinala

Skidmore, “à esquerda de todos esses partidos estava o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Lula” (1988, p. 54) Além destes, havia ainda o PP, Partido Popular, oposicionista conservador, que em 1981 iria se fundir com o PMDB.

Em setembro de 1980, as eleições municipais marcadas para novembro deste ano, foram adiadas pelo Congresso, para o ano de 1982. Assim, as municipais ocorreriam simultaneamente com as eleições para governador, para um terço do Senado e para toda a Câmara dos Deputados e para as Assembleias de todos estados. Os parlamentares do PDS tinham interesse no adiamento, pois assim se manteriam por mais tempo no poder, uma vez que os mandatos seriam prorrogados, e o PMDB, por sua vez, foi favorável ao adiamento porque seus parlamentares compreendiam que precisariam de mais tempo para se organizar enquanto partido, para disputar em melhores condições as eleições. Em novembro de 1980 o Congresso aprovou uma Emenda Constitucional “para reintroduzir eleições diretas para os governadores de Estado e todos os senadores (embora os “biônicos” não terminassem seus mandatos senão em 1986)” (SKIDMORE, 1988, p. 58).[21]

---

[21] Trata-se da Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc15-80.htm> Acesso em 22 de agosto de 2014.

As eleições de 1982 são fundamentais dentro do processo de transição. A princípio, o próximo Presidente da República seria eleito por meio de um Colégio Eleitoral, no ano anterior ao de término do mandato do atual presidente, no caso o Gal. João Baptista Figueiredo.[22] E, este Colégio Eleitoral é composto por membros do Congresso Nacional e por delegados das Assembleias Legislativas dos Estados. É fato que o resultado das eleições de 1982 poderia, caso não houvesse nenhuma mudança nas regras eleitorais, indicar o partido com mais chances de eleger o próximo do Presidente da República, dentro deste contexto. Assim, as alianças entre os partidos foram proibidas, afinal, a estratégia de Golbery do Couto e Silva[23], ao propor o multipartidarismo era justamente dividir a oposição. Estabeleceu-se o "voto vinculado", que obrigava o eleitor a votar no mesmo partido, para o legislativo

---

[22] Na Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, a eleição do Presidente por meio de um Colégio Eleitoral está definida, mas, no entanto, o Colégio se reuniria ao dia 15 de janeiro do ano em que findar o atual mandato presidencial, para realizar a eleição do sucessor. No entanto, o Decreto-Lei nº 1.539, de 14 de abril de 1977, faz alterações na Lei Complementar nº 15, que foi citada anteriormente. Uma das alterações estabelece o dia da eleição para a sucessão presidencial para "15 de outubro do ano anterior àquele em que findar o mandato presidencial." No entanto, em 1984, novas alterações são feitas na referida Lei Complementar. Uma delas estabelece o dia da eleição, novamente, para o dia "15 de janeiro do ano em que findar o mandato presidencial".

[23] Ministro da Casa Civil do governo do presidente Gal. João Baptista Figueiredo, de março de 1979 a agosto de 1981.

e para o executivo. Caso isso não acontecesse, o voto não seria contabilizado. O que beneficiava os maiores partidos, no caso o PDS e o PMDB, com estrutura para apresentar candidaturas em todos os níveis, na grande maioria dos municípios. Não era possível votar na legenda e o candidato escolhido deveria ter seu nome escrito na cédula, ao contrário de outros anos em que os nomes já apareciam, para serem apenas selecionados. Os partidos menores foram prejudicados com esses dificultadores. E se pensarmos que os membros do PDT, PT e PTB, eram do antigo MDB, o que por sua vez se configuraria em ausências nas fileiras do então PMDB, pode-se deduzir que o PDS foi o grande beneficiado das medidas.

Skidmore (1988, p. 63) observa que, nas eleições de 1982, a estratégia governamental de dividir a oposição através do pluripartidarismo obtivera êxito. Na Câmara dos Deputados, o PDS obtivera 235 cadeiras, contra 240 da oposição (entende-se por oposição os quatro partidos juntos: PMDB, PDT, PTB e PT) e no Senado, o PDS conquistou 46 cadeiras, contra 23 da oposição. E ainda, “a oposição ganhara o governo de nove dos Estados mais populosos e industrializados, incluindo Estados-chave, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.” (SKIDMORE, 1988, p. 64) Em Santa Catarina, num pleito acirrado, o PDS venceu a eleição para o Governo do

Estado com a candidatura de Esperidião Amin, derrotando Jaison Barreto, do PMDB, por pequena margem de votos.[24]

O resultado é expressivo para as oposições. Em votações no congresso, caso os partidos oposicionistas atuassem em bloco, teriam força de maioria. No entanto, no Colégio Eleitoral, o PDS obteve vantagem. Segundo Skidmore (1988, p. 63), "(...) o PDS conservava uma maioria de 359 a 321".

Neste ínterim, o país vivenciou uma reivindicação de massa por eleições diretas, o movimento conhecido por "Diretas Já". Para Nicolau (2012, p. 119) "a campanha cívica que contou com maior envolvimento dos cidadãos na história política brasileira foi organizada em torno de um tema eleitoral: o voto direto para Presidente da República". É significativo pensar que no andamento do processo de abertura

---

[24] Esperidião Amin obteve 838.150 votos, contra 825.500 votos de Jaison Barreto. Chama atenção o fato de que nenhum outro candidato envolvido na disputa tenha acumulado sequer 10 mil votos. Em terceiro ficou Eurides Luiz Mescolotto, do PT, com 6.803 votos, seguido por Ligia Doutel de Andrade, do PDT, com 4.572 votos. Por último há o nome de Osmar Cunha, do PTB, com 2.281 votos. <http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-anteriores/1982-estadual-e-municipal/index.html> Acesso em: 10 de março de 2014. Itamar Aguiar, em sua dissertação de mestrado, que posteriormente foi editada em livro, analisou a cobertura daquele pleito pelos meios de comunicação mais expressivos em Santa Catarina, e constatou que os mesmos possuíam profundas ligações com o PDS, direta ou indiretamente, e se posicionaram de maneira explícita a favor do candidato Espiridião Amin. Cf. AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral:** Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau: ed. da Furb, 1995.

política, democratizar o país torna-se, de certa forma, sinônimo de poder escolher o presidente através do voto direto. Aarão Reis (2014, p. 144) situa historicamente esta campanha entre fins de 1983 e abril de 1984. Observa o autor que a reivindicação por eleições diretas mobilizou milhares de pessoas em comícios, em diversas cidades do país. É sabido que a emenda Dante de Oliveira atenderia as reivindicações de então, foi votada no Congresso na Câmara em 25 de abril de 1984, não conseguiu os votos necessários para que fosse aprovada. Ainda que fosse, teria dificuldades de passar no Senado, onde o PDS tinha mais força que as oposições reunidas.

Assim, em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves como o primeiro civil, desde 1964, a ser eleito Presidente da República. No processo eleitoral, houve um racha interno no partido governista, por conta de grupos que não apoiavam o vencedor das prévias do PDS, o então deputado federal Paulo Maluf. Este grupo, auto-intitulado Frente Liberal, apoiou a chapa do PMDB, formada por Tancredo Neves e o político maranhense José Sarney. Este apoio ficou conhecido por Aliança Democrática.

Portanto, as eleições municipais de 1985, marcadas pra 15 de novembro, para os partidos envolvidos eram estratégicas. Era ainda um período de transição e não havia eleições diretas

para Presidente da República. Discutia-se em âmbito nacional a respeito da Assembleia Constituinte, cuja eleição aconteceria em 1986. Aliás, em 1986, teríamos eleições para governadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores. Em 1985 se debatia calorosamente se a constituinte seria congressual ou exclusiva. A maioria parlamentar optou pela constituinte congressual, na qual os senadores e os deputados federais acumulariam as funções de congressistas e constituintes. Então, como em 1985 haveria eleições para prefeito em capitais, cidades que foram consideradas em áreas de segurança nacional e cidades com reservas hidrominerais, os partidos que obtivessem vitórias significativas certamente estariam mais fortalecidos para o ano seguinte, que seria de intensa disputa. Cabe lembrar que em 1982, houve eleições diretas para governador, deputado estadual, deputado federal, senador, e também para vereador. No caso dos vereadores, o mandato era de seis anos de duração, de 1983 até 1988. Nas eleições de 1985, o mandato teria três anos de duração. Seria apenas para o cargo de prefeito, pois as eleições para as câmaras municipais já tinham ocorrido em 1982.

Ao longo do processo de abertura política, as eleições ganharam centralidade, importância. Por um lado os governos militares, a partir do governo do Gal. Geisel, na busca por legitimidade, viram nas eleições um caminho para tal, e por

outro, a via institucional surge enquanto um espaço de contestação, de oposição à ditadura militar. Espaço esse que passa a ser valorizado e também ocupado por grupos oposicionistas. Neste sentido, se nos primeiros pleitos ocorridos na ditadura houve um esvaziamento, um descrédito que acarretou em altos índices de votos brancos e nulos, a partir de 1974, as eleições passam a ser um centro de disputas acirradas. De um lado grupos oposicionistas procuram espaço através destas para defender suas bandeiras e por outro, os governos militares, com receio de perder espaço no legislativo, vão modificando as regras do jogo, a cada período eleitoral. Do descrédito, as eleições atravessam o processo de abertura ganhando força e, nos últimos passos rumo à constituinte, adquirem centralidade na democracia que vem sendo construída.

1.3 – O ano de 1984: repercussões na política catarinense

Em setembro de 1984, ocorreu na cidade de Florianópolis um grande comício que reivindicava eleições diretas para a Presidência da República.[25] A maior

[25] Maiores aprofundamentos sobre o movimento das Diretas-Já em Santa Catarina, em: DUARTE, Rafaela. **DIRETAS-JÁ em Santa Catarina:** o

aglomeração de pessoas ocorreu na Praça XV e no Largo da Catedral, no centro da cidade. Diversos outros eventos similares já haviam ocorrido em outras cidades brasileiras, desde o ano anterior, 1983. O movimento por eleições diretas teve grande repercussão em todo o país e levou às ruas milhões de pessoas, a partir de março de 1983.

A Proposta de Emenda Constitucional que visava estabelecer o voto direto para Presidente, conhecida como Emenda Dante de Oliveira, que datava de março de 1983, havia sido votada e derrotada por falta de número mínimo de votos para a sua aprovação na Câmara dos Deputados ao dia 25 de abril de 1984. Neste dia, na Câmara, esteve reunido o Congresso Nacional para a realização da sessão conjunta, necessária para votar uma Emenda Constitucional. Pela legislação vigente[26], a Emenda Dante de Oliveira somente seria

---

movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais *O Estado, A Notícia* e *Jornal de Santa Catarina* (1984). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

[26] Trata-se da Emenda Constitucional n. 22, de 29 de junho de 1982. Em 1985, esta havia tinha sido a última vez que o artigo que versa PEC havia sido modificada, sendo, portanto, a legislação vigente sobre este assunto. Na Constituição de 1967, o artigo que versa sobre o procedimento para votação de Propostas de Emendas Constituicionais é o Artigo 51. Nele consta que "a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, dentro, de sessenta dias a contar do seu recebimento ou apresentação, em duas sessões, e considerada aprovada quando obtiver em ambas as votações a maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso" Fonte:

aprovada se houvesse voto favorável de dois terços do total de deputados eleitos, que naquela legislatura eram 479. Sendo assim, 320 votos seriam necessários para que a Emenda fosse

---

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em: 05 de fev. de 2016. No entanto, a Constituição de 1967 foi alterada com a Emenda Constitucional n. 1 de 17 de outubro de 1969. Nesta emenda, o artigo que passa a tratar do procedimento de votação para PECs, é o art. 48. Nele consta o seguinte: "a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de sessenta dias, a contar da sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de suas Casas."
Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm> Acesso em 05 de fev. de 2016. O texto do artigo 48, da Emenda n. 1 de 1969, foi modificado pela primeira vez pela Emenda Constitucional n. 8, de 14 de abril de 1977. Nesta Emenda, "a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de noventa dias a contar de seu recebimento, e havida por aprovada quanto obtiver, em ambas as sessões, maioria absoluta dos votos do total de membros do Congresso Nacional."
Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc08-77.htm> Acesso em 05 de fev. de 2016. Em 1978, houve nova Emenda que modificou a redação do artigo 48 da Constituição: trata-se da Emenda n. 11 de 13 de outubro. De acordo com este texto, "a proposta será discutida e votada, em reunião do Congresso Nacional, em 2 (dois) turnos, dentro de 90 (noventa) dias a contar de seu recebimento, considerando-se aprovada, quando obtiver, em ambas as votações, maioria absoluta dos votos dos membros de cada uma das Casas."
Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm> Acesso em: 05 de fev. de 2016. A próxima e última alteração neste texto, tomando como referencia o ano de 1985, foi a Emenda n. 22, de 29 de junho de 1982, citada no início desta nota.

aprovada pelos deputados, para que, em seguida, pudesse ser votada pelo Senado. Nesse caso seriam necessários dois terços de votos favoráveis, em relação ao total de senadores eleitos. Ainda assim seria necessária uma segunda votação, seguindo estas mesmas regras. Mas, a emenda atingiu não mais do que 298 votos de parlamentares em seu favor, faltando 22 votos para totalizar os dois terços necessários. Contra a PEC, votaram 65 deputados. Ao todo, foram 113 ausências e 3 abstenções. Nesse caso, a Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada, não chegando a ser votada pelo Senado.

Sobre a votação da Emenda, Bertoncelo (2007, p. 179) afirma que,

> não obstante a derrota da Emenda Dante de Oliveira, a campanha pela eleição direta marcou profundamente a história brasileira. Nunca antes, tantas pessoas haviam se reunido em ruas e praças públicas para reivindicar um direito, no caso, o direito de eleger diretamente o Presidente da República.
> A Campanha das Diretas-Já superou as expectativas iniciais de seus organizadores, tornando-se a maior manifestação de massas de toda a história brasileira. Segundo os dados coletados, foram 98 comícios e passeatas, que tiveram mais de 5 milhões de participantes.

No entanto, mesmo com a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, o anseio popular a favor do voto direto continuava

vivo. Isso encorajava diversas lideranças políticas a continuar com a mobilização, ainda que neste mês de setembro estivessem em estágio avançado as negociações entre o PMDB e a recém-formada Frente Liberal (com dissidentes do partido oficialista PDS) a favor do nome de Tancredo Neves para disputar a eleição indireta no Colégio Eleitoral.

O comício realizado no dia 11 de setembro, uma terça-feira, em Florianópolis, é emblemático neste sentido. No dia seguinte, ocupando a metade superior da primeira página do periódico *O Estado*, uma grande foto aérea do Largo da Catedral exibia a imagem de uma multidão portando faixas e aguardando o início do evento. Logo abaixo da foto, o título "Diretas-já enchem praça" e a seguinte frase: "As 15 mil pessoas que se concentraram na pequena praça XV, nesta Capital, aplaudiram as diretas-já, condenaram a constituição do Colégio Eleitoral e não pouparam vaias aos 2 candidatos"[27]. Segundo o periódico, o evento atraiu, além da multidão, algumas figuras políticas de renome nacional, como Doutel de Andrade, presidente nacional do PDT, Lula, presidente nacional do PT, e Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, além de referências políticas regionais como o governador Esperidião Amin, do PDS e Jaison Barreto, senador

[27] O Estado, 12 de setembro de 1985, p. 1.

pelo PMDB de Santa Catarina, entre várias outras figuras conhecidas em âmbito municipal.

Este evento contém algo de muito significativo para se refletir sobre a eleição para prefeito da capital catarinense ocorrida em novembro de 1985: naquele palanque havia a presença de políticos de tendências variadas entre as lideranças nacionais. Esquerda, direita e centro estavam ali. E, dentro daquele pluralismo partidário há uma aproximação que chama atenção. Na página 2, da edição do dia 12 de setembro do periódico *O Estado*, dia seguinte ao comício, no canto superior esquerdo, pode-se verificar uma fotografia com o então Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, ao lado do Senador peemedebista Jaison Barreto. Acima da notícia e da fotografia referida, afirmações das duas figuras políticas são citadas, com destaque: "Amin: 'o futuro é nosso e vamos escrevê-lo'. Jaison: 'O anseio nacional vai prevalecer'". O texto da notícia inicia dando voz ao Governador catarinense:

> "Só para os mentirosos as diretas estão no cemitério." Foi com essa afirmação que o Governador Esperidião Amin iniciou o discurso, no qual condenou todos os que aceitem a disputa no Colégio Eleitoral. Numa referência aos tancredistas e aos integrantes da Frente Liberal, Amin afirmou que "não podemos aceitar aqueles que estão pensando neste momento em eleição indireta e vêm aqui falar em defender eleições diretas".

> "Hoje, acrescentou o Governador, Santa Catarina dá demonstração de que o povo quer diretas, e que haverá de cobrar e julgar os nomes daqueles que forem homologar o Colégio Eleitoral, porque estarão permitindo que 686 sócios privilegiados de um clube fechado decidam quem será o próximo Presidente enquanto que o povo pagará o pato".(...)
> Esperidião Amin fez um apelo no sentido de que "façamos possível as eleições diretas já"[28]

Esperidião Amin se posiciona claramente a favor de eleições diretas no palanque, diante da multidão. Não obstante este posicionamento, que viria ao encontro das expectativas da noite, a narrativa do periódico registra a reação do público para com o então governador de Santa Catarina, como se pode aferir na continuação do texto citado acima:

> Em meio às vaias do público, Esperidião Amin não vacilou e respondeu à manifestação desfavorável dizendo que "quem defende as diretas há tanto tempo não poderia estar ausente neste momento". E acrescentou: "O futuro é nosso e nós vamos escrevê-lo". Numa referência ao entendimento que fez com Jaison Barreto e com o PT, para a promoção do comício, Amin disse que "estão nesse palanque adversários que respeito em razão da sinceridade de suas posições". Mas, concluiu, "não podemos aceitar os que defendem o Colégio e vêm aqui pregar as diretas".

[28] O Estado, 12 de setembro de 1984, p. 2.

O governador enfatiza que continuam adversários, ele e as principais lideranças presentes. Mas, no entanto, o fato de se posicionarem, naquele momento, contra a realização da eleição presidencial indireta via Colégio Eleitoral os aproxima.

Jaison Barreto, na sequência da matéria, demonstra seu desprezo pela eleição via Colégio Eleitoral:

> "Quanto tempo perdido nos conchavos dos palácios, nos acertos da elite, na vergonha do Colégio Eleitoral, provocando a descrença do povo brasileiro". Foi assim que o Senador Jaison Barreto, um dos idealizadores do comício, iniciou seu discurso condenando de forma veemente a aliança feita para viabilizar a candidatura de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. Foram – disse o Senador – quatro meses de "omissão, titubeios e ambivalências, e que hoje o povo demonstra aqui na Praça que não aceita e repudia". Neste momento de definições - afirmou Barreto - "nunca fui tão coerente com meu partido, pois esse Colégio é uma farsa, uma mentira e a mistificação do que deseja o povo. É chegado o momento", acrescentou, " de cada um assumir a sua identidade, inclusive acima dos Partidos, porque nesses conchavos e conluios não teremos Governo para fazer as transformações sociais que o povo exige e reclama".[29]

[29] O Estado, 12 de setembro de 1984, p. 2.

O Senador catarinense deseja uma democracia com alguns princípios que estejam, ao menos em seu entendimento, acima das divergências partidárias. Ele indica, no excerto acima, uma democracia que não seja articulada pelas "elites", termo que em seu discurso é colocada muito próxima da ideia de "conchavos", ou seja, de grupos que se articulam entre si "por cima", sem ou com pouca vinculação com a população que os elegeu. Esta situação estaria simbolizada pela existência do Colégio Eleitoral, e a consequente eleição indireta. Também sugere uma democracia de base, onde os anseios dos "de baixo" sejam materializados. A narrativa do *O Estado* prossegue, mostrando o Senador Jaison usando um palavreado mais forte:

> Trata-se de uma democracia da máscara, do vomitório que tentam impor ao país. Não se constrói uma nação através de um Colégio, onde 686 pessoas querem ter a pretensão de decidir em nome do povo brasileiro – afirmou Jaison Barreto, em meio a aplausos do público. "Esse", acrescentou, "é o nosso compromisso sem conciliações e conchavos, pois mais cedo ou mais tarde vamos derrotar essa burguesia, construindo uma Nação socialista e mais justa". Por isso – referindo-se ao Governador Esperidião Amin – Jaison lembrou que "continuamos adversários políticos, mas estamos aqui de cabeça erguida, sem fazer concessões, para dizer que aconteça o que acontecer, não abriremos mão dos nossos

> princípios e haverá de prevalecer o anseio nacional de eleições diretas já.

Barreto interpreta o Colégio Eleitoral como algo nocivo, digno de repúdio. Ao compreender como uma "democracia da máscara" a saída política que levou à eleição indireta para presidente da República, o Senador marca posição diferenciando-se daqueles que a articularam: defende uma política sem "conciliações e conchavos", palavras com sentido negativo dentro deste contexto.

Vários políticos discursaram naquela noite. Cada um tinha um tempo determinado e havia uma ordem pré-estabelecida para falar perante a multidão. Lula foi "ovacionado pelo público" e o PT o único partido a não ser vaiado. Ao todo, segundo o periódico, tiveram a palavra no palanque, "37 oradores".[30] O vereador Rogério Queiroz do PMDB fora aplaudido pela multidão, segundo o periódico, quando:

> criticou severamente o Governador Esperidião Amin por não ter comparecido ao comício de Abril, antecedendo a Emenda Dante de Oliveira. "Se ele tivesse se engajado de fato antes, não estaríamos hoje aqui e já teríamos as eleições diretas marcadas", reclamou.[31]

---

[30] O Estado, 12 de setembro de 1984, p. 2.
[31] Ibidem, p. 2.

Não era um segredo que o então governador de Santa Catarina, ao longo daquele ano de 1984, tivera uma postura ambígua com relação a esta grande reivindicação nacional. Seu comportamento dúbio esteve relacionado, por um lado, com as tratativas dentro do PDS para a sucessão presidencial e, por outro, com o ganho de popularidade que a campanha das Diretas-Já ia adquirindo junto à opinião pública.

No início de 1983 começavam as articulações dentro do partido governista visando à sucessão presidencial. Muito embora o General Presidente, João Figueiredo desejasse escolher um candidato para unir as facções internas de seu partido, as circunstâncias impuseram um quadro de disputas. Segundo Bertoncelo (2007, p. 94),

> contrariando a orientação que Figueiredo queria dar à sucessão, houve um acirramento da luta sucessória dentro do PDS ao longo de 1983. O partido dividiu-se em torno de três candidaturas principais (que seriam oficializadas apenas no início do ano seguinte): a do deputado federal por São Paulo, Paulo Maluf, a do Ministro do Interior, Mario Andreazza, e a do vice-presidente, Aureliano Chaves.

Estas candidaturas dividiam o partido do governo. O Ministro do Interior, o Coronel Mário Andreazza, tinha o apoio dos governadores do PDS, que por sua vez tinham interesse

nos recursos do ministério controlado pelo Coronel. Era o nome favorito do General Figueiredo e, por consequência, dos setores do partido leais a ele. Por ser próximo ao governo não possuía grande popularidade perante a sociedade. Já Aureliano Chaves possuía o apoio de parte significativa da bancada mineira de deputados federais do partido governista, além do apoio do governador do Ceará, Luiz Gonzaga Motta. Bertoncelo (2007, p. 96) observa ainda que o vice-presidente possuía também o apoio de "um bom número de empresários, especialmente no setor industrial, e de dirigentes de empresas estatais. Tinha também a simpatia de parcela da opinião pública."

Por fim, afirma Bertoncelo (2007, p. 95) que,

> a candidatura de Maluf cresceu nos setores do PDS excluídos das principais instâncias do poder nos níveis federal e estadual. Segundo cálculos preliminares, obtinha boa votação na base parlamentar do Congresso Nacional e no Diretório Nacional. Dentro do governo, Maluf era apoiado pelo Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, mas enfrentava a resistência de Figueiredo e do Chefe da Casa Civil, Ministro Leitão de Abreu. Dentro do Exército, tinha o apoio do General Golbery e de alas ligadas aos Generais Médici e Costa e Silva. Estava ligado ao governador Júlio Campos, do Mato Grosso e, posteriormente, obteve também o apoio do governador da Paraíba, Wilson Braga. Na sociedade, sua candidatura tinha a simpatia de setores empresariais (especialmente nos setores

> comercial e agroexportador) favoráveis a um ajuste da economia em moldes neoliberais.

Em um primeiro momento, Esperidião Amin tentou, nas palavras de Viola (1986, p. 7) “um difícil jogo de equilibrista”, que envolvia conviver com o bloco malufista do PDS em Santa Catarina, que tinha como referência o vice-governador do Estado, Victor Fontana. A candidatura de Maluf à sucessão presidencial era, mesmo a contragosto do General-Presidente, uma candidatura forte. Quando na Convenção Nacional do PDS, Paulo Maluf, ao derrotar Andreazza e Chaves, se torna o candidato do partido, setores descontentes do PDS ainda no mês de agosto de 1984, articulam a Frente Liberal em torno do nome do governador de Minas Gerais, o peemedebista Tancredo Neves.

Eduardo Viola (1986, p.7) percebe a movimentação de Amin da seguinte maneira:

> O governador manteve-se em posições mais neutras possíveis até que se produziu a dissidência aberta dos frentistas com o PDS. A partir deste momento, diferenciando-se claramente do senador Bornhausen (Articulador da Aliança Democrática) adotou a postura favorável às diretas que o tornou, uma vez mais, famoso entre os governadores. A assunção tardia da proposta das diretas permite interpretar que sua posição estava muito mais orientada por conveniências políticas

> conjunturais que por convicções políticas profundas. (1986, p.7)

O fato é que no comício de 11 de setembro em Florianópolis, o periódico destaca uma proximidade entre Amin e Barreto. Ao que tudo indica, por uma questão momentânea, em torno de uma bandeira: as eleições diretas para Presidente da República. No entanto, ambos fazem questão de observar que são, ainda, adversários políticos.

Para Viola (1986, p. 8), ao todo seriam três blocos políticos no contexto do comício, são eles "em primeiro lugar o bloco malufista encabeçado por Fontana; em segundo lugar a Aliança Democrática encabeçada por Jorge Bornhausen e Pedro Ivo Campos; em terceiro lugar o bloco das diretas encabeçado por Amin, Barreto e Mescolotto (PT)."

A dissidência ocorrida dentro do PDS, denominada Frente Liberal, que reunia políticos interessados em apoiar o nome do peemedebista Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, se transformou em um partido político em fins de janeiro de 1985. Após a reunião do Colégio, que elegera Tancredo Presidente, há o surgimento do Partido da Frente Liberal e isso gerou consequências nas relações políticas em Santa Catarina. Primeiro no âmbito da capital catarinense e, posteriormente, em nível estadual.

Na Câmara de Vereadores da cidade de Florianópolis, a formalização da Frente Liberal enquanto um partido, o PFL, provoca alterações na correlação de forças. Em 1982, seguindo a tendência eleitoral observada em nível estadual, apenas os dois maiores partidos de então, o PDS e o PMDB conquistaram cadeiras na Câmara Municipal. De forma que a correlação de forças se estabelece da seguinte maneira: o PDS conquista a maioria de 13, das 21 cadeiras e o PMDB, 08. No entanto, a formação da Aliança Democrática, que reuniu parlamentares do PMDB e da Frente Liberal para eleger Tancredo, se reproduz na capital catarinense e, em 1985, o PDS perde sua maioria. Viola (1986, p. 8) afirma que,

> a câmara de vereadores mudou sua composição: de 13 pedessistas contra 8 peemedebistas passou a 10 pedessistas, 8 peemedebistas e 3 frentistas. Imediatamente estruturou-se um acordo que constituiu a Aliança Democrática no nível municipal: os vereadores do PMDB e PFL elegeram Aloizio Piazza (PMDB) presidente da Câmara de Vereadores. Este assumiu automaticamente a prefeitura vacante nomeando um secretariado de coalizão PMDB-PFL.

Como não houve eleição para prefeito na capital catarinense no ano de 1982, o prefeito fora escolhido pelo governador Esperidião Amin, com o assentimento da

Assembleia Legislativa. Tratava-se do deputado estadual pelo PDS, Cláudio Ávila. No entanto, em janeiro de 1985, após a eleição de Tancredo pelo Colégio Eleitoral, Ávila se aproxima da Frente Liberal e renuncia à prefeitura. Em casos de vacância, a cadeira é ocupada interinamente pelo presidente da Câmara Municipal, função que vinha sendo exercida pelo vereador do PDS, Alcino Vieira. O vereador pedessista assumiu a prefeitura por dez dias, a partir de 23 de janeiro de 1985. Então, Aloizio Piazza, mencionado na citação acima por Viola, foi eleito Presidente da Câmara em 1º de fevereiro de 1985, assumindo a posição que então estava sendo ocupada por Alcino Vieira. Sem a maioria, o partido do governador perdia a presidência da Câmara e por consequência, a prefeitura. Piazza deixaria o cargo de prefeito somente no dia 1º de janeiro de 1986 quando daria lugar ao seu correligionário, Edison Andrino.

Em âmbito estadual, o surgimento do PFL sela a ruptura entre Esperidião Amin e o senador Jorge Bornhausen. Este foi um dos articuladores da Frente Liberal, posteriormente sendo eleito o presidente do Partido. Assim como no âmbito municipal, a Aliança Democrática e a fundação do PFL também provocam alterações significativas na correlação de forças dentro da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. E, tanto na capital catarinense quanto no Estado de Santa

Catarina, a articulação do Governador com o Senador Jaison Barreto, ao longo do ano de 1985, uma aproximação que pode ser percebida já no comício ocorrido no dia 11 de setembro, exercerá influência nas articulações políticas voltadas para a eleição de prefeito da capital catarinense de 1985.

Nas eleições gerais de 1982, em Santa Catarina, também como consequência de algumas especificidades da lei eleitoral para aquele pleito, como o voto vinculado, só os partidos de grande estrutura conseguiram eleger parlamentares para a Assembleia Legislativa. Então, a correlação de forças representada na Assembleia de Santa Catarina apresentou a divisão entre os dois grandes partidos da época, o PDS e o PMDB. Nenhum outro partido obteve sequer uma cadeira na Assembleia estadual catarinense, naquele pleito. E tal correlação manteve-se relativamente estável até se desenrolar o processo de eleição presidencial que culminou com a eleição indireta de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985.

O ano de 1985 inicia com o PDS exercendo maioria na ALESC. Em 1982 o partido conquistou 21 cadeiras. Já o PMDB havia conquistado 19. Por uma pequena diferença de duas cadeiras, o partido do governador Esperidião Amin detinha o controle do parlamento estadual.[32] Com a fundação

---

[32] Dados consultados no site do TRE-SC: <http://www.tre-

do Partido da Frente Liberal, o partido do governador sofreu baixas: 04 deputados estaduais deixam o PDS e migraram para o recém criado PFL. Tal situação deixaria o PDS em desvantagem, com 17 deputados diante dos 19 peemedebistas. No entanto, a definição do executivo federal realizada por meio de eleições indiretas estava articulada justamente na aliança entre PMDB e PFL, formando a Aliança Democrática. Tal aliança tendia a se reproduzir também a nível estadual, o que deixaria o governo de Esperidião Amin numa desvantagem considerável, na correlação de forças dentro da ALESC. Com 17 deputados, o PDS poderia ter de se debater contra a Aliança Democrática, que somando os deputados do PMDB e PFL contabilizariam 23 cadeiras, ao todo. No entanto, a Aliança Democrática não se reproduziu a nível estadual, em Santa Catarina.

E, conforme relata a notícia citada no início deste capítulo, no comício pelas diretas, o Senador, aos poucos, se aproxima do governador Amin, por conta desta bandeira. Então, se ao início de 1985, o PDS parecia perder forças na ALESC, em julho uma reviravolta se consolida. A partir de uma articulação entre Amin e Barreto, 04 deputados estaduais do PMDB, seguidores do senador peemedebista, passam a

---

sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1982/Resumo%20Geral%201982.pdf> Acesso em: 22 de set. de 2015.

formar junto ao PDS o "governo de coalizão"[33], que levou o PMDB a partir de então a administrar as secretarias de Saúde e do Trabalho.

Segundo assinala Bertoncelo, havia uma divergência no PMDB com relação ao processo de transição política que se vivia, então. Para o autor (2007, p. 100),

> ao longo de 1983, delinearam-se duas orientações no PMDB para superar os limites impostos pelo regime à sucessão presidencial. Uma corrente liderada pelo presidente nacional do partido, o deputado federal por São Paulo, Ulysses Guimarães, calculava que a melhor alternativa seria a mudança das regras para a sucessão presidencial com o restabelecimento da eleição direta. Para esta corrente, somente a eleição direta abriria maior espaço de ação às oposições e daria ao próximo presidente a sustentação política necessária para a implementação das medidas de superação da crise econômica. Essa estratégia não era majoritária na base parlamentar no Congresso Nacional nem entre os governadores do partido, mas era forte dentro da Executiva Nacional (controlada amplamente por aliados de Ulysses até dezembro de 1983).

[33] Os quatro deputados peemedebistas que formam junto com a bancada do PDS o "governo de coalizão" são: Stélio Boabaid, Jorge Gonçalves, Dércio Knopp e Roland Dornbusch. No entanto, "dos 4 peemedebistas dissidentes, somente Stelio Boabaid (novo presidente da Assembleia) pertencia à corrente progressista, sendo os outros 3 moderados que escaparam à influência de Pedro Ivo Campos em troca de posições na Mesa e promessas de favores para suas clientelas políticas" (VIOLA, 1985, p. 9).

Tal divergência repercutiu no interior do PMDB catarinense. A divisão que podia ser observada em âmbito nacional, no partido, e que fora desencadeada pela campanha a favor das eleições diretas aprofundou, em Santa Catarina, as diferenças entre o Senador Jaison Barreto e a ala moderada, sob influencia de Pedro Ivo Campos, então presidente regional do PDMB. O Senador Jaison Barreto, figura de grande expressão do partido, remanescente do grupo dos *autênticos* do MDB, apoiava as eleições diretas. A formação da Aliança Democrática, cujo fim primeiro era o Colégio Eleitoral, provoca um distanciamento de Jaison Barreto com relação a seu partido.

A socióloga Maria Victória Benevides (1986) em artigo intitulado "Ai que saudade do MDB!"[34], observa algumas características do antigo MDB, e algumas transformações sofridas quando da volta do pluripartidarismo e a criação do PMDB. Observa que o MDB se assemelhava a um movimento, uma "bandeira de luta" que se transformara de "oposição consentida" no "partido da sociedade civil" cujo objetivo seria a derrubada do regime militar, instituído em 1964. Com o passar do tempo, passou a existir uma identidade ideológica que fugia dos padrões de clientelismo e personalismo. O MDB

[34] Ver bibliografia.

era uma frente política, que congregava elementos portadores de visões políticas diversas, como liberais mais ou menos reformistas, comunistas, socialistas, futuros petistas, pedetistas ou pefelistas, que lutavam pelo fim da ditadura. Assim, a autora sustenta a ideia de que a memória do MDB não pertencia só aos peemedebistas de então. Num primeiro momento, com o pluripartidarismo, muitos atores que faziam parte do MDB passaram a engrossar as fileiras de outros partidos, à direita, como o Partido Popular (formado, segundo a autora, por liberais conservadores), e à esquerda, como no caso do Partido dos Trabalhadores e do Partido Democrático Trabalhista, e com a saída da "ala mais fisiológica" para o PTB. E que um dos fatores que logo nos primeiros anos de PMDB chama a atenção, para este algo diferente que o partido viria a se tornar, seria a incorporação do Partido Popular, ocorrida em 1981, que a autora observa, era conhecido como "partido dos patrões". A autora interpreta essa incorporação do PP ao PMDB como uma jogada meramente eleitoreira, por conta da imposição do voto vinculado para as eleições de 1982. Desta fusão, Benevides (1986) percebe um "embrião conservador", e esta guinada conservadora do PMDB logo em seus primeiros anos, sela a ruptura com o grupo dos *autênticos* do MDB.

A trajetória de Jaison Tupy Barreto é um exemplo desta ruptura entre o PMDB e o grupo dos *autênticos*. Nascido em Laguna, em 1933, formou-se médico em 1957 no Rio de Janeiro pela Faculdade Nacional de Medicina. Foi morar em Brusque, e tornou-se médico do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem (NADER, 1998, p. 242). Disputou sua primeira eleição em 1970, sendo eleito deputado federal pelo MDB de Santa Catarina e reeleito em 1974[35]. Na eleição para o Senado de 1978, Barreto vence o pleito. A outra vaga, de acordo com as alterações na legislação pelo "Pacote de Abril", seria uma indicação da Assembleia Legislativa. Em 1982, já senador, foi o candidato do PMDB ao governo do Estado. O fato de ter vencido a prévia do PMDB de Santa Catarina (ocorrida em 1981) para disputar a eleição de 1982, significou o triunfo da ala progressista sobre setores moderados e conservadores do partido, embora a ala progressista fosse minoria. Aguiar (1995, p. 22) atribui esta vitória ao fato de os progressistas terem conseguido,

[35] Em 1974, Jaison Barreto foi o candidato mais votado para a Câmara dos Deputados, por Santa Catarina, com 62.151 votos, seguido por Laerte Ramos Vieira, também do MDB, com 60.034 votos. Fonte: < http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc238778/resultado_eleicao_arquivo_1974_218_25.pdf> Acesso em 30 de jan. de 2016.

> articular fortes lideranças municipais, só para exemplificar, podemos citar: o grupo de Lages, representado pelo deputado Francisco Kuster, o prefeito Dirceu Carneiro e Maria Shirley Donato (que viria a se tornar a principal articuladora da candidatura de Jaison, ela que era então sua suplente no Senado); em Joaçaba, Iraí Zílio (eleito deputado estadual em 82, seu irmão, Normélio Zílio seria eleito prefeito do município) sindicalistas no Extremo-Oeste e Joinville; e expressivas lideranças envolvidas no movimento social, a exemplo de Nelson Wedekin e Remy Fontana, ambos membros da Comissão de Justiça e Paz, que participaram dos protestos e defesa dos estudantes que organizaram a manifestação contra Figueiredo em 79, além do advogado Roberto Mota, preso político recém anistiado (eleito deputado estadual também em 82), e muitos outros. Responsáveis pelos pronunciamentos dos parlamentares na Assembleia Legislativa, e trabalho de organização e ampliação das bases do partido, o grupo foi se fortalecendo e conquistando espaço dentro do PMDB.

Barreto derrotou Pedro Ivo Campos na prévia do PMDB por 120 votos a 64 (AGUIAR, 1995, p 23). Alguns dos nomes da ala conservadora do partido que o autor traz em sua dissertação são: Luiz Henrique da Silveira que, embora nascido em Blumenau, construiu sua carreira política no MDB de Joinville. Foi eleito deputado estadual em 1970, e federal em 1974, e prefeito da cidade em 1976. Em 1982 foi novamente eleito deputado federal por Santa Catarina, dessa vez pelo PMDB. Além de Luiz Henrique, outro importante nome da ala

conservadora do partido era o de Edison Andrino, eleito vereador da capital pelo MDB, em 1972, e reeleito nas eleições municipais de 1976. Em 1982, Andrino foi eleito deputado estadual, sendo o segundo candidato mais votado do PMDB[36].

Interessante observar, que no comício ocorrido em 11 de setembro de 1984, Barreto, ao condenar o Colégio Eleitoral, em citação mencionada anteriormente, teria dito a seguinte frase, segundo a notícia do periódico *O Estado*: "é o nosso compromisso sem conciliações e conchavos, pois mais cedo ou mais tarde vamos derrotar essa burguesia, construindo uma Nação socialista e mais justa". Itamar Aguiar (1995, p. 30), ao analisar a eleição para o governo do Estado, ocorrida em 1982, afirma o seguinte sobre Barreto:

> Jaison Barreto era a espécie de contraponto ao projeto político das elites, pois baseava seu comportamento e prática política de acordo com os ideais de visão de sociedade socialista. E, portanto, adotara um comportamento de ataque à política econômica e social engendrada pelo regime autoritário. Consegue, por essa razão forte penetração popular, cujo prestígio nascera no interior do próprio Congresso Nacional, ao desencadear a campanha no país contra as empresas multinacionais do setor de medicamentos. (...)

---

[36] Fonte: <http://www.tre-sc.jus.br/she/pages/consulta/resultado_cargo_geral.jsf> Acesso em 29 de janeiro de 2016.

> Além disso, constituiu-se em um dos primeiros parlamentares catarinenses a participar ativamente das lutas populares no Estado, defendendo junto às classes trabalhadoras do campo e da cidade, a anistia ampla, geral e irrestrita, a instalação da Constituinte, a abertura partidária, o direito de greve, união de estudantes e trabalhadores, ampla liberdade de reunião e expressão de pensamento sem censura, etc. Foi um dos principais defensores dos estudantes e jornalistas presos e enquadrados na LSN, durante o período do governo Bornhausen, inclusive participando das manifestações e protestos de rua.

A lógica do pensamento político que Jaison representava destoava profundamente do padrão oligárquico que predominava na política catarinense há quase um século, durante todo o período republicano. Mais que destoar, lhe era oposta. O Senador combatia a estrutura política baseada na lógica do clientelismo. E ainda pode-se entender que Barreto criticava a 'democracia liberal', e em seu lugar, defendia uma democracia direta combinada com instituições 'democráticas-representativas', que incorporasse os movimentos sociais. Além disso, o Senador defendia:

> a nacionalização do setor financeiro (que incluía a nacionalização dos bancos nacionais e estrangeiros particulares), reforma agrária, a nacionalização da indústria petroquímica e a expropriação das multinacionais da distribuição do petróleo e seus derivados, além da

> intervenção da indústria automobilística por parte do Estado.(AGUIAR, 1995, p. 30)

E ainda, para a eleição de 1982, uma síntese importante das propostas de Barreto, pode ser aferida nos seguintes pontos:

> a)democratização do poder e controle social sobre o Estado; b) estímulo a auto-organização social e comunitária; c) definição de políticas públicas no interesse das prioridades da maioria (contra a especulação imobiliária e pela regulação dos loteamentos clandestinos, apoio à pequena e média empresas, para garantir a geração de empregos, descentralização dos serviços de saúde e ênfase à medicina preventiva; preocupação com o bem estar social, a distribuição de renda, o crescimento econômico com a concomitante melhoria da qualidade de vida).(AGUIAR, 1995, p. 31-32)

Estas foram algumas das características do projeto político que o Senador defendera na campanha eleitoral de 1982.

Para além do discurso e das propostas, Barreto se sobressaiu em um episódio que ganhou repercussão: a derrubada da USIVAL, que, segundo Aguiar (1995), seria uma usina de gás a ser gerida pela iniciativa privada, mas que seria custeada pelo Estado. Um exemplo de uso do Estado e de recursos públicos para atender a interesses privados, de um

grupo restrito de empresários catarinenses, sendo alguns representantes de multinacionais, e com o envolvimento do secretário do GAPLAN (Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, do governo Jorge Bornhausen[37]), Norberto Ingo Zadrozny.[38] Em resumo, através de sua ação parlamentar, denunciando este projeto, Barreto conseguiu impedir a construção da usina.

Em 1981, Jaison Barreto, um representante da ala progressista do PMDB, derrotou uma grande liderança conservadora do partido no Estado, Pedro Ivo Campos, que, após ser derrotado na prévia para disputar a eleição para governador, foi escolhido para concorrer para o Senado no pleito de 1982. O Senador, figura que emerge para a política no contexto da luta contra a ditadura militar, vence sucessivas eleições, para a Câmara Federal e para o Senado, mas aos poucos foi perdendo espaço dentro do partido. Se em 1981 observa-se no PMDB catarinense a força da ala progressista, o mesmo já não pode ser dito no ano de 1985. O contexto das Diretas-Já é emblemático neste sentido. É o triunfo da ala

---

[37] Jorge Bornhausen foi governador de Santa Catarina de 15 de março de 1979 até 14 de maio de 1982, quando se afastou do cargo para concorrer naquele ano ao cargo de Senador da República. Assumiu desta data até o fim do mandato, seu vice, Henrique Córdova.

[38] A lista dos nomes dos empresários envolvidos e mais detalhes da atitude de Jaison Barreto para denunciar este projeto, ver em Aguiar (1995, p. 32-34).

conservadora dentro do PMDB. Jaison Barreto perde espaço dentro do partido e, em meados de 1985, forma o "governo de coalizão" junto ao governador do Estado, Esperidião Amin, visando evitar a formação da Aliança Democrática em âmbito estadual, e, segundo Viola (1985), estes atores fizeram um acordo programático que se aproximava do programa de Barreto para a eleição de 1982. Mas, no entanto,

> finalmente em 12 de julho o governo de coalizão estabeleceu-se, segundo o perfil desenhado por Amin. Tratava-se da cooptação de peemebistas em duas secretarias (Trabalho e Saúde) sem que isso implicasse numa mudança de significativa de perfil do conjunto do governo.(VIOLA, 1985, p. 9-10)

O Senador passa a, de certa forma, coordenar uma dissidência dentro do PMDB, no ano de 1985. Por outro lado, Pedro Ivo Campos[39], liderança da ala conservadora do PMDB

---

[39] Em 1985, Pedro Ivo Campos não exercia nenhum cargo eletivo no Estado. Havia sido eleito nas eleições de 15 de novembro de 1978, para deputado federal pelo MDB de Santa Catarina, sendo o candidato mais votado do partido, com 64.070 votos. Concorreu ao Senado em 1982, mas foi derrotado pela candidatura do então ex-governador Jorge Bornhausen, do PDS, por uma diferença de aproximadamente 1.500 votos. Era presidente regional do PMDB de Santa Catarina e nomeado presidente da Telesc (Telecomunicações de Santa Catarina), subsidiária da Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A.), durante o governo Sarney (1985-1990). Deixa o cargo em 1986 para disputar a eleição para o governo do Estado de Santa Catarina, que ocorreria em novembro.

catarinense, articulado com o também Senador e presidente nacional do PFL Jorge Bornhausen, consegue, por algum tempo, estabelecer a Aliança Democrática no município de Florianópolis.

A aproximação entre Esperidião Amin e Jaison Barreto é decisiva para a eleição de prefeito de 1985, em Florianópolis. É um ano de rearranjo na arena política. O PMDB assume o governo federal, junto com uma dissidência do PDS, o PFL. Não é mais um partido de oposição, e como observamos a partir de Benevides (1986), se transformou em um partido conservador. Já o PDS não parece ter vida longa, pois é constantemente associado com a Arena, num contexto em que a sociedade civil formou um consenso com relação à necessidade de superar a ditadura e democratizar o país. E a Arena foi o partido dos apoiadores do golpe civil-militar de 1964, e também foi o partido governista durante todos os governos militares. Além da evidente associação Arena-PDS, diversos parlamentares que compunham suas fileiras migraram para o PFL, reduzindo consideravelmente sua força na esfera política. Mas, em 1985, ainda era um partido forte.

Assim como Jaison Barreto, Esperidião Amin Helou Filho, conhecido apenas como “Esperidião Amin” também emerge para a arena política durante a Ditadura Militar. Porém, Jaison surge e se consolida num campo político de

enfrentamento ao regime. Já Amin, surge das fileiras que deram sustentação aos sucessivos governos militares.

Nascido em 1947, em Florianópolis, estudou Administração na ESAG (Escola Superior de Administração e Gerência) da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina) e Direito na Faculdade de Direito da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Segundo o verbete a seu respeito, contido no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro[40], coordenado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu, sua família é de origem libanesa: seu pai prosperou como vendedor de tecidos e foi filiado à UDN. Na eleição ocorrida em 10 de outubro de 1958, foi eleito vereador em Florianópolis, sendo o segundo candidato mais votado da UDN daquele pleito, com 696 votos.[41] No entanto, em 1966, uma tragédia familiar retira Esperidião Amin Helou da vida pública e também dos negócios na família.[42] Tal situação precipita a ascensão de Esperidião Amin Helou Filho no campo político. Já em 1969, durante o mandato do governador Ivo Silveira[43], Amin foi nomeado diretor de administração da Secretaria de

---

[40] Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amin-esperidiao> Acesso em: 02 de fev. de 2016.

[41] Fonte: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislatura/vereadores-da-quarta-legislatura-1959-1963> Acesso em: 02 de fev. de 2016.

[42] Há mais detalhes sobre o ocorrido no verbete já citado sobre Esperidião Amin Helou Filho.

[43] Ivo Silveira foi governador de Santa Catarina de 1966 a 1971, pela Arena.

Educação e Cultura. No primeiro ano de governo de Colombo Salles[44], Amin se torna chefe de gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, e chegou a exercer temporariamente o cargo de secretário entre março de setembro de 1972, ao substituir o titular da pasta. Em 1972, se filia à Arena. Deixa a Secretaria de Educação e Cultura e trabalha junto à Companhia Catarinense de Telecomunicações, precursora da Telesc, prestando acessória de organização e métodos.

Ainda com base nas informações contidas no Dicionário Histórico-Biográfico sobre Esperidião Amin, há menção sobre o fato do ex-udenista Antônio Carlos Konder Reis (ACKR) ter conhecido o pai de Amin, nos tempos em que eles eram correligionários na UDN. Com base nestas informações, pode-se inferir que muito provavelmente a rede de sociabilidade a qual o pai de Amin fazia parte, tenha sido herdada pelo filho. Amin, desde o início de sua carreira política, contou com o apoio das Famílias Konder e Bornhausen. Quando ACKR assume o governo do Estado de Santa Catarina[45], indica-o para ser o prefeito de Florianópolis, nos termos do Ato Institucional n. 3. Na época, Esperidião tinha apenas 27 anos. A visibilidade que esta indicação trouxe

---

[44] Colombo Salles foi governador de Santa Catarina de 1971 a 1975, pela Arena.

[45] Antônio Carlos Konder Reis foi governador de Santa Catarina de 1975 a 1979, pela Arena.

ao jovem administrador, com a oportunidade de atuar junto à comunidade de uma capital de Estado e atuar na resolução de seus problemas, mesmo levando em consideração a adoção de medidas impopulares - como um elevado aumento nos impostos municipais - mas sendo apadrinhado por uma fração considerável da elite dirigente do Estado, agrega a Esperidião Amin capital político elevado. Amin foi prefeito de Florianópolis sem ter participado de uma eleição sequer, em toda sua trajetória política, até então. Por consequência, sem ter recebido um único voto. No ano de 1978, ele renuncia seu cargo de prefeito para poder concorrer, em novembro, na eleição para deputado federal. Nesta eleição é eleito, sendo o deputado federal mais votado de Santa Catarina, com 72.380 votos[46], pela Arena. Assume seu mandato em fevereiro de 1979, e abre mão do mesmo já em março para uma nova indicação: desta vez, o governador do Estado, Jorge Bornhausen, o convida para assumir a Secretaria de Transportes e Obras (STO). Sobre esta questão, Aguiar (1995, p. 85) afirma que:

> (...) outro dado importante para análise, refere-se ao fato de que a STO detinha no governo

[46] Fonte: <http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc269017/resultado_eleicao_arquivo_1978_816_11.pdf> Acesso em: 03 de fev. de 2016.

> Bornhausen/Córdova a maior dotação orçamentária, conforme podemos constatar pelos relatórios oficiais do TC. Portanto constituía-se numa espécie de núcleo do governo. Além disso, (...) foi no governo Bornhausen/Córdova que a STO realizou o maior número de obras, se levarmos em conta as gestões anteriores e as que se seguiram a esta. E veremos também que o maior número de realizações ocorreram nos anos eleitorais (e mesmo pré-eleitoral), como no caso de 82.
> Por isso, não fora por acaso que a pasta era dirigida pelo então postulante ao governo pelo PDS, também deputado federal mais votado em 1978 e ex-prefeito da Capital, Esperidião Amin. (...)

Amin ocupou uma posição estratégica no governo Bornhausen. Isso lhe aproximou de outros municípios, de populações que extrapolavam sua base eleitoral, que era a Grande Florianópolis. Sua nomeação para a STO foi uma forma de estadualizar seu nome, tendo por horizonte a vitória eleitoral situacionista na difícil eleição que estava por vir, em 1982. Chama a atenção que ele tenha sido nomeado para cargos públicos em todos os governos estaduais catarinenses durante o período ditatorial. O sociólogo Remy Fontana (1982, p. 22-23), analisa a questão da seguinte maneira:

> um ponto que intriga o observador é a extrema diversidade de cargos desempenhados por Amin, num tão breve período, cargos para os quais dispensava-lhe concurso público e habilidades específicas. Poderíamos imaginar

> os funcionários de carreira, do quadro permanente do serviço público, indagarem-se por que este frenético saltitar de um ponto a outro operado por tal administrador. Seria o mesmo dotado de habilidades tão diversificadas quanto especializadas como educação (Sec. Interino de Educação), telefonia (Diretor da Telesc), finanças e investimentos (Diretor do Badesc), administração municipal (Prefeito indicado da Capital), para finalmente desembocar na atividade política legislativa (dep. federal), e dessa condição retornar à administração como Secretário de Obras, como plataforma antecipada de sua candidatura de governo. (...)
> Na verdade, mais plausível é supor que estivéssemos diante de uma versão republicana-oligárquica da tradicional preparação de sucessores, próprias das casas reais, onde o escolhido, antes de ungido monarca, serve na administração imperial em cargos relevantes e nas armas, para adestrar-se e familiarizar-se com as altas funções que o aguardam.

A partir da citação acima a respeito da trajetória de Amin, pode-se pensar que se trata de uma preparação de quadros das oligarquias catarinenses. Os tradicionais “clãs” políticos catarinenses, alinhados aos governos militares, sabiam que o fato de terem apoiado o regime desde o golpe de 1964, até o período de transição política, tinha provocado um desgaste perante o eleitorado ao mesmo tempo em que o PMDB vinha fortalecido, impulsionado com o legado emedebista a favor da democratização do país. Neste sentido, apostar em Amin para governador, que se apresentava

enquanto uma novidade – pois não tinha ligação familiar com tais clãs políticos - era um grande trunfo das elites políticas catarinenses. Não obstante o fato de ACKR também ambicionar candidatar-se ao governo do estado, nas eleições de 1982, no fim das contas, a candidatura de Amin juntamente com Vitor Fontana, como vice, foi capaz de gerar unidade dentro do PDS.

Tanto a família Konder-Bornhausen quanto o "clã" dos Ramos, buscavam se situar de maneira a manter seu status político e seu grau de influência junto ao Estado num contexto em que novos atores entram em cena, abrindo um horizonte de disputas acirradas. Tais famílias dominavam a política no Estado de Santa Catarina desde o início do período republicano. Patrícia Zumblick dos Santos May, em sua dissertação "Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)" demonstra como estas famílias, originalmente envolvidas com atividades econômicas, desde a proclamação da república passaram a controlar o Partido Republicano, e através dele acessar o Estado, movidas por interesses particulares. Afirma a autora (1998, p. 21-22) que,

> Em Santa Catarina, em âmbito estadual, a República sedimentou o poder de lideranças provenientes de duas regiões centrais: do Vale do Itajaí e do Planalto de Lages. O estilo

> político personalista e clientelista, aqui, se configurou, calcado no poder de redes estruturadas por laços familiares e solidariedade nos negócios. Estas conquistaram o domínio local sob o teto do Partido Republicano Catarinense, PRC. Eram representadas pelos "Ramos", oriundos de Lages e os Konder-Bornhausen, da Região do Vale do Itajaí.

Características das atividades empresariais destas famílias e a maneira como os patrões se relacionavam com seus empregados são aspectos que a autora discorre para explicar o porquê de as pessoas inseridas no âmbito de influencia destes empresários, sobretudo aqueles trabalhadores de suas empresas, lhes serviam como base eleitoral, caracterizando um típico comportamento clientelista.

A autora constata que as elites políticas que dominavam a cena no Estado de Santa Catarina e rivalizavam entre si pelo poder no interior do PRC, no período de democratização (1945-1964) se reorganizam nos novos partidos que surgem em âmbito nacional, como o PSD e a UDN. Afirma Zumblick (1998, p. 68) que "os empresários de longa tradição no Estado tenderam, após 1945, a aliar-se à UDN, e, portanto, às forças ligadas à família Konder-Bornhausen; por sua vez, os novos grupos empresariais emergentes tenderam a ingressar no PSD, ao lado da família Ramos".

Em Santa Catarina, o grupo político que controlava o PSD era a família Ramos. Tanto na ala do "Clube 12", através do influente Aderbal Ramos, o "Deba", e também na "ala da Fiesc"[47], que exercia influência sobre indústrias das seguintes regiões: Florianópolis, Joinville, Oeste do Estado e parte do empresariado do Vale do Itajaí. O integrante de maior influência neste ala é o tio de Aderbal, Celso Ramos. Já a família Konder-Bornhausen controlava a UDN, que por sua vez possuía dois grupos internos, sendo eles a "ala grossa", composta por empresários de Blumenau e Itajaí, como Irineu Bornhausen, ACKR, Genésio M. Lins, Ingo Hering e Hercílio Deeke, e a "ala renovação", formada por empresários de Joinville, tais como Nilson Bender, Dieter Schimidt, Nelson Carneiro Loyola, João Colin e Pedro Paulo Colin. Importante ressaltar que as posições de chefia destas agremiações partidárias citadas acima, nas esferas municipais e também na estadual, são ocupadas sempre por grandes empresários, o que significa que esta elite empresarial controlava estes partidos, decidindo em questões fundamentais como filiação, escolha de candidaturas e articulação de chapas. E este padrão de domínio sobre os dois maiores partidos de Santa Catarina terá reflexos no mando do poder público, pois as candidaturas aos cargos

[47] Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

públicos, nestes dois grandes partidos, só poderiam se realizar se houvesse a aprovação destes empresários. Se observarmos os nomes dos governadores do período democrático, o predomínio dessas famílias na política do Estado ficará mais evidente. Foram eles: Aderbal Ramos (PSD), Irineu Bornhausen (UDN), Jorge Lacerda(UDN), Heriberto Hulse (UDN, vice de Lacerda) e Celso Ramos (PSD).

Os desdobramentos do golpe civil-militar de 1964 provocaram alterações no quadro partidário do país. Com extinção de todas as legendas que foram legalizadas no período democrático, há imposição de um reagrupamento dos atores políticos. O cientista político Yan Carreirão (1990, p. 89), estudioso a respeito de eleições e sistemas partidários, com alguns estudos sobre esta temática em Santa Catarina, observa que:

> Em termos de lideranças partidárias, a ARENA foi formada em Santa Catarina pela aglutinação de grande parte das lideranças dos antigos partidos, à exceção do PTB e do PCB (e em menor grau, do PSP). O núcleo central porém, são os dois grandes partidos oligárquico-conservadores: PSD e UDN.

As famílias que disputavam o poder no interior do Estado de Santa Catarina passam a ter que se ajustar dentro de

uma mesma sigla, por força das circunstâncias. E, ainda em Carreirão (1990, p. 93) percebemos que:

> Embora não se possa dizer que a acomodação entre os membros dos dois partidos na Arena tenha sido totalmente sem problemas, ao nível das suas cúpulas e particularmente das oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen, não parece ter havido grandes desavenças para a formação do novo partido. Os maiores problemas que se desenrolaram nesse sentido parecem ter sido no nível local, nos municípios.

O autor observa que a eleição de Colombo Salles[48] para o governo do Estado foi a única tentativa de ruptura com o poder oligárquico, ao longo do período ditatorial. Os demais governadores são nomes das oligarquias ou indicados por elas, são eles: Ivo Silveira (PSD), eleito com o apoio de Aderbal Ramos, ACKR (Arena) e Jorge Bornhausen (Arena). Durante a década de 1970, o autor observa haver um declínio da oligarquia Ramos, enquanto a família Konder-Bornhausen tem seu poder reforçado.

Portanto, nas eleições de 1982, a presença das oligarquias é notável. O candidato Esperidião Amin é o nome chancelado pelos representantes das famílias que controlam a

---

[48] Carreirão aponta que Colombo Salles, que governou de 1971 a 1975, foi uma indicação do governo militar brasileiro, com respaldo para tentar minimizar o poder das oligarquias catarinenses, na arena política.

política catarinense, ao menos no nível estadual, desde o início do século, enquanto Jorge Bornhausen é o nome do PDS para disputar vaga para o Senado. Amin derrota Jaison Barreto por margem pequena, 838.150 votos contra 825.500. A diferença representou menos de 1% dos votos válidos.

1.4 - 20 anos depois: a eleição para prefeito na cidade Florianópolis

Era um período de transição, de abertura política, e ainda não havia um novo calendário eleitoral estabelecido. Havia a necessidade de conciliar o calendário eleitoral estabelecido nos governos militares, com um calendário eleitoral mais democrático. A questão da sucessão presidencial havia sido resolvida via Colégio Eleitoral, ou seja, a desejada eleição direta para presidente ficaria para algum momento no futuro. Um compromisso para o novo governo eleito. Um das questões fundamentais da Nova República era convocar uma Assembleia Constituinte, e então estabelecer regras para o país, por meio de uma constituição democrática, inclusive novas regras que mediassem a competição pelo poder no Estado, via eleições. Além da eleição direta para presidente, era necessário resolver a questão de cidades que fossem capitais de Estado, estâncias hidrominerais ou as antigas áreas de segurança

nacional, que não elegiam diretamente seus prefeitos. Se o processo de democratização em curso não sofresse nenhum retrocesso, em algum momento tais eleições teriam que ocorrer. Os atores políticos aguardavam por eleições nas capitais, mas é importante ressaltar que no início de 1985 ainda não se sabia quando tais eleições aconteceriam.

A Emenda Constitucional n. 25, de 1985[49], foi um movimento nesta direção. Aprovada pelo Congresso Nacional, em 15 de maio, constitui-se em um texto da maior importância. A Emenda mexeu em alguns pontos da Constituição de 1967. Mas, podemos destacar os seguintes: autoriza a reorganização de partidos que até a data da Emenda tenham seus registros indeferidos, cancelados ou cassados. Medida que dava margem para que partidos como PCB e PCdoB saíssem da ilegalidade. Os cidadãos analfabetos são considerados eleitores, embora estivesse vedado que fossem elegíveis. Isso tem alguma influencia nas eleições, pois há ainda em meados dos anos 1980 um grande contingente de cidadãos analfabetos no país. Afirma Nicolau (2012, p.128) que,

> segundo o censo de 1980, existiam no país cerca de 26% de analfabetos entre adultos.

---

[49] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc25-85.htm> Acesso em 1º de fev. de 2016.

> Portanto, quando os analfabetos conquistaram o direito de voto, ainda havia um grande potencial de novos eleitores a ser incorporado no processo eleitoral. Nas eleições de 1985, apenas 65 mil analfabetos se inscreveram.

No caso do município de Florianópolis, a quantidade de cidadãos analfabetos que estavam alistados para votar em 1985 pode ser aferida em matéria publicada na semana anterior à data da eleição. Segue abaixo trecho da matéria com a informação:

> em todo o município de Florianópolis, que engloba a 12ª e a 13ª Zona Eleitorais, eles significam 1.203 votos, um número que parece não ser muito significativo. Mesmo assim os analfabetos agora fazem parte do eleitorado efetivo.[50]

A Emenda define eleições diretas para Presidente, embora não estabeleça uma data para o pleito. Devolve autonomia aos municípios, e agenda eleições para o dia 15 de novembro. A Lei n. 7.332[51], aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente José Sarney em 1º de julho, estabelece normas tanto para as eleições quanto para o alistamento dos cidadãos analfabetos. Então, somente a partir

---

[50] O Estado, dia 11 de novembro de 1985, p. 3.

[51] Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7332.htm> Acesso em: 1º de fev. de 2016.

de maio ficou estabelecido que aconteceria eleições para capitais, ainda naquele ano de 1985.

A cidade de Florianópolis possuía, em 1985, um eleitorado de 138.599 pessoas[52], e uma população de aproximadamente 220 mil pessoas.[53] Montibeller Filho (1987, p. 114) observa, em um estudo preliminar sobre a economia em Florianópolis dos anos 1980, que o dinamismo da economia local estava vinculado a três fatores externos. "São eles: a Administração Pública Estadual (e em menor escala a Federal); os serviços Especializados de Alto Nível (Ensino e pesquisa superior); e, em terceiro lugar – com peso bastante inferior aos outros dois fatores – o turismo." E que esses fatores externos exercem demandas sobre a cidade, como serviços (bares, hotéis, restaurantes, bancos), de bens industriais (bens de

---

[52] Fonte: <http://www.tre-sc.jus.br/she/pages/consulta/historico_localidade.jsf> Acesso em: 1º de fev. de 2016. Este link direciona para uma lista com eleições que ocorreram em Florianópolis, a partir de 1982. Inclusive eleições estaduais e presidenciais. Sempre levando em consideração apenas o eleitorado de Florianópolis. Basta selecionar a eleição de 1985, que os dados citados sobre o eleitorado, bem como o resultado da eleição, aparecerão.

[53] Segundo o IBGE, em 1980 foram recenseadas em Florianópolis 196.055 pessoas. O censo seguinte, só iria ocorrer em 1991. Então, a cidade contava com 254.941 pessoas residentes. Em 11 anos, intervalo de tempo entre os dois censos citados, a população da capital catarinense aumentou em 58.886 pessoas. Este número, se dividido pelo intervalo de tempo entre os censos, dá um acréscimo médio de aproximadamente 5.300 pessoas por ano, na população florianopolitana. Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00> Acesso em: 1º de fev. de 2016.

consumo duráveis e alimentos industrializados), alimentos primários (produtos agrícolas e pescados), demandas em saúde, de cultura (teatro, música, esporte, artesanato), infraestrutura (transporte, comunicações, energia, saneamento básico, urbanização) e habitação. O objetivo do professor de economia ao elaborar este estudo, é propor sugestões para a prefeitura municipal, naquele ano de 1987, sobre o futuro da cidade. Se a mesma quisesse impulsionar a expansão da capital e arcar com os problemas advindos desta escolha, ou se quisesse limitar a expansão da capital. Para ambas as saídas, Montibeller Filho sugere propostas, neste texto citado.

Esses são alguns contornos de uma cidade em disputa. O partido ou aliança que vencesse a eleição de novembro administraria uma cidade de porte médio, com certo dinamismo econômico, e com um fator recente em sua história econômica, que é o desenvolvimento do turismo. Além disso, segundo o calendário eleitoral vigente, em 1986 haveria eleições gerais. A vitória na capital catarinense seria muito importante no acúmulo de forças para que o partido vencedor pudesse disputar as eleições de 1986 em melhores condições de vitória, sobretudo a eleição para o governo do Estado de Santa Catarina. Em meados dos anos 1980, como se pôde ler acima, o turismo é o aspecto menos relevante entre os três fatores que

exercem demanda na economia da cidade, mas por outro lado é um aspecto que pressupõe um debate sobre a cidade.

Em 1985, as forças políticas, com representação na cidade, se organizaram para participar das eleições. Através do PMDB, PDS, PDT, PFL, PT, PTB, PH[54] e PCB houve uma grande mobilização na cidade. Com exceção de PDS e PDT que se articularam e formaram juntos a Aliança Social-Trabalhista (AST), todos os demais partidos entraram na disputa com candidatura própria.

Segundo Cancellier (1987, p. 45-46), assim que o Congresso Nacional marcou eleição para capitais de Estado, para 15 de novembro, iniciou no PMDB de Florianópolis um processo eleitoral interno para composição do diretório municipal, e por consequência decidir quem seria o candidato do partido para aquela eleição. Surgiram duas chapas: a do deputado estadual Edison Andrino, e a do deputado federal Nelson Wedekin. A eleição interna mobilizou aproximadamente cinco mil filiados. A chapa de Andrino vence a disputa com 2.344 votos, contra 1.899 votos a favor da

[54] Logo no início da campanha, a candidatura do Partido Humanista foi impugnada por apresentar irregularidade com relação ao domicílio eleitoral de seu candidato a vice. O Estado, 21 de setembro de 1985, p. 2.

chapa de Wedekin, e então seu nome foi indicado para disputar a prefeitura.

Eduardo Viola (1986) observa que Wedekin era a principal liderança progressista do PMDB regional, e sua história política era ligada ao Partido Comunista. Era fortemente vinculado ao senador Jaison Barreto, mas com a formação da Aliança Democrática, em 1984, houve um distanciamento entre estas duas figuras. No início de 1985, Wedekin se destacou atuando na constituição da coligação PMDB-PFL, em âmbito municipal. O autor (1986, p. 11) percebe Andrino como "relativamente independente dos núcleos moderado e progressista do MDB-PMDB", pois "seu trânsito foi maior entre os primeiros até 1982, aproximando-se dos segundos a partir daquele ano". Entretanto, houve uma alteração na maneira como estas figuras políticas eram percebidas no espectro político, no interior de seu partido. Se Andrino era percebido como estando à direita de Wedekin, a partir de 1984, a situação se inverte: Wedekin torna-se um "propagandista e articulador" da Aliança Democrática e Andrino "reivindicava a pureza das bandeiras históricas do PMDB".

Afirma Cancellier (1987, p. 47) que,

> A postura partidária de Nelson Wedekin revelou-se no momento em que, diante dos boatos de mudança de sigla, de formação de dissidências internas (como a liderada pelo suplente de Deputado Federal, Manoel Carlos de Souza), ele manifestou irrestrito apoio a Edison Andrino e passou a trabalhar em favor de sua candidatura. A concretização dessa aliança foi imprescindível e o partido caminhou unido para o pleito, teve que enfrentar uma outra poderosa aliança formada pelo Governador Esperidião Amin (Partido Social Democrático) e o Senador Jaison Barreto (que se desligara do PMDB que o elegera em 78 e se filiara ao Partido Democrático Trabalhista).[55]

No PMDB, após o processo eleitoral interno, as duas chapas que rivalizaram pelo controle do Diretório Municipal entram unidas na campanha eleitoral. Para posição de vice de Andrino, foi indicado Pedro Medeiros, presidente do Diretório Municipal do PMDB.[56]

No PDS de Florianópolis, ao contrário do PMDB, não houve um processo eleitoral interno para a definição de seu candidato a prefeito. Viola (1986, p. 12) explica que o partido era controlado por Esperidião Amin, e que "não havia espaço para pré-candidatos e lutas internas. Pouco antes da convenção foi lançada a candidatura do deputado estadual Francisco Assis Filho, chefe da Casa Civil do Governador, figura política

[55] A filiação de Jaison Barreto ao PDT ocorre em fins de outubro.
[56] O Estado, dia 11 de novembro de 1985, p.2.

pouco conhecida até o momento." O diretório municipal apenas homologou as indicações, tanto do nome de Assis, com o de Lício Mauro da Silveira (para vice), por 82 votos a 07.[57] Porém, esta chapa sofreu alterações logo nos dias seguintes a homologação. Houve um acordo entre o PDS e o PDT para a formação de uma aliança, para esta eleição. Havia uma expectativa, no PDT, de que Andrino mudasse de sigla caso perdesse o processo eleitoral interno do PMDB para Wedekin. Segundo Viola (1986, p.11), essa teria sido uma estratégia de Andrino para derrotá-lo: ameaçar deixar o partido e aceitar a oferta de Leonel Brizola[58] para concorrer à prefeitura pelo PDT, caso fosse derrotado no processo eleitoral interno. Para o PDT essa aliança seria uma oportunidade de disputar essa eleição com alguma chance de vitória. O partido não tinha, naquele momento, parlamentares eleitos em Santa Catarina. Aliás, este é o caso da maioria dos partidos que disputam esta eleição de 1985, com exceção do PMDB, PDS e do PFL. Tanto o PMDB quanto o PDS, já desfrutavam de uma estrutura que remonta aos extintos MDB e ARENA. Para o PDS, esta aliança era uma forma de camuflar o nome da sigla sob outro nome. No caso, com o acordo envolvendo os dois partidos, a união

[57] O Estado, dia 05 de agosto de 1985, p. 1.
[58] Brizola era governador do Estado do Rio de Janeiro, eleito pelo PDT.

das siglas ficaria sob o nome de Aliança-Social Trabalhista[59], com Francisco de Assis do PDS para prefeito, e Manoel Dias, do PDT, para vice.

No PFL, o suplente de deputado federal, Ênio Branco, e os deputados estaduais Bulcão Vianna e Cláudio Ávila almejavam disputar a prefeitura de Florianópolis. Mas, segundo Viola (1986, p. 12), devido à influência que o senador Jorge Bornhausen possuía no partido o processo foi tranquilo. Os nomes de Ênio Branco e do vereador César Souza, para vice, foram indicados em reunião da executiva municipal, sendo referendado pelo diretório por unanimidade.[60]

No PT, Viola (1986, p. 13) demonstra que havia alguns conflitos no partido, entre as correntes internas que o compunham. E tais conflitos geraram algumas dificuldades para se definir quem seria o candidato para disputar a eleição. Havia um grupo no partido que apoiava o nome de Edison Andrino, para disputar a prefeitura. Um segundo grupo, de orientação trotskista - denominado Liberdade e Luta - com uma plataforma radicalizada de campanha, e um terceiro grupo de independentes, que defendiam uma plataforma política mais aberta – e que defendiam que o partido deveria vir para a

[59] O nome da aliança é o mesmo da coligação entre PSD e PTB ocorrida em Santa Catarina no final dos anos 1950, que levou Celso Ramos a ser eleito governador, tendo Doutel de Andrade como vice.

[60] O Estado, dia 12 de agosto, p. 1.

eleição com candidatura própria. Por fim, foi escolhido o nome do Prof. Jorge Lorenzetti, ligado ao grupo independente e presidente da CUT-SC.

Os comunistas, “núcleo fundamental” da ala progressista do MDB-PMDB, apoiaram o nome de Wedekin, em peso, na plenária interna do PMDB. Como saíram derrotados neste processo, resolveram lançar uma candidatura própria. Então, o PCB se organizou para disputa com o Wilson Rosalino, professor universitário. Por fim, o PTB, caracterizado por Viola (1986, p. 13) como “inexpressivo”, escolheu com seu candidato para o pleito José da Costa Ortiga, um nome conhecido por ter sido dirigente de um clube de futebol da capital catarinense.

A campanha eleitoral foi intensa. A AST utilizou grande quantia de recursos financeiros. PMDB e PFL também, mas, nada comparável aos recursos da AST. Os demais partidos, PT, PCB e PTB, dispunham de poucos recursos. Houve utilização maciça do “aparelho de estado” estadual em favor de Francisco de Assis (AST), reproduzindo uma tática adotada pelo PDS na eleição para o governo do Estado, ocorrida em 1982.

Além de ter larga vantagem nos recursos financeiros, o tempo de TV também favorecia a candidatura da AST. Vianney (1987, p. 31) afirma que,

> As novas leis, baixadas pelo Congresso Nacional extraordinariamente para o pleito de 85, e regulamentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, colocaram à disposição das legendas que apresentassem candidatos uma hora diária de apresentação gratuita pelo rádio e pela TV. Podiam os políticos falar ou mostrar o que bem entendessem. Em cadeia independente para rádio e Tv, de 14 de setembro a 12 de novembro, os partidos e seus atores-candidatos apresentaram a novela sua de cada dia. Essa mesma legislação proibiu nos meios de comunicação eletrônica a propaganda política paga no período.
> Essa uma hora diária de programação gratuita esteve distribuída em duas sessões. Eram 30 minutos à uma hora da tarde e outros 30 às oito da noite. Para se calcular o tempo a que cada partido teria direito em cada sessão, foi utilizado o seguinte método de cálculo: metade do tempo dividido entre os partidos na exata proporcionalidade do número de vereadores de que dispunham na Câmara Municipal local, e a outra metade, 15 minutos, dividida em tempo igual para cada um dos partidos inscritos. Somadas estas duas parciais, o resultado era o tempo total de cada programa.

Este critério para a divisão do tempo de propaganda na TV gerou a seguinte configuração: PCB - 01 vereador[61], 3’12’’; PFL – 04 vereadores, 5’21’’; PMDB – 06 vereadores, 6’46’’, PDS – 10 vereadores, 9’38’’; PT – sem representação,

[61] No período em que a propaganda política começou a ser veiculada pela TV, o vereador Sérgio Grando, eleito pelo PMDB, havia migrado para o PCB. Há notícia sobre esta filiação em: O Estado, 12 de agosto de 1985, p. 3.

2’29’’; PTB – sem representação, 2’29’’. O PDT não tinha representação. Além disso, como estava coligado com o PDS, não entrava na divisão de tempo por candidaturas. Acrescenta o autor que,

> a legislação criada para este pleito previa transmissão diária, sábados e domingos, inclusive, para os programas, e deixava a cargo dos partidos e da justiça eleitoral em cada cidade a possibilidade de alterações que não ferissem em cheio as normas baixadas pelo TSE, repassadas aos Tribunais Regionais Eleitorais.
> Em Florianópolis, um acordo entre as emissoras de TV e os partidos possibilitou aos candidatos do PT, PTB e PCB, dos chamados “partidos pequenos”, o direito de, de graça, gravarem antecipadamente seus programas nos estúdios das emissoras. Em troca, os candidatos de todos os partidos abriram mão de apresentar seus programas sábado à noite e no domingo à tarde. Com isso, as empresas, que transmitiram a programação gerando em cadeia, sendo que cada uma das emissoras em número de três, responsabilizou-se por 20 dias de geração, puderam faturar um pouco mais em publicidade e os pequenos livraram-se do incômodo de apresentações ao vivo.

Além da propaganda na TV, no caso uma mídia eletrônica, a campanha política aconteceu em forma de comícios, também em outdoors e cartazes. Em visitas aos bairros, repartições, em reuniões com moradores.

Assis ocultava sua trajetória política iniciada na ARENA, e tentava não chamar atenção para o fato de ser quadro do PDS. Focava em suas qualidades técnicas como engenheiro, e tentava transmitir uma ideia de ser portador de neutralidade política, e, conforme conclui Viola (1986, p. 14) “sugerindo que os outros candidatos eram tecnicamente incompetentes por serem excessivamente envolvidos em política”.

No PMDB, a campanha se divide em duas fases: um primeiro momento mais radicalizado, no qual a influência do grupo de apoio petista se faz perceber. Nesse momento Andrino age com continuidade com relação às prévias que disputou com Wedekin. O prefeito Piazza é a única figura pública que declara seu apoio a Andrino, nesta fase da campanha. A segunda metade de outubro é indicada por Viola (1986) como o início da segunda fase da campanha peemedebista na capital catarinense. Neste momento, Assis tem 12 pontos de vantagem sobre Andrino. A partir de então há a marginalização do grupo de apoio petista e adesão na campanha das grandes figuras regionais do partido. Andrino muda seu discurso, tornando-o mais brando e passa a se identificar com a Nova República. Uso moderado de recursos do “aparelho estatal” federal e municipal em sua campanha. Há

a realização de comícios com grandes figuras peemedebistas de prestígio nacional, como Ulysses Guimarães.

O PFL, em sua campanha, buscou consolidar três linhas de atuação: a construção partidária, trabalhando a identidade do partido; duras críticas ao governo estadual ao mesmo tempo em que se colocava como símbolo da Nova República. “Na campanha do PFL, o PMDB aparece como um rival secundário comparado com o conjunto de características negativas atribuídas a AST” (VIOLA, 1986, p. 15).

A campanha petista manteve diálogo com movimentos sociais, e manifestava o desejo de alterar a prioridade do gasto público, focando no atendimento aos mais humildes. O PCB, por sua vez, trabalhou a questão da identidade partidária, dando ênfase para o debate “civilizado e competente”, o que para esta eleição, pelo que a bibliografia sugere, foi algo de significativo. Tanto na campanha pela TV, quanto pelos periódicos, fica evidente que entre AST e PMDB e AST e PFL, houve um componente muito forte de ataques pessoais e denúncias variadas.

Se em meados de outubro, Assis tinha 12 pontos percentuais de vantagem sobre Andrino, o quadro se mostra alterado na última sondagem divulgada antes da eleição acontecer. A pesquisa Gallup, realizada nos dias 11 e 12 de novembro, demonstra uma tendência de equilíbrio entre as

candidaturas. E no dia 15, o eleitorado dá a vitória para Edison Andrino, do PMDB, de maneira incontestável. Como afirma Viola (1986, p. 16),

> a vitória de Andrino deu-se em todos os bairros da cidade, independentemente do nível de renda de seus moradores. Assis somente conseguiu ganhar alguns vilarejos rurais (o município tem 90% de eleitorado urbano). Há fortes indicadores de que significativos contingentes de eleitores do PT e do PCB resolveram na última hora votar em Andrino pressionados pelo clima de empate e a consequente síndrome do voto útil.

O resultado final foi vitória de Andrino do PMDB com 54.592 votos, seguido por Francisco de Assis, da coligação PDS-PDT, com 40.631 votos, Enio Branco do PFL, com 8.920 votos, Jorge Lorenzetti, do PT, com 3.805 votos, Vilson Rosalino, do PCB, com 2.920, José Ortiga, do PTB, com 857 votos. Foram 3.611 os votos nulos e 1.210, o número de votos brancos.[62]

---

[62] Fonte: <http://www.tre-sc.jus.br/she/pages/consulta/resultado_cargo_geral_localidade.jsf> Acesso em 11 de fev. de 2016.

2 – AS CAMPANHAS ELEITORAIS DE 1985 NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO *O ESTADO*

O periódico, na construção narrativa diária que realiza, traz dados e informações sobre a disputa, sobre a cidade, como por exemplo, suas demandas e informa sobre os atores que estão disputando a eleição, os partidos, seus programas de governo e também sobre suas articulações. No entanto, tudo o que se transforma em notícia, cada fragmento de realidade que é interpretado e construído em forma de texto, passa por uma seleção e uma hierarquização discursiva, além de algum tipo de qualificação para cada questão abordada. Neste sentido, afirma Barbosa (1995, p. 88) que,

> A objetividade da notícia é, há muito tempo, vista como uma falácia, até mesmo para o mais ingênuo dos profissionais. Ao selecionar, ao hierarquizar, ao priorizar a informação, dentro de critérios altamente subjetivos – o que o jornalismo faz é uma seletiva reconstrução do presente.

O periódico organiza, na página sobre política, uma polifonia de vozes, de diversos atores, na forma que seus editores, muitas vezes pressionados pelos superiores, ou pelo dirigente do periódico, entendem como a mais adequada para expor tais fragmentos daquela realidade.

A última semana de campanha foi marcada por grandes comícios, o encerramento da propaganda na TV e a adoção de um corpo-a-corpo entre candidatos e eleitores que duraria até a véspera dia de votação, que ocorreria numa sexta-feira, feriado, dia 15 de novembro, até as 17h. No dia 12 de novembro, a manchete na metade superior de *O Estado* anuncia que "comício da AST reúne sete mil", e uma foto de quase meia página com uma multidão em torno de um palanque montado no Largo do Fagundes, no centro da cidade[63]. Logo abaixo, em outra matéria, uma imagem do governador Esperidião Amin lendo, focado, um exemplar de *O Estado*, analisando uma matéria que lhe diz respeito: "Amin acha que a PF foi envolvida e o PMDB aciona". Era mesmo para se preocupar. Poucos dias antes, uma equipe ligada ao PMDB flagrou e filmou caminhões da Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social de Santa Catarina (Ladesc), criada em 1979, órgão ligado ao governo do Estado e presidido pela primeira-dama Ângela Amin, distribuindo comida para a comunidade do Morro da Queimada, também no centro da cidade, enquanto correligionários faziam campanha com bandeiras e cartazes da AST e de Francisco de Assis, seu candidato. Gerou grande polêmica. O PMDB acusou a distribuição de alimentos de

[63] O Estado, 12 de novembro de 1985, p. 1.

crime eleitoral[64]. A própria Ângela veio a público se justificar, alegando que a distribuição de comida era uma política de governo realizada desde 1983, e que estava sendo agredida por dois partidos, o PMDB e o PFL, que diziam ter, segundo ela, compromissos com o povo.[65] Ou seja, a partir da argumentação da primeira-dama, se tais partidos têm compromissos com o povo, jamais poderiam negativar uma ação dessa natureza: a distribuição de alimentos para uma comunidade humilde. Amin dizia que o PMDB poderia estar articulado com a Polícia Federal, já que o partido governava o país. Por outro lado, o PMDB acusa o secretário de segurança, Heitor Sché, de acobertar a ação no Morro da Queimada. Ângela diz que chamou a Polícia Civil com receio de haver tumultos, depois de reconhecer que um dos cinegrafistas que flagrava a distribuição de alimentos era Paulo Bornhausen, o filho do Senador Jorge Bornhausen. Gerou repercussão. Faltava menos de uma semana para a eleição.

Esta primeira página do dia 12 de novembro é significativa: tanto pelo comício, o que sugere mobilização, seja da militância partidária, do pessoal contratado, e também da população que comparece e participa, quanto pelas denúncias. Ao longo de todo o período eleitoral, narrado em *O*

---

[64] O Estado, 11 de novembro de 1985, p. 2.
[65] O Estado, 12 de novembro de 1985, p. 2.

Estado, pode-se observar uma grande movimentação de partidos e candidatos, articulações, visitas em comunidades e por parte dos atores políticos que disputavam a cidade, muitas trocas de acusações.

Na edição do dia seguinte[66], na primeira página, foi a vez do PMDB e PFL fecharem suas campanhas. Na metade inferior da página, duas imagens, uma delas sendo da Praça Tancredo Neves, repleta de pessoas portando bandeiras com o rosto de Edison Andrino. A outra imagem, logo abaixo, no Ginásio Municipal de Esportes, situado no continente, ao lado do Estádio Orlando Scarpelli, uma aglomeração de gente acompanhando o último comício de Ênio Branco e seu vice, César Souza. No interior do periódico, em uma fotografia, Jorge Bornhausen - entre Branco e César - com microfone na mão, afirma: "terminamos a campanha sem ter que alugar a boca de Jaison Barreto". [67] Neste mesmo dia 13, há despedida da campanha na TV. O dia 14 foi de corpo a corpo pelas ruas e bairros da cidade, e na sexta-feira dia 15, aconteceu a votação. O resultado esteve programado para ser divulgado somente após as 17h do dia 16[68], e por consequência, só saiu na edição do periódico do dia 17 de novembro, com destaque.

---

[66] O Estado, 13 de novembro de 1985, p. 1.
[67] Ibidem, p. 3.
[68] O Estado, 16 de novembro de 1985, p. 1.

Outros eventos ligados as maiores candidaturas ocorreram na cidade de Florianópolis. A mobilização da campanha foi capaz de trazer figuras de renome da política nacional para a cidade. Os eventos ocorreram a partir de fins de outubro, com a vinda de Leonel Brizola para selar a filiação do senador Jaison Barreto ao PDT e colaborar com a campanha de Francisco de Assis, da Aliança Social-Trabalhista.

No dia 27 de outubro, embora o tema da fotografia mais chamativa daquela edição de *O Estado* fosse o clima festivo em torno da filiação da Jaison Barreto ao PDT, com a presença do governador do estado do Rio de Janeiro e fundador do partido, Leonel Brizola, a manchete não continha um tom ameno. A fotografia está publicada na parte superior da primeira página, e contém a imagem de Brizola apertando a mão de Jaison Barreto, cuja alegria incontida pode ser percebida na expressão facial do senador, com um sorriso tímido e a face um pouco inclinada para baixo, expressando certo alívio – por finalmente resolver o impasse partidário que o cercava. Brizola, expansivo, sorri com os dentes expostos e olha diretamente para a face levemente inibida do senador enquanto lhe segura uma das mãos. O evento aconteceu na Assembleia Legislativa. Mas, no entanto, a manchete dessa edição, não é sobre a referida foto. O título “Amin suspeita de grampeação” contém certo suspense. O Governador andava preocupado que

funcionários da Telesc poderiam estar ouvindo clandestinamente ligações do Palácio Santa Catarina. Ao lado direito da fotografia, a descrição das preocupações que assolavam o governador catarinense. Parecia um fato fabricado pelo governador para tentar chamar atenção para si e questionar o então presidente da Telesc, o presidente regional do PMDB, Pedro Ivo Campos. O texto finaliza dizendo que "dois diretores da Telesc, Raimundo Colombo e Raul Becker, acreditam, no entanto, que tudo não passa de sensacionalismo em cima do momento político".[69]

A manchete da edição não falava sobre a fotografia. O título correspondente à fotografia indicava: "Brizola é lançado à presidência". O evento, segundo se pode aferir pela narrativa do periódico, se tornou menos um evento de campanha da AST e mais uma solenidade do PDT. "Na Assembleia Legislativa a candidatura da Aliança Social-Trabalhista, à qual Brizola veio dar apoio, também foi praticamente esquecida, com os discursos de ataques às posturas do PMDB e da Nova República"[70] No interior do periódico teve destaque o ato em si, com fotografia captando a Assembleia lotada de pedetistas, além de detalhes da chegada do governador pedetista, a filiação de Barreto e trechos do discurso de Brizola. Ao descer do

[69] O Estado, 27 de outubro de 1985, p. 1.
[70] Ibidem, p. 1.

avião, ainda no aeroporto Hercílio Luz, Brizola, cercado por correligionários, foi recebido por Amin e respondeu a algumas perguntas dos jornalistas:

> "Jamais alguém pode ver qualquer tipo de incoerência no atual quadro político de Florianópolis, mesmo porque ninguém ousará atirar a primeira pedra. O PMDB, então, a esta altura, não tem mais condições de fazer crítica a ninguém. Basta ver o que acontece hoje no Congresso onde o partido soma-se à Frente Liberal e a contingentes mais conservadores do PDS, para derrubar a maior aspiração popular: a Constituinte livre e soberana. Aliás, o PMDB é uma estrutura política que tende para o conservadorismo e está eliminando em todo Brasil suas áreas progressistas e originárias".[71]

Brizola ambicionava fortalecer seu partido. Seus movimentos naquele ano de 1985 já estavam dando resultados, pois em Santa Catarina o PDT era um partido pequeno, se comparado com PMDB e PDS, e, no entanto, a partir desta visita da maior liderança pedetista à Florianópolis, o PDT catarinense passava a ter em seus quadros um senador da República, do porte de Jaison Barreto, e ser aliado do partido que governava o Estado e, em fins de outubro, estava como favorito para vencer a eleição na capital do catarinense. Ou seja, o PDT catarinense além de ter um senador, graças às

[71] O Estado, 27 de outubro de 1985, p. 3.

articulações políticas de Brizola, que era – naquele momento – aliado de Esperidião Amin, poderia gerir a capital do estado. A chapa da AST tinha o respaldo e representava o interesse direto de dois governadores de estado. Brizola reafirma e justifica suas articulações, ainda no aeroporto:

> Brizola disse que o verdadeiro MDB, esta sendo eliminado das atuais estruturas do PMDB. "O Senador Jaison Barreto representa o MDB original. Por isso acho que PMDB vai ser o PSD desses tempos e o Partido da Frente Liberal, a UDN. Nós do PDT é que estamos somando com todas as correntes amplamente democráticas e progressistas na vida do País." O governador do Rio de Janeiro teve que responder a insistente pergunta sobre a duração da Aliança Social Trabalhista: se até o pleito de 15 de novembro ou se permanecerá após.
> "As alianças sempre se projetam para o futuro e pode ocorrer que em Santa Catarina haverá abertura de novos caminhos. Tudo está indicando que este entendimento eleitoral vai se desdobrar em acordos mais amplos e profundos" – disse.[72]

Brizola também foi questionado sobre uma possível composição de chapa com Esperidião Amin para disputar a presidência da República, no que teria dito:

> "Quando ao meu ilustre colega, o Governador Esperidião Amin, vejo esta chance com bons

[72] Ibidem, p. 3.

> olhos, pois o projetará a nível nacional. Mas quanto a mim (sorrisos pelo trocadilho), com toda lealdade, há uma situação diferente. Meu empenho é a construção de um partido, pois não poderia haver nunca um bom Governo não havendo um bom partido. Não corro atrás deste bonde, mas vocês (dirigindo-se a imprensa) irão acabar me colocando lá em cima, mesmo sem que eu aspire esta condição”.[73]

É uma proposição ambígua. Ele diz não aspirar se candidatar para presidente, mas quer um partido forte e acabará sendo colocado “lá” pela imprensa, ao mesmo tempo em que acha interessante esta chapa, pois projetaria Amin nacionalmente. Mesmo sem ter esta ambição, ele estará “lá”, pode-se subentender. O evento da AST acabou se tornando um evento do PDT, e no periódico, nesta edição, pouco se falou da chapa Assis-Dias. Além da AST, o PMDB e o PFL também organizaram eventos com figuras de renome nacional. No caso destes partidos, os eventos situam-se no início do mês de novembro, quase uma semana antes da eleição em Florianópolis.

Na edição do dia 6 de novembro a manchete era a seguinte: “Ulysses pede vitória para Andrino”, com a metade superior da primeira página ocupada por uma foto de Ulysses Guimarães, de costas para câmera, de frente para o plenário

[73] O Estado, 27 de outubro de 1985, p. 3.

lotado da Assembleia Legislativa. Ao lado direito da fotografia, um texto descreve a presença da liderança peemedebista em Florianópolis, segue trecho:

> Cerca de cinco mil pessoas lotaram ontem a Assembleia Legislativa para participar do comício do PMDB previsto para a Praça XV e transferido em virtude do mal tempo. Ovacionado pelos peemedebista, o Deputado Ulysses Guimarães disse estar certo da vitória de Edison Andrino, por acreditar que o eleitor de Florianópolis não está se manifestando livremente em função da pressão do governo.[74]

O fato de a cidade não se manifestar livremente se daria por conta das pesquisas de opinião, que davam vantagem a Assis. Como as funções administrativas da cidade faziam predominar a oferta de empregos públicos, muitos cidadãos não teriam coragem de dizer diante das pesquisas que não votariam no candidato do governador do estado.

Ao lado esquerdo da citada fotografia com Ulysses Guimarães falando ao plenário lotado da Assembleia Legislativa, o jornal publicou um texto denominado “capital vive dia de manifestações”, que ressaltava o fato de que Aureliano Chaves, Ministro de Minas e Energia, também esteve em Florianópolis no dia anterior para atividades ligadas

[74] O Estado, 6 de novembro de 1985, p. 1.

à candidatura de Ênio Branco. Na metade inferior, há uma imagem com Ulysses, Aureliano e Jorge Bornhausen conversando em pé, ao lado de uma Kombi branca. Ao lado, lê-se o título de uma matéria: “Passagem de Aureliano cria otimismo”. Os três políticos pertenciam a partidos que compunham a Aliança Democrática. Embora em âmbito municipal defendessem candidaturas próprias, tinham um adversário em comum: o PDS. A primeira página da edição do dia 6 de novembro foi praticamente preenchida com imagens e textos ligados aos eventos de PFL e PMDB, ocorridos no dia anterior, contendo no canto inferior direito uma nota sobre AST criticando a Aliança Democrática.

No interior do periódico, o colunista político Bento Silvério construía uma linha de interpretação daquele processo, a nove dias das eleições:

> Mesmo com candidatos diferentes, Aureliano Chaves e Ulysses Guimarães tem um objetivo que se confunde, e todos sabem disso, principalmente a Aliança que existe, a Social Trabalhista. Eles querem derrotar o PDS na única capital onde um de seus candidatos tem perspectiva de vitória. E isso ficou muito claro quando, à exceção de Cesar Souza, em rápida passagem, não foi feita nenhuma crítica ao PMDB no comício do PFL; e o mesmo

> aconteceu com relação ao PFL no comício do PMDB.[75]

É importante estabelecer conexões entre interesses regionais e em âmbito nacional. Se por um lado o PFL disputava sua primeira eleição e tinha um interesse em sua construção, na consolidação de uma identidade partidária, por outro, não se pode perder de vista as articulações e interesses das figuras influentes do partido, tais como Aureliano e Bornhausen, que num quadro de polarização PDS – PMDB, veem como tática a derrota do PDS, pois isso também pode significar crescimento partidário para o PFL.

Apesar de em outubro e novembro percebermos as grandes candidaturas organizando comícios mais concorridos, inclusive com a presença de grandes nomes da política nacional, a campanha foi bastante movimentada desde o mês de agosto. Mesmo quando os partidos ainda se organizavam, escolhiam seus nomes e começavam a lutar pelos votos, o governador Esperidião Amin tentou derrubar o prefeito Aloísio Piazza, e colocar um nome das fileiras de seu partido para controlar a máquina municipal, justamente nos meses de campanha eleitoral. Se a tática funcionasse, o novo prefeito assumiria a prefeitura no momento em que a Assembleia

[75] O Estado, 6 de novembro de 1985, p. 3.

Legislativa desse o aval para o nome indicado, possivelmente seria na primeira metade de setembro, e ficaria no cargo até a posse do novo prefeito, que seria eleito em novembro e assumiria em janeiro de 1986. Amin, que aproximadamente há um ano tinha defendido, em público, eleições diretas para a presidência da República, na primeira experiência de eleições diretas para prefeito de capital que ele vivenciava enquanto político, ele tentou fazer justamente o contrário: uma intervenção do executivo estadual - contando com o aval do legislativo - no poder público municipal, destituindo o prefeito do PMDB, para, ao assumir a máquina municipal, ampliar suas forças na disputa eleitoral que se aproximava. Provavelmente tencionava utilizar a máquina publica da cidade no pleito, ou pelo menos retirá-la das mãos do PMDB. O desenrolar desta manobra do governador de Santa Catarina, está narrado nas páginas de *O Estado* desde o dia 20 de agosto, com a manchete na primeira página "Amin admite enviar nome do prefeito"[76], e com conteúdo na página 03, que cobre política municipal, onde o nome do deputado estadual Moacir Bertoli já é cogitado para assumir a cadeira de prefeito, até o dia 11 de setembro, quando o caso se dá por encerrado. Com a manchete "não vai mudar

[76] O Estado, 20 de agosto de 1985, p. 1.

prefeito da capital”[77], a manobra de Amin encontra seu desfecho. Stélio Boabaid, Presidente da Assembleia, decide arquivar a mensagem do governador, sob a justificativa de inconstitucionalidade. Alguns partidos que concorriam à prefeitura da capital catarinense se manifestaram através de seus candidatos, com relação a este episódio. Lorenzetti, candidato do PT afirmou que “tudo não passa de uma briga entre o PMDB, o PFL e o PDS com o objetivo de se beneficiarem da máquina administrativa nas eleições, enquanto os problemas da cidade se agravam”[78]. Já Wilson Rosalino, candidato do PCB, entendia que,

> a indicação de um novo prefeito pelo Governador é uma demonstração inequívoca de que ele e seu Partido sobrevivem apenas às expensas da máquina administrativa e demonstra incapacidade de ganhar o voto dos florianopolitanos pela força das ideias e de seus projetos políticos.[79]

Enquanto os dias se passavam e esta questão se desenrolou, os partidos iniciavam suas campanhas. Os primeiros vinte dias de agosto foi o tempo necessário para que se organizassem internamente, selecionassem seus candidatos

---

[77] O Estado, 11 de setembro de 1985, p. 1.
[78] O Estado, 08 de setembro de 1985, p. 6.
[79] Ibidem, p. 6.

para a disputa e tentassem estabelecer alianças, e a partir de então fossem em busca do eleitorado florianopolitano.

2.1 - Partidos, campanhas e programas

Na edição do dia 20 de outubro, uma notícia na primeira página dá a dimensão das movimentações visando a disputa eleitoral na cidade: "propaganda invade as ruas de Florianópolis"[80]. Em seu interior, a matéria versa sobre o impacto da campanha eleitoral no visual da cidade, além de algumas informações sobre a maneira como os partidos estão se organizando em torno da divulgação de seus candidatos e ideias:

> Na época de plena efervescência eleitoral, a cidade aparece como uma verdadeira vitrine de coloridos out-doors, placas e cartazes, espalhados pelos postes, muros e paredes, cada qual querendo marcar na mente do eleitor a imagem de seus candidatos. Essa parafernália visual raramente retrata o trabalho dos Comitês Eleitorais e voluntários que trabalham em prol das diversas candidaturas. A publicidade para os candidatos da Aliança Social Trabalhista (PDS/PDT) está a cargo de uma agência de propaganda que cria a arte e apresenta aos membros do partido inclusive aos candidatos. Eles dão sua opinião e decidem sobre a divulgação do material. Está previsto o uso de

[80] O Estado, 20 de outubro de 1985, p. 1.

> cerca de 50 mil cartazes para toda a campanha, incluindo os out-doors e placas que são colocadas em residências dispostas a fazer propaganda para a AST.[81]

O texto aponta que o material é colado geralmente ao longo da noite e madrugada, por militantes voluntários. E, que, no caso da AST, o número de cidadãos engajados nesta tarefa é estimado em 100. Usavam dez veículos e levavam escadas para colar material em lugares altos. E segue, "até o momento, a AST gastou cerca de dois mil litros de cola, feita artesanalmente devido aos custos. A cola é feita com araruta e água fervente, numa fórmula muito utilizada também na confecção de pipas e pandorgas". No caso do PMDB, os cartazes haviam se esgotado. O partido havia doado 90 mil cartazes para a campanha e os militantes já haviam cumprido a tarefa da espalhá-los pela cidade. O partido não contratou agência de propaganda, por causa dos altos custos e os primeiros cartazes foram feitos manualmente por gente ligada ao Comitê Eleitoral. E no PFL,

> o processo de colagem dos cartazes que trazem a imagem dos candidatos da Frente Liberal é um pouco diferente, pois acompanha os lugares onde o caminhão com a propaganda dos candidatos vai passar. Voluntários colam os

[81] O Estado, 20 de outubro de 1985, p. 2.

> cartazes à noite, e já foram reprimidos por moradores que não queriam ver seus postes e muros com cartazes.
> Incidentes neste estilo com outros partidos não têm acontecido, segundo Ademar Koerich, que trabalha no Comitê Eleitoral do PFL, mas ele afirma que os cartazes da Frente são cobertos pelos outros partidos.

Há na notícia, uma referência à guerra de cartazes, nos moldes citados acima e também alguns casos de cartazes rasgados. A orientação do PFL, segundo a notícia, no caso de haver conflitos com integrantes de outros partidos, era a de que a militância abandonasse o local. Em uma ocasião, ao longo do período analisado, tal guerra de cartazes desencadeou um processo violento que foi descrito na primeira página do dia 23 de outubro, com o título "Militantes da AST e PMDB brigam na rua":

> Cerca de 50 cabos eleitorais da AST e do PMDB que provocaram um grande tumulto na noite de segunda-feira enquanto colavam cartazes – resultando em um militante ferido na cabeça e dois carros seriamente avariados – depuseram ontem no 1º DP. A polícia apreendeu cassetetes, bastões, foguetes e até um revólver. O coordenador de campanha do PMDB, Luiz Paulo Peixoto, quer prosseguir com a campanha "limpa e ordeira" e Marcílio Krieger, da AST, diz que este tipo de incidente não se repetirá.[82]

[82] O Estado, 23 de outubro de 1985, p. 1.

No geral, conflitos entre os militantes não foram comuns ao longo do período eleitoral. Mas estas movimentações noturnas e este episódio dão mostras da intensidade que a campanha adquiriu.

Com relação à propaganda realizada nas madrugadas, os números da AST chamam atenção. O fato de contarem com aproximadamente 100 militantes para atuar noite e madrugada, numa cidade com aproximadamente 250 mil habitantes, cuja campanha pode contar com o suporte de uma agência de propaganda, sugere uma máquina eleitoral de dimensões grandiosas.

A matéria sobre os cartazes dá a entender que havia um grande investimento em propaganda e dá a conhecer alguns dos meios através dos quais os partidos levaram sua mensagem ao eleitorado. Ou mesmo o nome do candidato e o respectivo número do partido[83], acompanhado ou não de algum lema de campanha, como é o caso dos cartazes e placas. Ao menos por parte das três maiores candidaturas.

Cabe observar que nas páginas de *O Estado* não estão explicitados de maneira sistematizada os programas de cada

---

[83] Abaixo do texto citado sobre as modificações no visual da cidade causadas pela propaganda política, pode-se visualizar uma foto de uma placa fincada próxima a Ponte Hercílio Luz, com fotos dos candidatos do PFL, e seus respectivos nomes. Ver em O Estado, 20 de outubro de 1985, p. 3.

candidatura. Com exceção do PFL, que alocou uma página inteira em algumas edições do periódico para difundir seu programa de governo, só conseguimos saber o que pensavam e o que pretendiam as candidaturas, se rastreássemos as notícias que cobriam a campanha, as falas dos candidatos, as visitas aos bairros e alguns de seus compromissos assumidos em público. Nesse caso, é possível obter alguns fragmentos da leitura que cada candidatura fazia dos problemas da cidade e alguns de seus encaminhamentos e assim compor um quadro do que cada partido e candidato, ou coligação, pretendiam pôr em prática ao assumir o executivo municipal e a partir daí refletir sobre alguns elementos de culturas políticas contidas nos partidos que disputavam aquele pleito. Outra característica da cobertura realizada pelo periódico foi uma entrevista de folha inteira, publicada sempre na segunda página, com cada uma das seis candidaturas, ao longo do período eleitoral. Ali se pode saber origem, trajetória e características de cada candidato e também alguns planos para a cidade. Afora as notícias relacionadas à campanha, que são diárias, e estas entrevistas mencionadas, há também uma matéria com as esposas dos candidatos, onde alguns outros elementos sobre aqueles atores políticos são trazidos para a arena pública.

2.1.1 - O Partido Comunista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro

O PCB teve pouco espaço nas páginas de *O* Estado, ao longo do período eleitoral, se comparado com as três candidaturas mais fortes. A partir do dia 12 de agosto, o partido passou a ter representação na Câmara Municipal, quando o vereador peemedebista Sérgio Grando migrou para o partido. Portanto, o critério para delimitar os espaços nas páginas de *O Estado* certamente não foi o de representatividade política, senão o PTB, por exemplo, não poderia ter um volume aproximado de inserções que o PCB, como foi o caso. O PTB não tinha representatividade no município, nem na Assembleia Legislativa. Por outro lado, como se pode observar em tabela disponível em Bertoncelo (2007, p. 177) o PTB tinha à época da votação da Emenda Dante de Oliveira, 13 deputados federais. O PCB, nenhum. O PT, 8. As inserções sobre o PT equivalem aproximadamente, às inserções envolvendo PCB e PTB juntos. O critério representação não é compatível com a representatividade desses partidos em âmbito municipal, estadual e federal. Isso remete a questões subjetivas, ligadas ao quadro dirigente do periódico, a escolhas que são presididas por outros critérios. E ainda que a representação fosse o critério, poderia ser questionado, pois tenderia a dar mais

espaço para as ideias predominantes, bloqueando, por consequência, a difusão de novas ideias, ou de ideias vinculadas a partidos menores, sem representação. Ora, se existe um processo de concentração no âmbito das mídias impressas, em que uma pluralidade de periódicos tende a desaparecer, restando alguns poucos periódicos, muitas vezes de propriedade de um mesmo grupo empresarial, a consequência desta "falta" de espaço nas páginas de um periódico pode se configurar, no limite, como a exclusão de determinadas ideias da arena pública. O mesmo questionamento seria pertinente para caso o critério delimitador para o espaço nas páginas fossem as pesquisas de opinião. Estas são algumas questões que surgem na leitura das páginas sobre política local.

A primeira aparição do PCB no jornal naquele período está situada na edição do dia 02 de agosto e ocorre de uma forma muito particular. Na primeira página, a notícia "Amin recebe o PCB e entrega a Carta", referindo-se a audiência entre o governador e o candidato e presidente regional do partido, Wilson Rosalino, e o fato de Amin tê-lo repassado uma cópia de seu programa de governo, que fora apresentado para a eleição de 1982, a "Carta aos catarinenses". Logo abaixo, o periódico ressalta que eles "conversaram sobre democracia e

pluripartidarismo partidário."[84] Dentro do periódico, entre notícias sobre as movimentações dos demais partidos, duas notícias sobre o PCB. Um aprofundamento da chamada da primeira página, detalhando amenidades do encontro, como uma troca de presentes entre Amin e Rosalino, e outra avisando que o partido terá candidatos em todas as capitais. Em 1985, fazia poucos meses que o PCB tinha retornado à legalidade. Em nosso país, este partido acumula em seu histórico perseguições a seus dirigentes e longos períodos de clandestinidade. Num contexto internacional em que o bloco soviético fazia oposição ideológica ao mundo capitalista, marcando posição e protagonizando junto aos EUA, o processo histórico conhecido por "Guerra Fria", pode-se subentender esse encontro como um aceno para os demais partidos no sentido que o PCB iria operar dentro dos limites da ordem estabelecida, num país capitalista.

No periódico, a abordagem feita pelo PCB na propaganda eleitoral foi elogiada:

> olhando para o futuro que ultrapassa o 15 de novembro, parece fora de dúvidas de que o Partido Comunista Brasileiro é o mais beneficiado pelos espaços de propaganda gratuita no rádio e televisão proporcionados pela Justiça eleitoral, às agremiações político-

[84] O Estado, 02 de agosto de 1985, p. 1.

> partidárias. Até recentemente colocado na clandestinidade, o PCB passou a dispor de preciosos minutos diários no horário nobre para projetar sua imagem, fazendo uma semeadura que poderá lhe render valiosos frutos no amanhã.
> Veja-se o caso de Santa Catarina. Aqui as mensagens do partidão chegam a praticamente todos os cantos do Estado, já que as emissoras de TV de Florianópolis levam suas imagens a quase todas as regiões. Utilizando de forma inteligente os horários colocados à sua disposição, os comunistas estão sabendo faturar alto.[85]

Num tom elogioso, o periódico valora positivamente a intervenção do PCB no horário eleitoral. Num momento em que as disputas entre o Assis, do PDS, e Andrino do PMDB, são marcadas pelos ataques constantes, rasteiros, denúncias, configurando uma espécie de "vale-tudo", o periódico utiliza a abordagem dos comunistas como um exemplo a ser seguido, ressaltando que a abordagem feita lhes renderá muitos benefícios, não só nesta eleição e chamando atenção para o fato de ser uma disputa, de certa forma, estadualizada. Ou seja, o periódico alerta a todos os candidatos sobre o fato de que tudo o que está sendo dito ao vivo, na TV, possui alguma audiência em âmbito estadual. Um ano antes das eleições gerais, de 1986, não deixa de ser um alerta relevante.

---

[85] O Estado, 12 de outubro de 1985, p. 5.

Em 24 de setembro, o periódico noticia a ida da militância do PCB ao calçadão da Felipe Schmidt, sob o título "PCB vai ao calçadão e apresenta o seu urso socialista pedindo voto".[86] Narra uma atividade de campanha, com a presença de Wilson Rosalino e de Gerônimo Machado, seu candidato a vice, e também do vereador do partido, Sérgio Grando. Contava também com a presença de um militante vestido de urso branco, com o número 23 e símbolo do partido, que distribuía panfletos. Foi uma atividade que durou todo o dia.

> (...) Mais tarde, já no cruzamento da Felipe Schmidt com a Rua Deodoro, com auxílio de um auto-falante, os comunistas estabeleceram uma base, onde passaram todo o dia. Rosalino acha que a campanha do PCB, embora feita com recursos modestos, está obtendo boa receptividade "apesar da propaganda anticomunista de todos esses anos". Vilson crê que o partido está respondendo a expectativa que a população tinha sobre o comunismo e seus militantes e para isso "tem contribuído a veiculação da propaganda eleitoral gratuita que mostra nosso programa e nossa visão de sociedade", como afirmou Rosalino. No calçadão, os comunistas distribuíram também livros editados pela editora Novos Rumos e exemplares da Voz da Unidade, o jornal nacional do PCB.

[86] O Estado, 24 de setembro de 1985, p. 3.

Embora seja possível perceber certas particularidades desta intervenção do partido em um espaço público, como a distribuição de materiais, livros e o jornal do partido, bem como a preocupação de Rosalino com a receptividade da campanha, o conteúdo da intervenção não é exposto. Nem mesmo uma fala do candidato sobre o que eles defendem. Já em uma pequena nota, em uma edição do dia 03 de novembro, intitulada "PT, PCB e PTB querem crescer com a eleição"[87], há algumas linhas sobre o que pensa o candidato do partidão.

> Segundo o Presidente Regional do Partido Comunista, Vilson Rosalino, não existe previsão de mudança de estratégia para as duas últimas semanas de campanha. "Continuaremos mostrando que é importante engrandecer o PCB por causa de sua visão dos contrastes sociais do Brasil e de Florianópolis, para ajudar a sociedade brasileira na superação destes contrastes através do socialismo", (...) O PCB tem esperança de conseguir uma boa colocação no pleito e conta com um trabalho no horário eleitoral, que, segundo Rosalino, "parece ter sido aceito por importante parcela da população, que aposta nas mudanças sociais". O Partido também espera sair fortalecido dessa eleição, e a campanha foi pautada por uma linha educacional, civilizatória.

Há uma ênfase na questão desigualdade social. No excerto acima, há um diagnóstico. Mas ainda sim, não há

[87] O Estado, 03 de novembro de 1985, p. 3.

proposições do PCB no sentido de superar o problema diagnosticado, para uma eleição em âmbito municipal. Ao menos, nas linhas do periódico.

Na entrevista com o candidato, publicada em 13 de outubro, não há referência com relação aos planos de Rosalino e do PCB para a capital catarinense.[88] Nesta entrevista, sabemos que Rosalino, nascido em 1950, veio para Florianópolis em 1968 para estudar. Passou no vestibular para Engenharia e se formou em 1973. Por dois anos foi engenheiro da Celesc e, em seguida, passou no concurso público para professor de Engenharia Elétrica, da UFSC. Gostava de jogar xadrez e de correr na Beira-Mar. Seu pai foi fundador do PTB, nos anos 1950, no município de Içara, o que teria despertado seu interesse pela política partidária, sobretudo por conta da Campanha da Legalidade, da qual Rosalino possui fortes lembranças. Foi fundador do MDB. Fugiu do país com receio de ser preso pela Operação Barriga Verde, em novembro de 1975. Passou por alguns países antes de chegar à França, onde viveu exilado até a Lei da Anistia, de 1979. Retornou ao país e pediu reintegração ao quadro de professores da UFSC, e passou a lecionar Engenharia de Produção. Na França estudou Economia Política na Universidade de Paris e trabalhou na

[88] O Estado, 03 de outubro de 1985, p. 2.

condição de estagiário estrangeiro, como engenheiro. Atuava no núcleo do PCB, formado por exilados, tais como Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Hildebrando Pereira. De volta ao Brasil, foi fundador do PMDB sendo o primeiro presidente do diretório municipal, em 1981. Participou ativamente do movimento de organização do PCB em Santa Catarina. Foi homologado como candidato do PCB, em agosto, após disputar uma prévia interna com Eglê Malheiros[89], Nildo Martins e Gerônimo Machado.[90]

Neste relato do periódico sobre o candidato, há algumas breves passagens que fogem ao âmbito de sua trajetória pessoal e entram em questões de política partidária. Uma dessas passagens é a citada a seguir:

---

[89] Eglê Malheiros e Nildo Martins eram professores de História. A primeira com 46 anos e o segundo com 33. Gerônimo Machado era professor de economia e tinha 40 anos.

[90] A prévia está noticiada na edição de 11 de agosto, p. 3. O PCB havia tentado, antes de fazer prévia interna, um acordo para formar aliança com o PMDB. Como o acordo não foi estabelecido, se organizaram de maneira a lançar um nome próprio para disputar a eleição. Naquele contexto, o PCB defendia a unidade em torno do Governo Federal, pois era um passo necessário para se chegar à Constituinte. Em De Paula (2014, p. 174) veremos que, "Com a morte de Tancredo e a posse de Sarney, caberia ao PCB combater toda forma de distúrbio que colocasse em risco a transição democrática. Em seu jornal, continuará defendendo a intervenção das massas para influir junto ao novo governo, mas canalizando para as devidas mediações institucionais, onde a classe veria-se sempre em desvantagem. Estavam dadas as novas tarefas: garantir a transição e lutar pela consolidação de um PCB legalizado, de massas, nacional e democrático."

> A propaganda, segundo Rosalino, foi uma indústria que permitiu aos conservadores e à direita brasileira se reproduzirem no poder com autoritarismo e usando de repressão, muitas vezes. Com isso 'conseguiram levar uma política antipopular contra os trabalhadores, entreguista, ou seja, antinacional'.

E, outra breve passagem, sobre o ano eleitoral de 1986. Aborda a questão de sair ou não com candidatos próprios e que não havia, ainda, uma definição. No texto do periódico, afirma Rosalino que "se for com um partido que tenha proposta que se identifique com a nossa, é normal, é legal e democrático que se faça coligação".

Como as inserções sobre o partido, na página sobre política, foram escassas, e na entrevista citada com o candidato basicamente questões sobre a trajetória pessoal de Rosalino foram exploradas pelo periódico, contando ainda o fato de o candidato ser solteiro, o que implica que na entrevista com esposas[91] nada se pode averiguar sobre a candidatura do PCB, o leitor de *O Estado* foi pouco informado sobre os planos do partidão para Florianópolis. Algumas questões foram salientadas pelo periódico, como o fato de o PCB estar disposto

[91] O Estado, 10 de novembro de 1985, p. 3. Das seis candidaturas, somente Assis, Andrino e Ortiga eram casados e, portanto, suas esposas concederam entrevista para o periódico.

a operar nos marcos da democracia liberal representativa, aceitando o pluralismo partidário, de estar nas ruas usando a criatividade, para demonstrar que são capazes de dialogar e fazendo uma "campanha civilizada" na televisão, afirmação utilizada com intuito de pedagogizar as demais candidaturas tentando domesticar o campo político de acordo com sua leitura sobre o que seria conduta aceitável de candidatos em debate. Mas, com relação ao conteúdo político para a cidade, através das páginas de *O Estado* muito pouco se pode saber.

Com relação ao PTB, embora sendo poucas as inserções ao longo do período analisado, pode-se ter alguma noção a respeito do conteúdo de sua campanha através do periódico. O lema da campanha era "o jeito é Ortiga", e se almejava

> o fim do paternalismo, pois "a comunidade tem direitos legítimos e o Estado não ajuda os municípios como favor". Ressalta Ortiga em seu programa. Além disso, propõe a dinamização do esquema de coleta de lixo, sugerindo a viabilização de usinas de tratamento que transformem os resíduos sólidos em fertilizantes. Na área cultural e turística o PTB sugere a proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural e arquitetônico, com vias de busca a mecanismos para a contemplação da infra-estrutura turística de Florianópolis, junto com o incentivo, à parte de lazer esportivo. Dentro da área educacional o PTB assume compromisso de estabelecer uma política de educação a partir da conscientização popular. E pretende incentivar a expansão da atividade

> artesanal. Ortiga, junto com Odir Caldas, além de apresentar as propostas abre espaço para opinião popular. "A nossa proposta de governo espera a contribuição da comunidade, sentindo que um administrador precisa conhecer o ponto de vista popular". [92]

Em outra edição do periódico, ainda em setembro, numa pequena notícia situada no canto inferior esquerdo da página, o candidato petebista aborda a questão da segurança: "a segurança da sociedade não se faz apenas com melhor policiamento, segurança se faz com trabalho de base, tirando o menor da rua e com uma política sistemática de apoio e proteção integrais a criança"[93]. O candidato indica uma saída com viés preventivo para a questão da criminalidade. E, ainda nesta mesma edição, outra pequena nota, no canto da página, afirma que:

> a gestão Ortiga/Caldas tem a intenção de estruturar um plano de carreira para o funcionalismo público, promover cursos de especialização para que o trabalhador possa se atualizar, promoções por tempo de serviço e por merecimento, ingresso na carreira somente por concurso público. Manter rigoroso controle sobre as verbas municipais e pôr fim a corrupção, ao protecionismo, ao desperdício e à politicalha. O candidato informou ainda que nesta área da administração vai acabar com a

[92] O Estado, 15 de setembro de 1985, p. 5.
[93] O Estado, 27 de setembro de 1985, p. 3.

> discriminação, estabelecer a igualdade de condições para todas que desejarem ingressar e progredir na carreira de funcionário público.

Ao mesmo tempo em que defende um poder público atuante na área da educação, melhoria na coleta de lixo e cuidados com as belezas naturais e o desenvolvimento de infraestrutura para o turismo e "lazer esportivo", o candidato petebista dedica atenção especial a questão do funcionalismo público, reforçando a necessidade de se recrutar servidores para a prefeitura apenas pela via do concurso público. De se criar planos de carreira para o funcionalismo, abrindo espaço para que os funcionários possam se especializar. A preocupação com relação ao combate a discriminação chama atenção.

Sobre a captação de recursos para gerir a máquina pública, Ortiga observa a necessidade de se fazer um balanço geral, assim que assumir a prefeitura. Buscar contatos com instituições "de alto nível" como universidades e institutos que cuidam de planejamento econômico ligados à esfera federal para implementar programas que a futura prefeitura desejar. O candidato também se mostra sensível com a questão da burocracia da máquina pública, algo que também pretende melhorar, tornando-a mais eficiente.[94]

---

[94] O Estado, 22 de setembro de 1985, p. 3.

Nas poucas notícias a respeito de sua campanha, duas coisas ficaram evidentes: um descontentamento do candidato com o que ele chama de “politicalha”, que é possivelmente uma referência a exploração do Estado para interesses particulares, e a questão do trabalho. Sobre o primeiro ponto, este se desdobra sobre o mau uso da máquina pública e as trocas de favores envolvendo atores políticos. Ortiga afirmou no primeiro excerto citado neste texto, sobre sua campanha, que o “Estado não ajuda os municípios como favor”, pois a “comunidade tem direitos legítimos”. Em 05 de outubro, mais uma vez em uma pequena nota, quase escondida, no final da página sobre política, Ortiga afirma que,

> _É triste ver que usam crianças carentes da periferia empobrecida para lançar plataformas de urgência e que depois caem em esquecimento. É também triste ver que somente as comunidades pobres são chamadas a fazer mutirão enquanto nos bairros elegantes tudo é feito rapidamente. Isto tudo infelizmente, é a realidade da natureza política de nosso país, da nossa cidade, onde prevalece a prática da politicagem demagógica das promessas faraônicas do salve-se quem puder do tiroteio verbal das acusações que levantam a poeira do lixo adormecido e mal escondido, confirmou.[95]

[95] O Estado, 05 de outubro de 1985, p. 3.

A questão do trabalho ganha novos contornos na campanha de Ortiga, a partir do que é exposto na entrevista com o candidato, em que ele chega a mencionar que ambiciona alcançar o "pleno emprego", na cidade.

> Como candidato, e com a certeza de que será eleito, Ortiga assumiu alguns compromissos: "o de permanecer à frente da Prefeitura, administrando o caos financeiro hoje reinante, empunhando bandeiras nacionalistas da população e atingir aquilo pelo qual estamos batalhando há 240 dias: o pleno emprego, os problemas intermediários cujas preocupação estamos detectando na população, ou seja, a segurança, o transporte coletivo, a educação e saúde, o direito de morar em locais habitáveis". Tudo isso, Ortiga pretende colocar em prática simultaneamente a uma melhor distribuição de renda.[96]

José Mauro da Costa Ortiga nasceu em 1933, em Florianópolis. Seu pai, Osni Ortiga, foi vereador pelo PSD, na década de 1950, tendo por base eleitoral a Lagoa da Conceição, bairro que hoje possui uma rua nomeada em sua homenagem. Estudou na Escola do Exército, em Porto Alegre. Foi tenente-comandante da Guarda do Palácio do Catete, na época em que o então Presidente da República, Getúlio Vargas, suicidou. Em 1960 foi chamado para comandar o policiamento do Distrito

[96] O Estado, 20 de outubro de 1985, p. 2.

Federal, no governo Juscelino Kubitschek. No Governo Colombo Salles, serviu na Secretaria de Segurança Pública, num cargo equivalente ao de secretário-adjunto. Candidatou-se pela Arena em 1974, para deputado estadual, não conseguindo se eleger. Nesta época, Ortiga era presidente do Figueirense Futebol Clube, um dos grandes clubes de futebol do Estado. Clube no qual seu pai também havia sido presidente, no início dos anos 1940. Sua identificação com o PTB remonta aos tempos em que estudava em Porto Alegre e Brizola era vereador[97]. Reconhece que o PTB necessita se reciclar e ambiciona ser uma liderança do novo trabalhismo.[98] Em 1985, Ortiga era Coronel da reserva, do Exército.

No geral, a campanha do PTB foi narrada de forma secundária, em pequenas notas nos cantos da página sobre política, sem nenhum destaque.

---

[97] No site do TRE do Rio Grande do Sul, não consta que Leonel Brizola tenha sido eleito vereador. Como a notícia citada informa que José Ortiga teria ido para Porto Alegre em 1949 para se matricular na Escola do Exército, tudo indica que Brizola era deputado estadual no período, eleito em 1947, e sendo reeleito em 1950 e, posteriormente, em 1954. Em 1958 Brizola foi eleito governador do Rio Grande do Sul e em 1962, eleito deputado federal pelo Estado da Guanabara, sempre pelo PTB.
Fonte: < http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=13606> Acesso em 26 de fev. de 2016.

[98] O Estado, 20 de outubro de 1985, p. 2.

2.1.2 - O Partido dos Trabalhadores

O PT se organizou para a campanha em torno do nome de Jorge Lorenzetti, que, segundo matéria sobre o candidato publicada em *O Estado*, era um militante combativo, ligado às lutas então travadas pelos profissionais da saúde. Tido por subversivo, a Secretaria de Segurança e Informações não liberou atestado ideológico para que Jorge pudesse se inscrever num concurso para professor da UFSC, em 1974. Em 1979, junto com Nelson Wedekin, foi à superintendência da Polícia Federal tentar libertar os estudantes detidos na manifestação contra o Gal. Pres. João Baptista Figueiredo. Nascido em 1952, em Urubici, trabalhou na lavoura plantando tomate e milho. Viveu lá até os 14 anos. Em seguida veio para Florianópolis continuar seus estudos. Não vem de família de políticos. Antes da fundação do Partido dos Trabalhadores, Jorge não teve outra filiação partidária oficial. Na universidade, era estudante de enfermagem e sua militância esteve ligada a causas sociais e classistas. Fundou o Partido Universitário de Ação (PUA), organização criada para disputar diretórios acadêmicos da área Biomédica. Entre 1972 e 1973 presidiu o Diretório do Centro Biomédico. Tornou-se um profissional da área de enfermagem. Depois de formado, foi enfermeiro do Hospital Celso Ramos, e posteriormente se torna professor adjunto da UFSC. Neste

momento Jorge possuía mestrado em Administração Hospitalar e Enfermagem do Trabalho. Em 1978 assume a vice-presidência da Associação dos Professores da UFSC. Em 1982 disputa a eleição para deputado federal, sendo o mais votado do partido, conquistando aproximadamente 20% dos pouco mais de 06 mil votos que o partido[99]conquistou naquela eleição. Até 1983 foi vice-presidente da primeira executiva estadual do PT de Santa Catarina, partido o qual ele ajudou a fundar. Foi eleito presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, seção Santa Catarina. Deixa o cargo de vice da executiva petista e assume a chefia do Departamento de Enfermagem da UFSC, eleito por um colegiado de 52 professores. Ainda em 1983, Lorenzetti é eleito primeiro presidente da CUT, seção Santa Catarina, sendo também eleito para a direção nacional. Em 1985, Lorenzetti era suplente da diretoria executiva. Para o candidato, não havia perspectiva de ocupar cargo "em função de salários ou vantagens pessoais":

> "Quase tudo que assumi, funções e cargos, é sem remuneração. Pretendo, inclusive, como Prefeito da Capital, ficar com o mesmo salário que percebo na Universidade. Vou solicitar minha disposição para a Prefeitura e realizar um trabalho, e não beneficiar o Partido e os

[99] Segundo consulta no site do TRE-SC: Lorenzetti obteve 1.065 votos para deputado federal, na eleição de 1982.

> amigos, como acontece com os outros partidos políticos."[100]

O candidato petista observa que um diferencial do PT reside no fato de não usarem a máquina do Estado, e também não usam dinheiro que não seja do próprio partido. A campanha era barata, usava uma Kombi de propriedade do comitê central, que funciona na Rua Francisco Tolentino, no Centro, e o gasto de campanha, segundo Jorge, equivalia à quantia que as grandes candidaturas gastam em um único dia de campanha.[101] E que a campanha é comercializada entre os simpatizantes e filiados do partido, como forma de angariar recursos que a financiam. Como, por exemplo, com a venda de broches, adesivos e as já conhecidas estrelas do PT.

> Ele diz que a população já percebeu que o PT tem condições de colocar na prática tudo o que prega durante a campanha, "pois é isso, nós sentimos, é o que a população quer". O segredo, porém, consiste em transformar esta percepção dos anseios populares em votos, "este sentimento em realidade. Temos certeza de que assumindo a prefeitura agora, nunca mais a população nos tirará de lá."
> Afirma também, que embora a população não saiba, o PT tem os melhores técnicos, nas áreas mais prioritárias, como educação saúde,

---

[100] O Estado, 27 de outubro de 1985, p. 2.

[101] Lorenzetti afirma para a matéria do *O Estado* que o orçamento para toda a campanha do PT é de 45 milhões de cruzeiros.

> saneamento. “Temos vários técnicos, de alto nível, se propondo a trabalhar, de graça, para que possamos colocar nossa proposta em prática. Temos professores dispostos a dar aula sem custo para acabar com o analfabetismo, com os problemas da saúde pública (...)”, finaliza Jorge Lorenzetti.

A campanha petista se afirmava enquanto um diferencial com relação aos grandes partidos. Não apenas por conta dos aspectos citados acima, mas também na postura, na exposição de suas ideias e nos debates travados com as demais candidaturas. Como podemos observar no trecho abaixo:

> Jorge Lorenzetti considera que a maneira de destacar o PT e a plataforma seguida por seus candidatos, é manter uma postura diferente da seguida pelos demais partidos. “Enquanto o PDS, o PFL e o PMDB partem para ataques pessoais e ‘lavam roupa suja’, o PT fixa-se nos grandes problemas da cidade, como transporte, lixo, calçamento, emprego e administração, e na relação disso tudo com a política”. (...) Lorenzetti acredita que, assim, sua equipe mostrará ser confiável, descomprometida com os esquemas tradicionais de poder e disposta a assumir uma luta pelo Município.[102]

O programa de governo do partido foca em duas questões essenciais: a questão do analfabetismo e o desemprego. Menciona também a necessidade de se criar uma

[102] O Estado, 29 de agosto de 1985, p. 3.

empresa municipal de ônibus. Um pouco dos planos do PT para a capital catarinense pode ser conhecido em matéria publicada no dia 08 de setembro:

> Atualmente existem cerca de 14 mil analfabetos na Capital. Lorenzetti destacou também o lixo do Itacorubi. "No caso do lixo defendemos um aterro sanitário feito dentro de padrões técnicos adequados e que não agrida o meio ambiente".
> Ele destaca do programa intitulado "Prefeitura para todos", que é preciso erradicar o analfabetismo, em três anos, utilizando os equipamentos já existentes desde que a dotação à Secretaria de Educação criada de forma independente, seja da ordem de 25% do orçamento municipal.[103]

O partido desejava pôr em prática uma política econômica que priorizasse a geração de empregos e também chamava a atenção para a importância de se moralizar a administração pública. Afirmava a necessidade de se contratar para o funcionalismo público apenas pela via de concurso e um piso para a categoria de três salários mínimos.

A campanha petista, por conta da escassez de recursos, dependeu em boa parte do engajamento de voluntários, sobretudo dos estudantes: "Ontem à tarde um mutirão de artistas e estudantes pintou dezenas de faixas e cartazes para o lançamento oficial da campanha, que ocorrerá na sexta-feira

[103] O Estado, 08 de setembro de 1985, p. 3.

13”[104], e Lorenzetti, depois de percorrer alguns bairros da cidade aponta alguns problemas que necessitam da atuação da prefeitura, ao dizer que,

> “(...) Na Costeira e no Saco dos Limões onde estive, pude sentir de perto os reclamos do povo. Um exemplo: A creche da Costeira tem mais de 100 crianças. Está superlotada. A alimentação servida nem sempre está de acordo com as necessidades nutricionais da criança. E não é por falta de desvelo do pessoal da creche, são carências materiais, falta comida. Enquanto isso vemos o prefeito brigar com seu secretariado e o governador tentar fazer a troca do comandante do navio que vai a pique - que outra coisa não é a prefeitura, senão um navio que afunda”.[105]

Pelo fato de nas primeiras pesquisas o índice de intenção de voto a favor de Lorenzetti ser baixo, o símbolo da campanha escolhido foi uma zebra. A campanha de rua teve início no dia 13 de setembro, contando com caminhada pelas ruas do centro da cidade e show no fim de tarde, no calçadão, com artistas ligados ao partido.[106] Neste início oficial, a candidatura petista aproveitou a ocasião - com presença da candidata a vice, Lúcia Pereira, e do Presidente do Diretório

---

[104] O Estado, 09 de setembro de 1985, p. 3.
[105] Ibidem, p. 3.
[106] O Estado, 13 de setembro de 1985, p. 3.

Regional, Eurídes Mescolotto – para abordar uma das questões importantes que defendeu ao longo desta campanha:

> Lorenzetti expôs seu plano para a criação de uma empresa pública de transportes urbanos, a exemplo de algumas cidades brasileiras. "Se a exploração de serviços de ônibus não fosse lucrativa, os empresários já teriam mudado de ramo. Portanto, existe lucro. E lucro que não pode haver, pois hoje em dia os técnicos em transportes já chegaram à conclusão que ônibus eficientes e baratos somente existem com subsídios – e não se pode dar subsídios para um negócio privado", explicou Lorenzetti.[107]

Jorge completa a ideia afirmando que a empresa municipal de transportes não teria por objetivo obter lucros, mas oferecer serviço de qualidade com preços baixos. Pode-se interpretar que o candidato defende o avanço do poder público em uma área que é monopolizada por agentes privados.

O partido lançou, em fins de outubro, um programa para os 100 primeiros dias de governo. O periódico noticiou tal programa e expôs alguns de seus pontos:

> A prioridade das propostas está voltada para a participação popular em todos os níveis, seja através da instalação de um Conselho Popular Municipal, seja através de uma constituinte consultiva municipal, para garantir a

[107] O Estado, 14 de setembro de 1985, p. 3.

> participação do povo na Constituinte. A diferença entre a participação popular pregada pelo PT da dos outros partidos é que o PT esclareceu de que forma vai concretizá-la, aponta Lorenzetti.
> O programa está dividido em setores específicos, como administração municipal, transporte coletivo, saúde, educação, meio ambiente, saneamento e desemprego. Este último item não aponta nenhuma medida na área do turismo. Lorenzetti explica "O desemprego deve ser tratado de forma a primeiro atender as necessidades sociais e prioritárias. O turismo tem que estar dentro de um controle, preservando a natureza e o equilíbrio ecológico, e também sustentado por uma infra-estrutura."[108]

Além da campanha de rua, das atividades culturais, caminhadas e panfletagens, o partido também organizou um comício que foi realizado em 11 de outubro. Nas escadarias da Catedral, no Centro, uma pequena multidão de 500 pessoas marcou presença para acompanhar o evento, que contou com a presença de Luís Inácio "Lula" da Silva, além de figuras públicas do partido em Santa Catarina, como o Presidente Regional do partido, Eurídes Mescolotto, candidato ao governo do Estado em 1982, e o prof. Valmir Martins, que foi o candidato ao Senado pelo partido, em 1982, além de Jorge Lorenzetti e Lúcia Pereira.

---

[108] O Estado, 30 de outubro de 1985, p. 2.

> O esperado discurso de Lula começou relembrando a campanha das diretas e a "falsa democracia da Nova República". Lula fez duras críticas ao Projeto de Reforma Agrária. "É preciso as capitanias hereditárias, pois atende aos interesses dos latifundiários". Seus ataques mais ferozes, no entanto, foram à política econômica do governo, mais especialmente quanto ao controle da inflação e à dívida externa. Lula citou o Conselho Popular que funciona em Diadema, ideia que os candidatos à prefeitura de Florianópolis defendem para a administração municipal. Após o comício, foi realizada uma grande festa na UCE, com a presença de Lula, que segue para Porto Alegre, fazendo comícios para ajudar as candidaturas petistas nessas eleições.[109]

Em outra notícia, ainda na mesma página, que aborda a chegada de Lula à cidade, a liderança petista observa que o partido está mais estruturado que em 1982 e aposta no fortalecimento da legenda após as eleições de 1985.

Para além de algumas das ideias defendidas pelo PT através de sua candidatura nesta campanha eleitoral, chama a atenção o espaço concedido ao partido para expor opiniões a respeito de questões que extrapolam a disputa pela capital catarinense. Tais posições do partido, mesmo – no caso de algumas delas - não tendo relação direta com o pleito eleitoral daquele ano, contribuem para a compreensão da visão política desta agremiação e, por consequência, alguns de seus valores

[109] O Estado, 12 de outubro de 1985, p. 3.

mais importantes. Como, por exemplo, quando Lorenzetti encaminha para o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Stélio Boabaid, uma sugestão para que a eleição para prefeito fosse realizada em dois turnos. Esta era uma reivindicação em nível nacional do PT, que, segundo a notícia, havia sido uma emenda ao Projeto-de-Lei[110] que visava reestabelecer as eleições diretas para as prefeituras, mas havia sido derrotada naquele contexto. Então, Lorenzetti almejava que a ideia fosse acolhida por Boabaid como uma emenda à Constituição Estadual. "Segundo Lorenzetti, candidato a prefeito da Capital pelo PT, está é a única forma de acabar com a polarização nas eleições, legitimando democraticamente a escolha do futuro prefeito."[111] A ideia tinha que ser acolhida na forma da lei até o dia 17 de agosto, data limite para homologação das candidaturas. Tal solicitação não prosperou.

Curiosamente, quando em início de setembro, a Aliança Democrática se desfaz no município de Florianópolis, com o PFL devolvendo as secretarias que estavam sob seu controle ao prefeito Piazza, além do PMDB e o PFL, que se explicaram – afinal eram os partidos diretamente envolvidos na contenda - o PT teve voz no periódico para externar seu ponto de vista. A

---

[110] O PL referido foi aprovado em 1º de julho de 1985 como lei nº 7.332, sem a emenda proposta pelo Partido dos Trabalhadores.

[111] O Estado, 03 de agosto de 1985, p. 3.

voz selecionada e elevada à página política do periódico continha uma dura crítica ao rompimento do acordo.

> "O rompimento do acordo entre PMDB e PFL na Prefeitura mostra bem que estes partidos não estão preocupados com a administração pública, mas tão somente em azeitar a máquina para disputar as eleições" (...) Ele disse que a disputa de interesse pela máquina administrativa também tem um terceiro participante, o PDS. A posição do Governador Amin de imobilizar a gestão de Aloísio Piazza pela permanente ameaça de indicar outro nome ao cargo está prejudicando a população. "É preciso adotar soluções urgentes para os problemas da cidade, mas o que se vê é só uma briga por cargos e salários".[112]

Em fins de setembro[113], na matéria intitulada "PT aponta frustração em relação aos partidos e políticos pelo povo", Lorenzetti observou que se tratava de um desânimo com os grandes partidos políticos da Nova República, e também com o governo da Aliança Democrática, o que mantinha certo número de eleitores indecisos. Que, de um grande entusiasmo popular com relação à Emenda Dante de Oliveira, segundo ele, o povo passava a sentir uma descrença de maneira a resistir aos apelos dos partidos nesta campanha eleitoral. Cita como

---

[112] O Estado, 26 de agosto de 1985, p. 3.
[113] O Estado, 30 de setembro de 1985, p. 3.

exemplo o fato de haver inflação elevada, e também um custo de vida e o desemprego que progressivamente aumenta.

> "(...) Lorenzetti é de opinião que os partidos têm que se dar conta sobre o avanço político da população, no sentido de sua organização em associações de bairros e profissionais, sindicatos e movimentos independentes, que lutam fora dos partidos. Ele acha que o eleitor está cansado de ser manipulado, de ver como cidadão seus direitos negados, servindo como peça no jogo das ambições de políticos que até ontem eram adversários, se uniram hoje em torno de acordos, desafiando o eleitor a entender suas manobras e jogadas".[114]

Importante observar que o candidato petista não questiona somente a Aliança Democrática, que era a articulação partidária que compunha o governo federal. Na citação anterior, que remetia a um problema no interior da administração municipal, ao que tudo indica relacionado apenas ao PMDB e PFL, Lorenzetti aponta sua crítica também para o partido do governador Esperidião Amin, como causador de prejuízos à população, por conta da instabilidade gerada ao se articular para derrubar o prefeito Piazza. E, com relação à última citação, em que – a princípio – o governo federal poderia ser a linha de frente da crítica, por conta da expectativa que havia sobre ele, naqueles tempos de nascimento da Nova

[114] O Estado, 30 de setembro de 1985, p. 3.

República, e a frustração por não conseguir reverter o quadro inflacionário e de desemprego, a culpa sobre o desânimo do eleitorado também recai sobre a aliança de Amin com Jaison Barreto. Através da voz de Lorenzetti, o periódico reforça uma posição crítica com relação a tal articulação política.

Em pesquisa de opinião da empresa Gallup, publicada em *O Estado* ao dia 14 de outubro, dava 37% das intenções de voto para Francisco de Assis, do PDS, contra 26% para Edison Andrino, do PMDB.[115] No dia seguinte, na primeira página, já havia repercussão: notícia informava que "Amin só quer evitar o 'já ganhou'". Os demais partidos criticaram a pesquisa: "Andrino reagiu às pesquisas dizendo que o Gallup ainda deve explicação para os resultados de 1974 e 1982. Os chamados pequenos partidos também não receberam bem os números."[116] No interior do periódico, Lorenzetti ganha espaço para fazer duras críticas à AST:

> É uma ofensa feita aos eleitores, que em 1982 votaram em homens e programas de um partido de oposição, mas que hoje "mudaram a camisa e o lado da mesa, certos que seus eleitores aprovem tamanho oportunismo", acrescentou o candidato petista.
> Esses políticos, continuou Lorenzetti, enganam-se a si próprios achando que os eleitores jamais

[115] O Estado, 14 de outubro de 1985, p. 3.
[116] O Estado, 15 de outubro de 1985, p. 1.

> mudam de uma eleição para outra, "sempre bonzinhos capazes de vender sua consciência, atrelados às promessas vazias e ao cabresto de falsas lideranças".[117]

É uma nítida crítica ao senador Jaison Barreto. Porém, o candidato petista alerta, no excerto, que não necessariamente quem votou em Jaison Barreto, ou nos independentes do PMDB, nas eleições de 1982, votaria na AST por conta das articulações políticas que lhe dão sustentação. A campanha petista na capital catarinense contraria orientação de dirigente do Diretório Regional[118], cobrando, em notícia veiculada no periódico, que o partido não municipalizasse a campanha, e, em vez disso, levasse para campanha as bandeiras nacionais do partido, como por exemplo, a oposição à Aliança Democrática.

Na edição de 12 de outubro, que abordou o comício com a presença de Lula, o PT recebeu destaque na página sobre política. Ocupando, na metade superior, o centro da página, duas notícias: uma delas sobre o comício, com foto de Lula, entre Mescolotto e Valmir Martins, e abaixo, em outra notícia também sobre Lula, tomamos conhecimento de duras críticas

---

[117] O Estado, 15 de outubro de 1985, p. 3.

[118] O dirigente citado se chama Sergio Goulart, do Diretório Regional de Santa Catarina. A notícia contendo seu ponto de vista foi publicada na edição do periódico de 30 de outubro de 1985, p. 2.

realizadas pela liderança petista com relação à aliança entre Barreto e Amin:

> "Quando se vê que Jaison Barreto e o Governador Amin, que se comiam em 1982, se juntarem, o povo começa a não entender. O povo não é informado e não consegue acompanhar as mudanças. (...) A grande bandeira do PT e dos trabalhadores, a trimestralidade de reajuste, foi defendida por Lula, como reivindicação básica para a classe trabalhadora. "Essa é uma necessidade básica dos trabalhadores e será responsáveis por todas as greves que acontecerem daqui por diante no país", acrescentou. [119]

Além de duas notícias sobre o comício, o periódico dá voz à candidata a vice pela chapa petista, Lucia Pereira, onde ela critica as ações da Ladesc, com relação às "mães crecheiras", que seriam mulheres que recebem uma ajuda financeira do Governo do Estado para trabalhar cuidando de crianças em seu domicílio: Lucia observa que essa é uma forma do governo estadual se eximir da responsabilidade de construir mais creches, e denuncia que este tipo de relação de trabalho não assegura direitos trabalhistas para a "mãe crecheira". Cabe lembrar que quem dirigia a Ladesc, em 1985, era Angela Amin, esposa do governador do Estado Esperidião Amin.

---

[119] O Estado, 12 de outubro de 1985, p. 3.

Para além de algumas questões envolvendo a campanha, o fato de a candidatura petista enfatizar menos a oposição à Aliança Democrática e, em algumas oportunidades, criticar duramente a candidatura do PDS, e as articulações políticas entre Barreto e Amin, chamou atenção. Pois havia espaço no jornal para que tais críticas fossem difundidas, mesmo se tratando de um partido de porte pequeno, como era o caso do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina, em 1985. Como se verá posteriormente, a crítica ao governo estadual, ao PDS, ao senador Jaison Barreto, foram uma constante ao longo dos meses de campanha analisados em *O Estado*. Seja através dos textos do colunista Bento Silvério, seja através das várias vozes que o periódico "orquestrava" em sua página sobre política local. O periódico expõe de maneira insistente as contradições do PDS e seus arranjos políticos. A posição crítica da candidatura de Jorge Lorenzetti, contra o governador do Estado, angariou para o Partido dos Trabalhadores, mais espaço nas páginas de *O Estado*.

2.1.3 - O Partido da Frente Liberal

O ano de 1985 trazia para o PFL seu primeiro teste eleitoral. Formado em janeiro deste mesmo ano, o partido não tinha ainda participado de nenhuma eleição. De forma que a

maioria de seus parlamentares foi eleita pelo PDS, nas eleições de 1982. De todos os partidos que disputaram a eleição para a capital catarinense naquele ano, só o PFL teve seu programa de governo divulgado na íntegra pelo periódico *O Estado*. Denominado Flometas[120], o programa foi publicado aparentemente como propaganda paga, ocupando uma pagina inteira no interior do periódico. O curioso é que os demais partidos não tenham pensado em – ou por alguma razão, não conseguido - adotar tática semelhante, sobretudo os com mais recursos, como o PDS e o PMDB, no periódico de maior circulação em Florianópolis. O programa dos demais partidos não foi divulgado na íntegra em *O Estado*. No máximo, na forma de fragmentos esparsos.

O texto engloba 10 tópicos, sendo eles: criação de 15 mil empregos (turismo, indústria e serviços), erradicação da miséria (saúde, alimentação, educação, habitação), valorização do homem (esporte, lazer, cultura), amparo ao deficiente, crianças e idosos, melhoria da infraestrutura urbana, revolução nos transportes coletivos, proteção ao meio-ambiente, combate à violência, aumento da eficiência administrativa municipal e desenvolvimento da pesca. Para cada tópico há desdobramentos. Há um 11º item, para coincidir com o código

[120] O Estado, 03 de setembro de 1985, p. 6.

eleitoral do partido, que seria a participação do eleitor através do envio de cartas para os candidatos, para colaborar com a elaboração do plano. Este item foi o tema de notícia publicada em meados de setembro intitulada “Frente começa a receber respostas ao plano de metas para a Capital”, em que o periódico traz um diálogo entre a candidatura e o eleitorado, segue trecho abaixo:

> “Uma correspondência que recebi pedia explicações sobre o sistema viário continental. Nós tratamos de esclarecer ao leitor que é uma proposta para criação de uma linha circular de ônibus, através de uma via semi-expressa, que terá início em Barreiros, prosseguindo pelo Jardim Atlântico, Coloninha, Sape, Capoeiras, Abrãao, Bom abrigo, Coqueiros, até o Estreito. (...)” Ênio Branco apontou algumas possibilidades, como a ação integrada com a comunidade e empresários para reaquecer a economia do município através do turismo, “não apenas com a reanimação do hotel escola do Senac, mas com a busca de novos empreendimentos para a Capital e o interior da Ilha, com incentivos tributários e a ativação da industria da construção”.[121]

As cartas podem ter estimulado algum diálogo entre candidatura e eleitores, mas não alterou as metas do programa.

[121] O Estado, 13 de setembro de 1985, p. 3.

Analisando os demais itens do programa Flometas, fica evidente a centralidade do turismo para o desenvolvimento econômico do município e a geração de empregos:

> Para o cumprimento desta meta gigantesca, elege-se um elenco de ações, entre as quais se sobressai o turismo. Através de ações modernas e arrojadas, em que o Poder Público Municipal aparecerá como o agente estimulador e coordenador e a empresa privada como condutora dos empreendimentos, imagina-se poder criar no período cerca de 7.500 oportunidades de trabalho entre empregos diretos e indiretos.[122]

Ou ainda em outro trecho do programa:

> Pelas riquezas materiais de seu município, sua história, sua cultura, sua posição geográfica no Cone-Sul, sua dimensão populacional de cidade de médio porte e o espírito aberto e receptivo de seu povo, Florianópolis pode fazer do turismo uma alavanca formidável de crescimento. Por isso, elegemos essa atividade como carro-chefe de nosso programa governamental. (...)
> A partir de programas e perfis bem elaborados, iremos estimular a iniciativa privada na condução de uma série de projetos, com destaque para aqueles na área do turismo.[123]

---

[122] O Estado, 03 de setembro de 1985, p. 6.
[123] Ibidem, p. 6.

Mas também ressalta que estimulará o desenvolvimento de indústrias no município. Pequenas indústrias, um polo de tecnologia e também desenvolver a indústria da construção civil, para erguer empreendimentos turísticos e programas habitacionais. O programa tem uma premissa: a captação de recursos externos junto ao governo federal. Sabe-se que o município não dispõe de recursos para custear a execução do programa do partido, em todos os tópicos que o documento aborda. Importante observar que o PFL contava com quadros muito bem posicionados naqueles tempos iniciais de Nova República. O presidente nacional da sigla, senador Jorge Bornhausen, por ser um dos articuladores da Aliança Democrática, chegando, inclusive a ser nomeado, em fevereiro de 1986, como Ministro da Educação (substituindo seu correligionário Marco Maciel), até outubro de 1987, ou seja, é, por exemplo, uma figura política com prestígio dentro do governo Sarney.

Um aspecto importante da cultura política desta agremiação pode ser percebido no trecho abaixo, com relação ao tópico “revolução nos transportes coletivos”:

> Não temos intenção em estatizar esses serviços, muito pelo contrário. A estatização vai contra os princípios ideológicos do nosso Partido, pois atenta, ao final, contra a liberdade política, além

> de ter-se mostrado dispendiosa e/ou ineficiente em todos os lugares do mundo.[124]

A ideia do PFL era fazer com que o transporte coletivo fosse eficiente, pois alegavam, no programa, que a população considerava-o ruim. Previa a criação de novas linhas, integração do sistema, entre outros ajustes. E também a fiscalização das operadoras. Portanto, como se pode ver, nada de revolucionário – como o título do tópico indicava. Neste tópico há clara manifestação de aspectos de uma cultura política liberal: desejam reduzir o tamanho do Estado e, ao mesmo tempo, ampliar as áreas de atuação da iniciativa privada.

Mais dois aspectos chamam atenção no programa do partido: a questão do Plano Diretor e a ausência de participação popular. O primeiro deles está relacionado ao tópico "proteção ao meio ambiente". O documento menciona o compromisso com a despoluição das praias, frear o "afavelamento", "evitar a destruição das áreas verdes essenciais", despoluir as baías Norte e Sul, limpar terrenos baldios e conscientizar a população com relação à importância criação de jardins e hortas. E, enfim, o item mais importante, na íntegra: "propugnaremos por um Plano Diretor flexível na sua

[124] O Estado, 03 de setembro de 1985, p. 6.

formulação, para permitir o desenvolvimento da atividade econômica, mas rigoroso no seu cumprimento, para evitar a prevalência de interesses de grupos e pessoas.”

O Plano Diretor é peça fundamental para orientar o desenvolvimento de um município, é um campo de disputas que se desdobra nos usos da cidade, suas prioridades e em seu planejamento urbano. Chama a atenção, que entre vários itens deste tópico que versam sobre as intenções do partido com relação à limpeza da cidade, justamente no ponto central desse tópico, que é o Plano Diretor, quiçá um dos mais importantes de todo o programa, seja construído de forma tão ambígua. É dúbio porque dá a entender que seu conteúdo será respeitado, através de uma execução rigorosa, e que o interesse de um ou outro indivíduo não prevalecerá, mas não entra no mérito do que seria este conteúdo – e ao não entrar no mérito não se pode saber se em seu conteúdo ele não irá privilegiar o “interesse de grupos e pessoas”. A única pista que temos sobre seu conteúdo é que ele será “flexível (...) para permitir o desenvolvimento da atividade econômica”. É o mesmo que dizer que os limites legais que poderiam restringir a ação da iniciativa privada, cujos interesses não necessariamente coincidem com o da comunidade, seriam frouxos, de forma a garantir os empreendimentos visando o desenvolvimento do turismo.

O segundo aspecto que chama atenção no “Flometas” é a ausência de participação popular. Não há sequer um ponto no programa que mencione a participação da comunidade no processo decisório da prefeitura. Nenhuma intenção de se criar espaços em que a voz da comunidade possa ser ouvida. A comunidade aparece no programa como um corpo passivo, ao contrário, por exemplo, do que pode ser lido da candidatura petista, que privilegia a coletividade ao abrir canais de comunicação com a comunidade.

No tópico “erradicação da miséria”, podemos ver um exemplo da maneira como o programa percebe a comunidade, segue abaixo:

> Finalmente, na **saúde** elege-se como prioridade a medicina e a odontologia preventivas. Prevê-se a aglutinação de esforços nas Associações Profissionais, Associações de Moradores e de Bairros e Conselhos Comunitários como forma de obtenção de resultados razoáveis diante da tamanha carência de recursos.[125]

Quando há menção de associações profissionais, de moradores e conselhos comunitários, é no sentido de se utilizar seu espaço físico para reunir a comunidade e fazer uma espécie de mutirão de assistência médica, já que há falta de recursos

[125] O Estado, 03 de setembro de 1985, p. 6.

financeiros – segundo o programa – para construir estruturas físicas que abriguem o serviço médico e odontológico. Portanto, é um uso esvaziado do conteúdo político que lhe dá origem. No lugar disso, o PFL impõe sua leitura, a partir de seu conteúdo ideológico: não abre espaço para qualquer tipo de participação popular e usa estruturas de organização coletiva em ações que demonstram uma falta de prioridade com as comunidades. Ou seja, há uma conexão entre população e mão-de-obra para o desenvolvimento da cidade. No limite, algumas concessões para esta, como mutirões de assistência médica, e para a iniciativa privada - o setor empresarial - o PFL oferece uma legislação flexível e uma vontade de transformar a cidade num polo turístico, implantar indústria de construção civil e tecnológica. A participação popular que fica subentendida no programa do PFL está limitada ao voto, no dia da eleição. Durante o governo, os caminhos que a cidade irá tomar já estão traçados, e serão os empresários a investir na cidade que poderão, eventualmente, opinar sobre os rumos do desenvolvimento.

Na entrevista com o candidato[126], há elementos a respeito da trajetória pessoal de Ênio Branco e também questões relacionadas às propostas de seu partido para a cidade.

[126] O Estado, 03 de novembro de 1985, p. 2.

O candidato nasceu em Lages, em 1952. Passou a viver em Florianópolis a partir de 1970. Estudou Administração de Empresas pela PUC-PR e Direito, pela UFSC, além de curso de especialização em Direito Internacional Público em Nice, na França. Fundou e foi o primeiro chefe da Assessoria de Marketing do sistema financeiro estadual, quando o presidente do Besc[127] era Jorge Bornhausen. Segue abaixo trecho da matéria sobre o candidato:

> Como quase todos os outros candidatos que estão disputando a eleição deste ano, sua atividade política começou na universidade. Segundo seus contemporâneos, era do tipo agitado, embora nunca fosse tido como um radical. Queria estar presente em tudo, participar de tudo, e se envolvia com facilidade nos problemas dos seus colegas estudantes.[128]

O perfil de Ênio Branco é construído a partir de uma série de virtudes. O candidato é interessado e solidário, mas não é radical. Quer estar em todos os lugares, se envolver em tudo e também tende a querer resolver os problemas dos outros. Participou do movimento estudantil e chegou a presidir o Diretório Central dos Estudantes, da UFSC, em 1974. “Inquieto, na visão dos amigos, quis fazer muito mais que

---

[127] Banco do Estado de Santa Catarina.
[128] O Estado, 03 de novembro de 1985, p. 2.

dirigir a luta de seus colegas. Dotado, desde a época, com visão administrativa caminhando ao lado da vocação política. Branco inaugurou novas dependências para o diretório". A matéria arrola as conquistas que o diretório obteve com a gestão de Ênio.

Após terminar a faculdade, Ênio Branco entrou para política partidária se filiando ao PDS. Fundou em Santa Catarina a JDC, Juventude Democrática Catarinense[129]. Há no texto uma diferenciação entre a JDC e o MAJ, Movimento Arenista Jovem. Segundo Ênio, a JDC tinha compromissos com o pluripartidarismo e com a participação dos jovens na política. Fundou e foi presidente da JDS – Juventude Democrática Social – campo político de juventude vinculado ao PDS, que operava em nível nacional. Branco foi o primeiro presidente da JDS. Segundo a matéria, Ênio teria se afastado do PDS aderindo à Frente Liberal por conta de dois episódios: quando o PDS se nega a votar a favor das eleições diretas, no episódio que culminou no arquivamento da Emenda Dante de Oliveira e com as dificuldades encontradas no processo interno do PDS para escolher quem iria disputar a eleição indireta para suceder o General-presidente Figueiredo. Ressalta ainda que Ênio foi candidato a deputado federal em 1982, obtendo 30.733

[129] Fontana, 1983, p. 28-29, observa que a JDC era um órgão vinculado ao PDS-SC.

votos, sendo o candidato à Câmara Federal do PDS mais votado em Florianópolis, obtendo 11 mil votos.

A descrição do candidato pefelista cria contornos nítidos de um democrata convicto, mais uma de suas virtudes, e que – por isso - se afasta de seu partido de origem quando este se mostra antidemocrático, como se a postura do PDS diante da votação da Emenda Dante de Oliveira tivesse surpreendido. A matéria cuidadosamente afasta Branco da Arena e dos governos militares e o descreve como uma liderança empenhada, com conhecimentos técnicos. O fato de ter se filiado ao PDS não suscita maiores questionamentos[130], mesmo – como veremos adiante – tendo o periódico criticado duramente o PDS de Francisco de Assis, seja através de seus articulistas ou dando espaço a outros atores políticos quando estes faziam tais questionamentos.

Os laços de Ênio Branco com altos quadros políticos da Arena ficam evidentes quando a matéria ressalta – no intuito de

---

[130] Geralmente, na matéria sobre os candidatos, o tom não é questionador. No entanto, chama atenção que o fato de Ênio Branco ter sido formado politicamente pelo PDS não ser lembrado pelo periódico em nenhuma das edições no período analisado. E quando este vínculo é lembrado, como no caso desta matéria com o candidato, isso não é colocado como um problema, antes o contrário: mesmo vindo do PDS, Ênio – curiosamente – é descrito como um defensor da democracia. Quanto a Francisco de Assis, candidato do PDS, as críticas são duras e o vínculo entre presente e passado (PDS e Arena) é estabelecido com certa frequência.

expor a experiência de Ênio em cargos importantes – que ele foi "chefe da Assessoria de Marketing do sistema financeiro estadual quando o presidente da Codesc/Besc era o hoje Senador e Presidente Nacional do PFL, Jorge Bornhausen."[131] É este o contexto em que Ênio, que segundo a matéria ainda não tinha filiação partidária, fundou a Assessoria de Marketing do sistema financeiro estadual. E, aproximadamente dez anos depois, é escolhido por Bornhausen como candidato do PFL na primeira eleição que o partido disputaria em Santa Catarina, preterindo nomes importantes como o de Cláudio Ávila e Bulcão Viana, sendo ambos deputados estaduais. E, ademais, a votação de Ênio em sua primeira eleição pelo PDS, em 1982, embora não tenha sido eleito, é um dado importante. Um nome relativamente desconhecido pode ter recebido mais de 30 mil votos na primeira eleição do partido por conta de sua rede política: sua proximidade com os altos círculos políticos da Arena/PDS, mais precisamente com Jorge Bornhausen, pode ter acionado a poderosa máquina eleitoral do PDS para colocar seu nome em evidência.

---

[131] Segundo o verbete sobre Jorge Konder Bornhausen no Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas[131], ele foi indicado para a presidência do Besc durante o governo de ACKR, no primeiro ano de governo. De 1975 até 1978, Bornhausen foi o presidente do Besc. Ele deixa o cargo quando é indicado para suceder Konder Reis no governo do estado.

A matéria sobre o candidato, publicada na edição do dia 03 de novembro, expõe também alguns pontos da campanha pefelista. Nela, Ênio reforça algumas questões importantes da visão política da qual é o porta-voz.

> Ênio lembra que o "Flometas" foi submetido à Associação Comercial da Capital e aprovada como proposta de solução a curto e médio prazos como alternativas que possibilitem a retomada do desenvolvimento econômico através do reaquecimento da economia da cidade, pela geração de empregos na área do turismo, como principal motivador desse objetivo. Como o partido dele é defensor intransigente da livre iniciativa, "propugnamos ações empresariais voltadas ao desenvolvimento da rede hoteleira condizente com as características da nossa cidade, transformando-a numa Capital turística o ano inteiro e não somente na temporada. Queremos, contudo, um turismo ordenado, evitando-se mutilações à natureza. Queremos o turismo e a natureza em harmonia".
> (...) "Condeno as administrações anteriores que sempre criaram dificuldade ao desenvolvimento do turismo na Capital, seja vetando a construção de hotéis no centro como na Ponta do Coral". Criticou também as manifestações do candidato do PMDB, Edison Andrino, que segundo Branco, tem se posicionado contra a exploração do turismo no interior da ilha.[132]

As administrações anteriores são do PDS/Arena, a partir de nomes indicados pelos sucessivos governadores arenistas,

[132] O Estado, 03 de novembro de 1985, p. 2.

onde pode ser incluído o de Esperidião Amin. Ênio cumpre seu papel e defende sua candidatura. Num raro momento, nessa eleição, critica Andrino.

O partido percorria os bairros da cidade, com agenda pré-estabelecida, em um caminhão, que eles nomeavam de "caminhão do povo", como se pode ler em matéria veiculada no dia 16 de setembro:

> O "caminhão do povo" do Partido da Frente Liberal saiu ontem novamente às ruas de Florianópolis, desta vez para inaugurar o quinto comitê do Partido, localizado à Rua Vital Gregório Pereira, na Coloninha. Antes da inauguração, o caminhão fez um pequeno desfile pelas ruas do bairro, levando os candidatos à Prefeitura Municipal de Florianópolis, Deputado Ênio Branco e Vereador César Souza, além do Senador Jorge Bornhausen, presidente nacional do PFL, entre outros frentistas.[133]

Participaram da inauguração do referido comitê, os deputados Cláudio Ávila e Bulcão Viana, além do presidente municipal do PFL, Aldo Belarmino, Adir Gentil e Cesar Gualberto dos Santos, e mais de 100 pessoas estiveram presentes. Ainda segundo a notícia, o PFL pretende instalar, ao todo, 15 comitês de campanha.

---

[133] O Estado, 16 de setembro de 1985, p. 3.

A candidatura de Ênio Branco olha para cidade sempre a partir de uma perspectiva empresarial. O estado, em sua visão, deve cuidar da manutenção da cidade e abrir espaços para a ação da iniciativa privada. Enquanto existem partidos que formulam seus programas democraticamente, ouvindo suas respectivas bases partidárias, o PFL submete seu programa a Associação Comercial da Capital. A própria escolha de Branco para disputar a prefeitura foi uma indicação de Bornhausen, apenas referendada pelo partido, ou seja, foi uma escolha direta do presidente nacional da sigla. E, cabe ressaltar, que na maneira como sua candidatura foi descrita pelo periódico, questões evidentes foram silenciadas. Menciona o fato de o candidato pefelista ser próximo de Bornhausen, mas não expõe o vínculo evidente deste com a Arena – um meio de afastar o candidato pefelista do partido que deu sustentação ao regime militar. A narrativa do periódico, procura manter Ênio distante da Arena e aproximá-lo de bandeiras democráticas. Oculta, por exemplo, que o candidato emergiu pro campo político a partir de indicações, não de eleições.

2.1.4 - O PMDB

O perfil de Edison Andrino construído, em matéria sobre sua candidatura[134], sugere um cidadão de origem humilde, cuja atividade principal era a de pescador. Estava na cidade de Rio Grande (RS) quando o então governador do estado, Leonel Brizola, iniciava a campanha da legalidade. Com receio de ficarem retidos lá, ele e o grupo de pescadores da Lagoa da Conceição, voltaram para Florianópolis. Alguns anos mais tarde sua mãe teria o convencido da necessidade de estudar. Foi na universidade que Edison Adrião Andrino de Oliveira se interessou pela política. Andrino reforça que os pescadores não gostam do Brizola, por conta do que passaram no Rio Grande, nos tempos da campanha da legalidade.

Andrino nasceu na Lagoa da Conceição em 1945, e em 1985 era casado e tinha três filhos. Cursou 4 anos de economia, mas se formou em direito. Quando entrou para universidade estudava de manhã no curso de Economia. À tarde trabalhava no Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENRu), e estudava Direito no período noturno. Na matéria consta que, devido ao fato de não haver ônibus todos os dias no trajeto Centro-Lagoa, Andrino morava no centro, na casa de Baldicero

[134] O Estado, 10 de novembro de 1985, p. 2.

Filomeno[135], pai de Wilson Filomeno – que em 1985 era presidente do Diretório Municipal do PDS. Na universidade se envolveu com movimento estudantil. Esteve no congresso da UNE em Ibiúna[136], SP. Foi preso junto a outros estudantes, por seis dias, e – por isso - demitido do DENRu. Voltou de carona para Florianópolis, num caminhão de transportar boi, e em sua cidade natal passou a ser observado pelo Dops. Sempre que vinha alguma autoridade à cidade, um agente da polícia lhe "convidava" para passar uns dias na prisão.

Andrino, segundo a matéria, participou da fundação do MDB e saiu candidato a vereador em 1966. Causou conflitos em sua família, pois esta havia se organizado na Arena. Andrino, mesmo obtendo 200 votos a mais que seu tio, Isauro Veras, candidato arenista eleito naquele pleito, ficou como primeiro suplente do MDB. Em 1969 teve candidatura homologada em convenção do MDB, mas posteriormente impugnada a pedido do SNI[137]. Depois de formado, Andrino consegue, a partir de contatos com uma revendedora sediada em Itajaí, autorização para abrir um posto de gasolina (contato

---

[135] Baldicero Filomeno foi vereador na cidade de Florianópolis, sendo eleito para sucessivas legislaturas: 1955-59, 1959-1963 e 1963-1967 pelo PSD. Em 1967-70 e 1970-73 pela Arena. Fonte: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas> Acesso em 05 de março de 2016.

[136] O 30º Congresso da UNE, em Ibiúna-SP, ocorreu no ano de 1968.

[137] Serviço Nacional de Informações.

estabelecido por conta de um colega seu de universidade, que era representante da empresa). Seu pai lhe cede um terreno e ele abre o posto. Em 1985, era o seu principal negócio. Andrino também abriu um restaurante, junto com seu cunhado.

Em 1974, Andrino saiu candidato a vereador. Teve sua candidatura impugnada novamente, mas consegue reverter a decisão judicial, em segunda instância. É eleito vereador pela primeira vez, pelo MDB. Como vereador foi autor de vários projetos, entre eles: tombamento das dunas da Lagoa, isenção de tributos para as viúvas de pescadores, inclusão no código de postura de dispositivo que proibia a construção de muros em locais que modificasse o visual da cidade. A trajetória descrita acima sugere um cidadão vindo de baixo, que enfrentou muitas dificuldades. Uma marca de sua candidatura.

> Este passado, segundo Andrino "me dá dignidade, aval e credibilidade para continuar lutando pela minha cidade. Meu passado político é de luta e sacrifício. Não tive padrinhos. Cada eleição foi disputada contra todos, até contra o medo das pessoas de votarem em mim. Hoje, isso acabou. Agora, as pessoas podem e vão votar livremente. Os tempos são outros".[138]

[138] O Estado, 10 de novembro de 1985, p. 2.

Além de ter sido eleito em 1974 para a Câmara Municipal, Andrino foi reeleito em 1978. Nas eleições de 1982, foi eleito deputado estadual, em Santa Catarina.

Nos últimos parágrafos da matéria, há algumas das ideias do candidato para a cidade de Florianópolis. Como no trecho abaixo:

> Na prefeitura, Andrino quer cumprir um plano de Governo amplo e com um compromisso que diz ser questão de honra: "não fazer nada por imposição. Cada decisão do Prefeito terá que ter o respaldo da comunidade". Ele argumenta que muitos erros na administração pública, são praticados porque "o prefeito não sabe onde está o calo do sapato do cidadão. Quem sabe onde dói o calo e quem tem o calo. Por isso, vamos decidir todos juntos".
> Ele tem projetos prontos na área da educação e saúde, para a construção de novas unidades no interior da Ilha e no Continente. (...) Quer combater o desemprego criando um cinturão verde. Lembra que a cidade era alto-suficiente em hortifrutigrangeiros. Agora, deixou de ser. Quer organizar os produtores em cooperativa, com recursos que sabe existir nos órgãos do Governo Federal. Basta que seja feito um bom projeto.[139]

A matéria descreve, ainda, intenção do candidato para fomentar o turismo a partir do desenvolvimento da indústria têxtil, valorizando as pequenas empresas que existiam na ilha,

---

[139] O Estado, 10 de novembro de 1985, p. 2.

para promover desfiles ao longo de todo o ano e assim atrair turistas para baixa temporada. E, por consequência, absorver mão de obra e estimular o artesanato local.

A ideia de participação popular, de que as decisões serão compartilhadas, pode ser percebida em alguns momentos da campanha. Andrino não fala apenas em participação popular na campanha, mas participação na futura gestão.

> "Muito se tem falado em participação popular na campanha, mesmo aqueles que são responsáveis pela atual situação em que vive o povo, de forma oportunista, falando em democracia e participação comunitária", critica o deputado Edison Andrino.
> Segundo ele a proposta do PMDB se compromete efetivamente com a gestão e a fiscalização das obras e serviços, além da própria administração da Prefeitura, pela população. Dentro desta estratégia, Andrino faz dezenas de reuniões semanalmente com os moradores dos diversos bairros de Florianópolis. (...)
> "A nossa Prefeitura de participação popular começa agora, na campanha através de reuniões e bairros, onde a comunidade discute com o candidato os problemas que passa e é estimulada a se organizar de forma autônoma e politicamente independente".[140]

Esta ideia foi reafirmada em mais ocasiões. No dia 19 de outubro, o candidato peemedebista reafirma a importância da participação popular no processo de administração da cidade

[140] O Estado, 16 de setembro de 1985, p. 3.

de Florianópolis. Menciona que deseja uma "'Prefeitura alternativa apoiada por uma administração popular'. Andrino diz que está ouvindo a população e que usa como instrumento de contato a sinceridade e o vínculo com as tradições e as lutas da gente florianopolitana"[141]. O candidato observa que muito dos problemas da cidade decorrem da falta de planejamento urbano.

> Para Andrino, o abandono que a extinta Arena e seu sucedâneo, o PDS, condenaram a cidade, se materializa em todos os cantos, nas ruas esburacadas, nas baías despoluídas, falta de área de lazer, especulação imobiliária, agressões ao patrimônio histórico, congestionamento de trânsito, etc.
> Entre as propostas do candidato, destacam-se: reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Urbano, garantindo representatividade da comunidade; fazer com que o Ipuf funcione de fato, como órgão coordenador do desenvolvimento urbano articulado com as secretarias, demais órgãos da administração e representações populares, reformulação da legislação municipal, particularmente quanto ao Plano Diretor da cidade e ao Código de Postura e Obras; adoção de medidas técnicas convenientes em relação ao saneamento básico municipal.[142]

Para a questão do lixo, o candidato defende a adoção de um aterro sanitário. Com relação ao local a ser utilizado para o

[141] O Estado, 19 de outubro de 1985, p. 3.
[142] Ibidem, p. 3.

aterro, defende que isso deve ser definido pela comunidade. Além das questões mencionadas acima, o candidato reforça que tanto o Plano Diretor dos Balneários, incluindo uma polêmica sobre a autorização sobre construção de prédios com até 12 andares em balneários, quanto à questão do desenvolvimento urbano devem passar por debates que envolvam a população. "'(...) Todavia, a política de desenvolvimento urbano que defendemos, deverá passar pelo crivo e debate popular, uma vez que as grandes mudanças só virão com a efetiva participação da população, sem casuísmos e demagogia'- finalizou."[143]

Em outubro, o comitê de Andrino divulgou as propostas da candidatura para o setor da educação. Quer eleições diretas para diretores. Há evidente preocupação com a baixa remuneração dos professores, com as crianças de baixa renda, com a falta de informação a respeito do número de alunos matriculados na rede municipal, e também com o número de analfabetos do município, que segundo a notícia chega a 7.8%. Segue trecho abaixo:

> A conclusão da Comissão de Educação é de que todo candidato que pregar a participação popular deve necessariamente estabelecer uma política que exija padrões mínimos de

[143] O Estado, 19 de outubro de 1985, p. 3.

> qualidade na área de ensino, "esse é o pré-requisito para toda e qualquer proposta de transformação social", afirma o documento elaborado por professores e entidades ligadas ao setor.[144]

Ainda consta na proposta a necessidade de se criar um Conselho Municipal de Educação, com o objetivo de estabelecer diretrizes para o setor, voltadas tanto para o aluno carente, de maneira a mantê-lo na escola, e também para o corpo docente, com vistas ao aperfeiçoamento, para mantê-lo atualizado. "Finalmente, a Comissão de Educação do Comitê de Edison Andrino afirma que só a aplicação de 25% da receita tributária municipal pode garantir condições mínimas para o funcionamento do setor de educação".[145]

A intenção de mobilizar 25% da receita com o setor educacional sugere uma prioridade. Como podemos observar acima, é usada a expressão "transformação social", quando se fala de educação pública. Ou seja, a educação pública é percebida pela campanha como instrumento de mudança, vinculada a questões sociais.

Além de atentar para as crianças humildes, para valorização da cultura local e de pequenas empresas do setor têxtil, a campanha peemedebista também levava em

---

[144] O Estado, 06 de outubro de 1985, p. 3.
[145] Ibidem, p. 3.

consideração a figura do pequeno comerciante, como podemos ver em notícia veiculada em início de outubro, intitulada "Andrino apresenta proposta contra o desemprego".

> O incentivo aos pequenos negócios, como armazéns, verdureiras, fruteiras, a isenção de impostos aos pequenos comerciantes, a criação de associações e escolas, que atualizem o profissional em sua atividade, e que lhe dêem condições de apresentar um produto de melhor qualidade, a criação de programas municipais de fomento à indústria caseira, de permanência do homem do interior na sua área de residência, através de projetos de hortas e pomares comunitários, e na área do turismo o estímulo à implantação de hotéis, que busquem empregar profissionais da cidade, "o treinamento de guias turísticos e a criação de uma central de vendas do artesanato de Florianópolis".[146]

A matéria citada acima está relacionada ao seguinte contexto: o candidato havia realizado uma fala na Assembleia Legislativa, onde atuava como deputado estadual, sobre a questão do desemprego. E, então, apresentou alguns pontos de seu programa de governo, que naquele momento ainda não estava concluído, para contribuir com o debate. Há destaque para o pequeno comerciante, de diversos ramos. Percebe-se, também, um cuidado com a manutenção de um modo de vida rural, de se ter uma atuação do poder público neste sentido. E a

[146] O Estado, 02 de outubro de 1985, p. 3.

questão do turismo também figura entre suas intenções para reanimar a economia da cidade e gerar empregos. No entanto, há uma diferença entre o programa peemedebista e o pefelista com relação à questão do turismo: enquanto para Ênio Branco o turismo é mola propulsora da economia da cidade, e para viabilizá-lo, prentendia – inclusive – implantar um Plano Diretor flexível, conforme já foi discutido neste texto, para Andrino o turismo não é uma prioridade. É um ponto importante em seu programa, mas a preservação das belezas naturais da ilha é levada em consideração. Ademais, com o advento da participação popular e o estímulo ao debate público, é possível que o interesse do empresariado não tenha primazia sobre os demais interesses, como é anunciado no programa pefelista.

Em fins de setembro, no periódico, é possível conhecer algumas ideias da candidatura de Andrino para a saúde, como por exemplo, implantar a Secretária de Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social e,

> (...) garantir a participação dos profissionais da saúde nas decisões de sua área, como por exemplo, na adoção de programas de instalação de postos de saúde e definição de áreas prioritárias de atendimento, implantação de postos de saúde e garantia de equipamento e profissionais necessários para o seu efetivo funcionamento; aperfeiçoamento dos recursos

> humanos na área da saúde com a implantação de um plano municipal de cargos, carreira e salário e estímulo à medicina preventiva.[147]

Andrino ainda ressalta a relevância dos conhecimentos da população nativa com relação às práticas de cura através da medicina caseira. Que este conhecimento deve se somar ao conhecimento técnico dos profissionais de saúde, e que, "democracia também se faz buscando conhecimento que a ciência às vezes nega, e que indiscutivelmente fazem parte da cultura popular e da maneira como o povo aprendeu a sobreviver nestes anos de abandono e miséria."[148] Portanto, consta também na visão política representada pela candidatura de Andrino uma valorização à cultura local.

Em 24 de outubro, o periódico traz uma notícia a respeito do lançamento do programa do PMDB, que ocorreu no Plenarinho da Assembleia Legislativa, e mais uma vez está posta, com ênfase, a questão da participação popular. Importante ressaltar que a notícia evidencia apenas alguns aspectos do programa, a partir das falas ocorridas no evento. Nas páginas do periódico não há sequer uma citação do programa em si. Apenas transcrições de falas dos candidatos ou a difusão de notas emitidas pelo comitê do candidato.

---

[147] O Estado, 29 de setembro de 1985, p. 5.
[148] Ibidem, p. 5.

> O Programa de Governo, segundo o próprio Edison Andrino, tem como princípio básico a participação popular na administração municipal. "A sociedade é a prioridade" – comentou Andrino. "Acho que estamos dando um importante passo e efetivamente chegando à frente de nossos adversários do pleito de 15 de novembro. Este programa é essencialmente voltado à participação da comunidade e com isso o PMDB certifica a todos de que é o único partido que tem condições de derrotar o passado e de enterrar a ditadura e o regime militar".[149]

A participação da comunidade é central na proposta peemedebista. Tal mensagem foi reafirmada pelo candidato em ocasiões diferentes, ao longo da campanha. Para uma cidade que não elegia seu prefeito há 20 anos, era, sem dúvida, uma novidade. A notícia ainda reafirma a importância que o candidato dá para o pólo de vestuário, mas nessa edição do periódico, tal questão é colocada não como forma de desenvolver o turismo, mas como uma saída para a questão do desemprego – que por sua vez é percebido como o maior problema do município, naquele segundo semestre de 1985. Andrino, ainda reivindica uma Assembleia Municipal Constituinte, para criar uma Lei Orgânica municipal que

[149] O Estado, 24 de outubro de 1985, p. 3.

“represente todas as vocações econômicas e sociais de nossa cidade, a partir, é claro, da vontade da população”[150].

A campanha de Andrino, segundo a cobertura do periódico, recebeu a adesão de outros grupos políticos, e foi capaz de gerar certa unidade em seu partido. Com exceção do grupo de dissidentes liderados por Jaison Barreto, e de alguns casos isolados:

> A bancada federal do PMDB esteve reunida ontem à tarde para hipotecar apoio ao candidato Edison Andrino. A exceção ficou por conta de Manoel Carlos de Souza que, mesmo presente à reunião, não apóia Andrino. Os deputados peemedebistas pretendem também a unificação do partido. Não estiveram presentes os Deputados Nelson Wedekin, Dirceu Carneiro e Odilon Salmória que, entretanto, seguem a bancada no apoio à chapa do Partido e se revezarão visitando a Capital e o Oeste.[151]

Ao longo dos meses de agosto e setembro outras adesões foram sendo publicizadas pelo periódico, como, por exemplo, a do PCdoB[152], de um grupo de dissidentes do PDT[153], e dos prefeitos do PMDB-SC. A campanha foi para as ruas e bairros da cidade, sempre buscando diálogo com a

---

[150] O Estado, 24 de outubro de 1985, p. 3.
[151] O Estado, 17 de setembro de 1985, p. 3.
[152] O Estado, 21 de agosto de 1985, p. 3.
[153] O Estado, 27 de agosto de 1985, p. 3.

população. E, aos poucos, o PMDB ia divulgando propostas para os variados setores da administração pública e também para empresários e pequenos comerciantes. Significativa foi a declaração de voto de Pedro Ivo Campos, presidente regional do partido, na segunda metade de outubro, quando a liderança peemedebista, sob o título de "Pedro Ivo pede aos eleitores da Capital voto contra o PDS", dispara acusações contra o PDS e sua candidatura, afirmando sobre o eleitorado florianopolitano que:

> (...)"com seu voto honesto e consciente, vai derrotar os desmandos e os maus costumes que o Governo do Estado herdou da Velha República e insiste em conservá-lo". Acentuou que o PDS "quer mostrar em um mês uma outra identidade, com o objetivo de tentar ludibriar o povo, como se este esquecesse rapidamente os 20 anos de autoritarismo e sucessivas crises econômicas e sociais".[154]

Foi uma campanha que pretendia manter o diálogo com a população, não apenas para formular as propostas de campanha, mas visando um governo onde o debate público e a participação popular teria papel fundamental. Esteve presente a retórica de defesa das diversas atividades econômicas existentes na ilha e de trazer novidades, propondo o fomento à

[154] O Estado, 22 de outubro de 1985, p. 3.

indústria têxtil na capital catarinense. Teve o mérito de angariar apoio da bancada federal do partido, com exceção do suplente de deputado federal, Manoel Carlos de Souza[155], e também obteve o apoio do presidente do partido. Portanto, a campanha de Andrino, um ator político que – segundo o perfil descrito na matéria sobre o candidato - emerge para a arena política pelo âmbito de contestação ao regime militar, teve força política e propunha alterações na forma como a cidade vinha sendo administrada, ao se comprometer com a criação de canais de participação popular em sua futura gestão como prefeito, compartilhando assim as decisões do poder público municipal com a comunidade que o elegeu.

2.1.5 - A campanha da AST (PDS/PDT)

O candidato a prefeito pela Aliança Social-Trabalhista, Francisco de Assis, nasceu em Florianópolis, no ano de 1951. Em 1985 era casado, sem filhos. Assis alega, na matéria do periódico sobre o candidato, que sua família era pessedista, nos tempos de democratização[156]. Seu tio, Armando Valério de

---

[155] Segundo dados referentes à eleição para deputado federal ocorrida em 1982, contidas no site do TRE-SC, Manoel Carlos de Souza ficou em segundo lugar entre os suplentes do PMDB, ficando atrás somente de Ernesto José de Marco. Manoel obteve 39.746 votos.

[156] O Estado, 12 de novembro de 1985, p. 2.

Assis, foi vereador na capital pelo PSD[157], e posteriormente, primeiro presidente do Diretório Estadual da Arena, em 1966. Assis estudou na UFSC, cursando Engenharia Civil. Sua especialidade era construir estradas. Na universidade passou a atuar na política estudantil. Possivelmente, esse envolvimento o tenha levado a participar de um seminário promovido pela Arena de Santa Catarina, na época em que o partido, no estado, era presidido por Jorge Bornhausen. Depois desse seminário começou a formação do Movimento Arenista Jovem (MAJ). Assis passa a fazer parte do MAJ. Em 1976, ano eleitoral, por conta de uma desistência na chapa de vereadores da Arena para a eleição daquele ano, o MAJ indica o nome de Assis – que segundo a narrativa do periódico, nunca tinha pensado em se candidatar. Em dúvida, Assis teria ligado para vários amigos procurando saber se deveria mesmo se candidatar. Então, ele ligou para um grande amigo, que na época trabalhava como prefeito de Florianópolis: Esperidião Amin.

Com o incentivo e o apoio de Esperidião, Assis sai candidato a vereador naquele pleito. É eleito, sendo o quarto nome mais votado da Arena. Atua como engenheiro na Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, o que

---

[157] Segundo informações disponíveis no site da Câmara Municipal de Florianópolis, Armando Valério de Assis foi eleito pelo PSD para a terceira legislatura (1955-1959). Fonte: <http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas> Acesso em 07 de março de 2016.

permite que seu nome se torne conhecido fora da capital catarinense, pois lidava diretamente com lideranças comunitárias e prefeitos destes municípios. Em 1978 concorre para deputado estadual, ficando como sétimo suplente de seu partido, obtendo 11.686 votos. No entanto, o governador Jorge Bornhausen o convida, com o aval de Amin, para dirigir o Departamento Autônomo de Edificações (DAE), cargo que acumulou junto com seu mandato de vereador. Nas eleições de 1982, Assis é eleito deputado estadual, sendo o terceiro mais votado de seu partido e o quinto deputado estadual mais votado de Santa Catarina.[158] Cotado para assumir a prefeitura, pois seu amigo Esperidião Amin foi eleito governador neste mesmo ano, o cargo de prefeito é oferecido ao também recém eleito deputado estadual, Cláudio Ávila. Mas, Assis é indicado para assumir a Secretaria da Casa Civil do governo Amin.

Assis admite, ainda na matéria sobre o candidato, não ter um programa de governo para a cidade pronto, naquele momento. Era o dia 12 de novembro, três dias antes da eleição. No entanto Assis tinha um plano de metas: através da pesquisa "Assis quer ouvir você", segundo está descrito no periódico, a candidatura obteve informações sobre os problemas da cidade e as necessidades que as comunidades possuíam. Mas, possuía

[158] Francisco de Assis obteve 30.339 votos naquele pleito, segundo informações obtidas no site do TRE-SC.

algumas ideias para detalhar em seu governo, como, por exemplo, que o Ipuf (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) deixasse de ser um órgão meramente consultivo. Queria que o Ipuf detectasse as necessidades da população e as obras que deveriam ser realizadas. Sobre o fato de o PDS ser minoria na Câmara, (10 vereadores contra 11 dos demais partidos: 1 do PCB, 4 do PFL e 6 do PMDB)[159], não estava preocupado.

> Promete dar respaldo político às suas ações governando com a comunidade "dentro da prefeitura". Nos últimos dez anos, segundo sua avaliação, os movimentos sociais cresceram muito e estão definitivamente organizados. Se eles existem, diz Assis, "temos que respeitá-los e ouvi-los, para valorizá-los e justificar a sua existência. Daqui para frente todos os governos têm que reconhecer a importância da participação comunitária, como inevitável, até para que eles tenham cada vez mais importância e o processo democrático seja, cada vez mais, aperfeiçoado".[160]

Ao longo da campanha da AST, narrada pelo periódico, não se verificou esta intenção de incluir o povo "dentro da prefeitura". Em meados de outubro, Assis esteve com, aproximadamente, 12 pontos percentuais à frente de Andrino

---

[159] Esta era a correlação de forças em meados de novembro de 1985.
[160] O Estado, 12 de novembro de 1985, p. 2.

segundo as pesquisas de intenção de voto. No entanto, segundo Vianney (1987, p. 130) na pesquisa Ibope realizada entre os dias 6 e 8 de novembro, a diferença cai para 6 pontos percentuais, ficando Assis com 36,3%, Andrino com 30,3%, Ênio com 7,0%, Lorenzetti com 4,3%, Wilson Rosalino com 3,3 % e um total de 18,7 indecisos. Então, como a matéria a seu respeito foi veiculada dia 12 de novembro, portanto, a 3 dias da eleição, a relevância dada a "participação comunitária" talvez fosse uma imposição desta circunstância.

A campanha "Assis quer ouvir você" foi o meio pelo qual a candidatura de Assis estabeleceu contato com os bairros da ilha e continente. A motivação era coletar dados, conversar com as pessoas e ter subsídio para construir uma espécie de mapa das deficiências da cidade, para que a partir daí a prefeitura, numa futura gestão Assis/Dias pudesse agir e tornar melhor a vida do cidadão. A campanha era fortalecida pelo apoio de Esperidião Amin, e da máquina do governo estadual. Amin não só usou a máquina pública a favor da campanha de seu candidato e amigo, Francisco de Assis, como atuou pessoalmente no corpo-a-corpo, usando seu prestígio e tentando angariar votos.

Na edição do dia 14 de setembro, uma notícia relata comício ocorrido na noite anterior em São José, com a presença de duas mil pessoas. Além de Assis, Amin, Barreto, o

prefeito de São José – Germano Vieira - e os demais prefeitos da microrregião de Florianópolis. Após Jaison Barreto discursar, foi Amin quem tomou a palavra:

> O Governador Esperidião Amin destacou, em determinadas passagens de seu discurso, que a Aliança Social-Trabalhista nasceu para "dar a cada cidadão a possibilidade de exercício pleno de seus direitos e cidadania social e cidadania política.".
> No dia 15 de novembro, disse Amin, "entregaremos a chave da nossa casa a Chiquinho de Assis. A cidade é a soma de todos nós. Vamos apostar no futuro e levar, pelo voto direto e democrático, Assis e Manoel à prefeitura."[161]

A candidatura também tinha acesso a repartições públicas, do estado, o que fica evidente em notícia do dia 19 de setembro:

> Os candidatos da Aliança Social-Trabalhista (PDS/PDT) à Prefeitura da Capital em 15 de novembro, Francisco de Assis Filho e Manoel Dias, visitaram ontem a Secretaria dos Transportes e Obras e o Departamento Autônomo de Edificações (DAE), ocasião em que conversaram com os funcionários sobre seus objetivos com relação ao Governo municipal. (...) Na secretaria dos Transportes os candidatos foram recebidos pelo secretário adjunto, Ovande Fleming, e seus assessores. Além de integrantes do comitê central da

[161] O Estado, 14 de setembro de 1985, p. 3.

> campanha, estava também na comitiva o secretário-geral da JDC (Juventude Democrática Catarinense), Herus Arruda.[162]

Cabe lembrar que Assis havia sido diretor do DAE durante o governo de Jorge Bornhausen e que a STO tinha sido administrada por Amin, no mesmo período. Bornhausen indica Amin para sucedê-lo, em 1982, e Assis eleito deputado estadual não fica mais que algumas semanas no cargo – em seguida assume a Casa Civil do governo Amin.

Além de ter a presença de corpo presente do governador do Estado, o candidato do PDS tinha livre trânsito em órgãos do governo estadual e se beneficiava, também, pelo fato de a Ladesc atuar junto a comunidades humildes e as mesmas buscarem a entidade para executar projetos, o que fica exposto em notícia veiculada ao dia 2 de setembro:

> O candidato Francisco de Assis Filho da Aliança Social-Trabalhista (PDS-PDT) esteve reunido nesta sexta-feira com membros da Escola de Samba Unidos da Coloninha. Na oportunidade, conversou com a Diretoria Executiva e com o Conselho Fiscal e foi solicitado a apoiar e reforçar o projeto entregue pela Escola à Ladesc.[163]

---

[162] O Estado, 19 de setembro de 1985, p. 3.
[163] O Estado, 02 de setembro de 1985, p. 3.

Assis era o candidato do governo, e a Ladesc tinha como dirigente a primeira-dama Ângela Amin, ou seja, a candidatura do PDS poderia pleitear votos em comunidades que possuíam algum tipo de expectativas com relação à Ladesc, como parece ser o caso citado acima. Ainda nesta visita à Coloninha, o candidato pedessista levantou alguns pontos que pretendia levar adiante caso fosse eleito: "Durante o encontro, o candidato ressaltou a importância do turismo como indústria base da Capital, afirmando ser necessária a criação de leis que intensifiquem essa atividade, sem causar danos ao meio ambiente."[164]

O exemplo citado acima, sobre campanha do PDS em uma comunidade que tinha expectativas com relação às ações da Ladesc, remete a um debate importante. Sugere que a candidatura do PDS operava com a lógica da troca: o governo estadual não tinha ações efetivas que reconheciam direitos para as pessoas daquela comunidade, que, por sua vez, se via carente em questões elementares, como saneamento, pavimentação de vias, sem posto de saúde nos arredores, etc. Então, a Ladesc era uma possibilidade de a comunidade ter algumas dessas demandas respondidas. Mas, esse favor deveria ser retribuído com votos. Oposta a esta lógica, existe a lógica

[164] Ibidem, p. 3.

do reconhecimento dos direitos. Ou seja: o governo deve atuar pra suprir tais demandas, não como um favor pra aquela comunidade. Mas porque ela tem direito a tais serviços. E a comunidade, por consequência, não estaria devendo favores para tal governante. No entanto, a existência da lógica da troca não é uma particularidade da história política de Florianópolis.

Adriano Duarte e Paulo Fontes (2004, p. 102), ao analisarem o crescimento eleitoral de Jânio Quadros nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, na periferia de São Paulo (entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950), numa área de eleitores do Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros, afirmam que:

> Os problemas eram tratados como consequência do descaso da administração pública, e a sua solução como um direito do morador, não como um favor ou uma concessão, ou mesmo como um benefício resultante de uma dádiva (nesse aspecto o janismo se constituía como a antítese do adhemarismo: a linguagem dos direitos era um tema janista). O que os discursos do vereador Jânio Quadros encenavam era algo que estava profundamente introjetado no imaginário popular: os deveres do Estado eram diretamente proporcionais aos direitos dos cidadãos.

No contexto abordado pelos autores citados acima, Jânio Quadros ficou marcado na memória dos moradores

destes bairros como um político interessado em resolver as demandas destas comunidades. Na campanha de 1985, a lógica dos direitos é percebida em algumas candidaturas, como a do PT e do PMDB. Mas, no entanto, a lógica da troca se faz presente com relação ao governo do estado e sua candidatura.

Em 9 de setembro, o periódico noticia que a candidatura do PDS publicou seu jornal de campanha, denominado "Força Nova"[165]. Uma publicação com quatro páginas, que em seu primeiro número falava do início de campanha de Francisco de Assis, no Largo Benjamin Constant e continha frases dos oradores que participaram do evento, como Doutel de Andrade, Jaison Barreto, Esperidião Amin, Francisco de Assis e Manoel Dias.

A campanha "Assis quer ouvir você" divulgou alguns de seus resultados coletados junto à população da ilha. Em meados de setembro, a campanha pedessista esteve em Coqueiros, com Assis, Dias, Barreto e outros parlamentares e dirigentes do PDS e PDT. Até este momento, os problemas detectados pela campanha foram os seguintes:

> Os dados da pesquisa mostraram que os maiores problemas estão ligados à pavimentação das ruas, policiamento, rede de esgotos, falta de praças públicas, transportes

[165] O Estado, 09 de novembro de 1985, p. 3.

> coletivos, limpeza de praias, iluminação pública, postos de saúde e telefone público.
> Assis afirmou sua intenção de fazer uma administração usando de "criatividade, inovação e participação efetiva da comunidade, como está acontecendo no momento".[166]

Em fins de setembro, o periódico publica mais uma notícia a respeito do "Assis quer ouvir você". Desta vez, trava-se da análise dos resultados da campanha realizada pelo Comitê de Assis e Dias. Segue trecho abaixo:

> Das 2.594 residências da Agronômica, 1.338 foram visitadas pelos voluntários da campanha. E a estatística computada mostrou os seguintes resultados. Pavimentação de ruas, 31%; policiamento de ruas, 20%; praças públicas, 17%; posto policial, 16%; telefone público, 14%; iluminação de ruas, 13%; supermercados, 10%; transporte coletivo, 7%.
> (...) Francisco de Assis afirmou, ao término do encontro que apresentou as preocupações de quem mora na Agronômica dizendo que a comunidade vai participar da administração. "Nós faremos uma reunião de trabalho, que vamos conhecer mais o bairro, para que possamos recolher as informações de tudo o que a comunidade considera mais importante. Só assim faremos nosso plano de Governo, democrático e participativo."[167]

Curiosamente, a questão do desemprego não figura na pesquisa realizada pela campanha da AST. Nas demais

[166] O Estado, 13 de setembro de 1985, p. 3.
[167] O Estado, 28 de setembro de 1985, p. 3.

candidaturas, o desemprego é tratado como o principal problema da cidade, muito embora haja divergências sobre qual melhor maneira de superá-lo. Penso que seja uma leitura que não inclui o campo econômico entre as áreas de ação do poder público, talvez por isto tenha ficado de fora. Assis associa a coleta de informações para formulação de um plano de governo com a ideia de democracia e participação. Seria mais correto dizer que a comunidade vai participar da elaboração do plano de governo, não da administração, como afirmou no excerto acima.

Já em novembro, Assis menciona que tanto o lixo quanto a questão da terceira ponte são problemas a serem resolvidos, e com relação ao transporte coletivo pondera o seguinte:

> Ele comentou também a proposta do PT que visa estatizar o Transporte Coletivo. "O discurso do PT é o ideal, mas inexequível. Qualquer discurso de candidato precisa considerar que a execução começa dia dois de janeiro próximo. Um ônibus custa hoje cerca de 400 milhões e há mais de 250 ônibus circulando na Capital. A Prefeitura tem um déficit mensal de um bilhão de cruzeiros para pagar a folha de funcionários. Esta realidade tem que ser encarada com um discurso exequível".[168]

[168] O Estado, 3 de novembro de 1985, p. 3.

A intenção de deixar o transporte coletivo sob controle da iniciativa privada é evidente, nesta colocação de Francisco de Assis. No entanto, a candidatura petista, conforme foi exposto neste texto, não tencionava estatizar o transporte coletivo, mas criar a empresa pública de transportes. Isso significa que poderiam coexistir, tanto a iniciativa privada, quanto a empresa pública, pertencente ao estado, no setor dos transportes coletivos.

A campanha da AST (PDS/PDT), narrada pelo periódico, nos permite compreender algumas características a respeito de sua maneira de funcionamento. Como a ideia de participação popular, com exceção do que foi dito por Assis em matéria veiculada em 12 de novembro, está restrita à coleta de dados para o governo. A comunidade é relevante para a AST, mas neste momento de campanha em que a coligação quer fazer o mapa das deficiências do município. Sobre uma futura gestão do PDS, não há comprometimentos. A partir da cobertura de *O Estado* podemos saber os resultados da campanha "Assis quer ouvir você" e que, além de uma breve menção ao turismo, que a questão dos transportes deve ficar sob controle da iniciativa privada. Fora estes pontos, o conteúdo político da campanha é bastante restrito.

Ademais, o fato da presença de Assis em órgãos públicos ligados ao governo estadual sugere um quadro em que

Assis aciona sua rede de contatos dentro da máquina pública, com o respaldo do governador Esperidião Amin. E uma situação como a visita à Coloninha, sugere que pode haver troca de votos caso algumas demandas da comunidade sejam resolvidas pelas ações da Ladesc. Na semana da eleição houve a denúncia da distribuição de comida no Morro da Queimada. Pelas páginas de *O Estado* os métodos de campanha da AST ficam mais evidentes que suas ideias para a cidade.

3 – CULTURAS POLÍTICAS E MÍDIA IMPRESSA

Pretende-se, neste capítulo, demonstrar a formação de posições nas páginas do periódico *O Estado*, ao longo da eleição municipal de 1985, para, em seguida, refletir sobre seu alinhamento político naquele pleito. E, também, abordar o processo histórico de profissionalização da imprensa no Brasil, considerando seus desdobramentos em Santa Catarina e salientar algumas de suas especificidades para, dessa forma, compreender quais as bases de legitimidade das narrativas e discursos mobilizados em *O Estado*. Ao utilizar a mídia impressa como fonte, parte-se do pressuposto que os grupos de mídia possuem importância para se pensar as relações políticas no Brasil contemporâneo. Será abordado o processo de profissionalização do jornalismo e dos grupos de mídia, processo este que se situa, no caso brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, e se desdobra até os dias atuais. Feito isto, caberá analisar os editoriais de *O Estado*, na cidade de Florianópolis, com a perspectiva de perceber a difusão de contornos de um ideário político específico, que se contrasta, muitas vezes, com a posição de porta-voz do “interesse geral” à qual a imprensa se atribui.

3.1 - O periódico forma posições ao cobrir o acontecimento eleições.

Durante o mês de setembro, as notícias sobre a campanha da AST descrevem os lugares por onde andaram seus candidatos, os contatos realizados, a pesquisa “Assis quer ouvir você”, e o fato de a candidatura estar presente nos bairros. No entanto, foi possível observar uma alteração no conteúdo das notícias a respeito da AST a partir do mês seguinte: outubro.

A partir de outubro, também houve notícias pontuais sobre as movimentações dos candidatos, além da cobertura dos dois maiores eventos da AST: tanto a vinda do Brizola – cujo conteúdo de campanha foi esvaziado, ficando apenas o fato de ser um evento do PDT, quanto o comício final, na semana da eleição – que, como já foi observado no início do capítulo anterior, veio acompanhado de uma grave denúncia contra a campanha da AST. Além disso, a partir de outubro, o número de críticas veiculadas no periódico contra o PDS, AST, Amin e Jaison Barreto cresce consideravelmente. Até setembro, colocações deste tipo não eram comuns. A partir de outubro são constantes, tanto em notícias sem autoria, realizadas pela redação do periódico, quanto através da voz dos demais atores políticos que disputavam aquela eleição. No dia 06 de outubro,

na coluna Informação Geral[169], pode-se conhecer uma das posições que o periódico, a partir de então, passa a construir. Sob o título "PDS, uma sigla escondida", lê-se o seguinte:

> Para um partido que possui 17 deputados estaduais, cinco federais, dezenas de prefeitos, centenas de vereadores e milhares de filiados – sem contar o governador e vice-governador – soa a muitos ouvidos incompreensível o fato de o PDS estar escondendo sob o manto da Aliança Social Trabalhista a sua sigla na campanha pela disputa da Prefeitura de Florianópolis.
> Ora, ninguém desconhece que o Deputado Francisco de Assis Filho pertence aos quadros dessa agremiação e foi por ela lançado candidato a prefeito. A não utilização da sigla, portanto, pode ser interpretada como uma tentativa de tapar o sol com a peneira, absolutamente inútil.
> Deixando de usar seu nome nesta campanha, o PDS está perdendo uma grande oportunidade de promovê-lo, que fatalmente terá que ser utilizado num embate maior e que já está próximo: as eleições de 1986.
> A não ser, é óbvio, que até lá o Partido já esteja sepultado.
> O que é bem capaz.

Nesta nota, o periódico desconstrói a estratégia pedessista de não vincular o nome de Francisco de Assis ao PDS, e ainda cogita a possibilidade de o partido sequer existir num futuro próximo. E tal posição é reforçada já no dia 10 do

[169] O Estado, 06 de outubro de 1985, p. 4.

mesmo mês, quando o ex-governador Henrique Córdova[170], critica seu partido por ocultar a sigla da candidatura de Assis, sob o título de "Córdova lamenta que Assis não use sigla PDS". A notícia afirma que,

> Henrique Córdova considera ganha a eleição da Capital, mas fez críticas quanto ao uso da sigla da Aliança Social Trabalhista, entendendo que "foi o PDS que canalizou e viabilizou a candidatura de Francisco de Assis Filho, e escondendo-a, o candidato poderá sofrer prejuízos. "Uma democracia só se constrói com partidos fortes e onde sejam abandonadas as vaidades pessoais", disse ele alegando que em Florianópolis o PDS tem um candidato forte e "tudo graças ao trabalho do PDS", e por isso "estranho que uma aliança, sem o aval do PDS, esteja escondendo a sigla do PDS"[171].

A saraivada de críticas veiculadas no mês de outubro, em *O Estado*, acerta os pilares da AST. Inicialmente foi a questão da sigla PDS estar oculta na campanha. Em seguida, algumas outras questões foram sendo suscitadas pelo periódico. Já no dia 08 de outubro, o periódico dá voz ao prefeito Aloísio Piazza, quando este critica duramente o senador Jaison Barreto, que então encaminhava seu pedido de desligamento do PMDB,

---

[170] Henrique Córdova foi vice-governador no período em que Jorge Bornhausen governou o estado. Assumiu o governo em 1982, quando Bornhausen abriu mão do cargo para poder se candidatar ao Senado.

[171] O Estado, 10 de outubro de 1985, p. 2.

com vistas a ingressar nas fileiras do PDT, partido que compunha a AST.

O título da notícia era “Piazza acusa o Senador Barreto de ‘vadiagem’”. Segue alguns trechos abaixo:

> (...) Segundo Piazza o Senador Jaison Barreto é um homem perdido e que jogou fora a chance de eleger-se Governador do Estado “por vadiagem e malandragem”. (...) Para o prefeito, o senador já estava fora dos quadros peemedebistas há muito tempo, preferindo seguir outros caminhos. Mas estranhou o fato de manter aliança com o Governador Esperidião Amin, “a quem chamou de ladrão, durante a campanha eleitoral de 1982”. (...) Piazza frisa que Jaison esqueceu de fazer campanha em 1982 “preferindo o copo de whisky”.[172]

Além deste excerto acima, a notícia procura minimizar a saída de Barreto do PMDB, dizendo que ele não leva votos para AST, uma vez que o eleitor peemedebista já não votava mais no senador, no entendimento do prefeito Piazza.

Na edição do dia seguinte, foi a vez do candidato Edison Andrino criticar Barreto:

> Andrino afirma que Jaison agora está sozinho, e que o PDS vai descartá-lo quando ele não for mais necessário. Contudo, Edison Andrino acredita que o povo não esqueceu os discursos

[172] O Estado, 08 de outubro de 1985, p. 2.

> do senador que atacava furiosamente o PDS. "Agora ele está comprometido com o passado do PDS, atrelado a nomes como Paulo Maluf. Nem o voto das oposições ele conseguirá mais", afirmou Andrino.[173]

O novo alinhamento político de Jaison Barreto passa a ser duramente questionado e é colocado nas páginas do periódico enquanto um problema, por duas razões: trai seu partido, ao não fortalecer a candidatura de Andrino para a capital catarinense e trai sua trajetória, ao se aliar com Esperidião Amin, um notório adversário político próximo das oligarquias políticas de Santa Catarina.

Dois dias depois, a página 2 do periódico vem com várias críticas a membros da AST. A notícia "Deputados criticam Jaison e o chamam de 'traidor do PMDB'"[174] segue linha semelhante. Os deputados Iraí Zílio e Jair Girardi reforçam a ideia de Jaison ter sido um quadro ligado à resistência contra a ditadura, mas isso não significa que carrega todas as bandeiras históricas do PMDB consigo. Barreto é acusado de "traidor dos peemedebistas históricos", e que de cacique se torna agora um "índio a ser explorado politicamente na aldeia malufista de Esperidião Amin". A notícia finaliza relativizando os percalços da Nova República:

---

[173] O Estado, 09 de outubro de 1985, p. 2.
[174] O Estado, 11 de outubro de 1985, p. 2.

> Ressaltou o deputado Iraí Zílio que valorosos líderes continuam em seu partido, e estão presentes na Direção do Diretório, no Parlamento, nas Prefeituras, etc. Contou ainda que a Nova República "não é isso que tá aí", frisando que o que existe "é uma proposta, uma travessia" para se chegar finalmente ao ponto desejado da plena democracia e do desenvolvimento.[175]

Nesta edição mencionada acima, que continha a crítica a Barreto, havia, com destaque, na mesma página, duas notícias criticando o governador Esperidião Amin. Na edição do dia anterior, de 10 de outubro, Amin dissera que Santa Catarina sofria preconceito do governo federal, que teria atrasado a assinatura de papeis relacionados à construção de rodovias, saneamento e com a rolagem da divida interna e externa. Na edição do dia 11/10, com as notícias intituladas "Linhares afirma que Amin está mal intencionado e engana a população" e "Vanderline diz que Amin não fala a verdade", após uma série de dados, o governador de Santa Catarina é desmentido por parlamentares peemedebistas e lhe é colocada a pecha de mentiroso, para a qual não houve espaço de reposta nas edições seguintes.

---

[175] O Estado, 11 de outubro de 1985, p . 2.

Ainda no dia 11 de outubro, os “progressistas” do PMDB que compunham o governo de coalizão com o PDS são criticados por serem contra a greve dos hospitais.[176] Através de carta do leitor, publicada na página 4, o PDT vira alvo de críticas: o leitor critica a existência da AST e questiona se os trabalhistas não se recordavam mais do fato de terem sido perseguidos, após o golpe de 1964, pelos partidários do PDS. E que o próprio Manoel Dias, ex-deputado, tinha sido cassado após o golpe civil-militar. Questiona o leitor:

> Será que Manoel Dias já se esqueceu das perseguições sofridas? Será que também se esqueceu de nossos companheiros exilados e mortos? Somente o Sr. Manoel Dias tem uma explicação para o mesmo.
> O poder é o que importa, o resto (o povão) fica para segundo plano.[177]

Quando as pesquisas de intenção de votos são publicadas, em meados de outubro, dando boa vantagem para Francisco de Assis, o periódico organiza as vozes dos políticos concorrentes de maneira a problematizar tais pesquisas. Dando a impressão, ao leitor, que elas não são confiáveis.

Na edição de 13 de outubro a manchete “Assis na frente” informa que o candidato pedessista tinha 37% das

---

[176] O Estado, 11 de outubro de 1985, p. 3.
[177] Ibidem, p. 4.

intenções de voto, contra 26% de Andrino e 6% de Ênio Branco. No interior do periódico, o colunista Bento Silvério publica texto denominado “tendência da pesquisa”, cujo objetivo é desconstruir o clima de vitória gerado pela considerável vantagem de Assis sobre Andrino. Seguem, abaixo, alguns trechos do texto:

> Pesquisa de opinião não garante nada, não traduz nenhuma certeza nem verdade absoluta. Mas nada agita mais um comitê eleitoral do que uma pesquisa, seja ela a favor ou contra o candidato. (...)
> Há ainda os que manipulam as pesquisas tentando enganar os outros – outros aqui entendidos como eleitores, candidatos, imprensa, e tudo o mais. Enganam no máximo a si mesmos, porque o resultado das urnas nem sempre coincide com a pesquisa. Em 1982 as pesquisas publicadas pela revista Veja davam uma margem de mais de 100 mil votos para o candidato do PDS em Santa Catarina. Não deu. Deu pouco mais de 10% do previsto.
> (...)
> Os números que o JB/Ibope divulgaram, publicados nesta mesma página, e assim como os números que o Gallup, Rede Globo, Veja e outros veículos de comunicação vão publicar hoje e amanhã não devem ser motivos para que os peemedebistas se sintam desde já derrotados nem os trabalhistas vitoriosos. De qualquer forma os resultados publicados aqui e que a Globo mostrará logo mais à noite devem servir, principalmente e acima de tudo, para que os principais adversários em Florianópolis façam um exame da situação. Afinal, ainda falta um mês exato de campanha na TV e comício. Em um mês, é possível consolidar um resultado

> apontado pela tendência que se verifica ou se neutralizar esta tendência. De uma forma ou de outra, só será possível fazer uma coisa ou outra com inteligência.[178]

Silvério, com seu texto, procura projetar sobre os resultados das pesquisas um pouco de sobriedade. Ao inverso da euforia de Amin e AST[179], trabalha o resultado de uma pesquisa como algo totalmente em aberto. O periódico, nos dois dias seguintes, abre espaço para que os demais partidos contestem os resultados. E, nessas falas, mais críticas são difundidas pelas páginas de *O Estado*, contra a pesquisa.

Lorenzetti menciona a eleição de 1982 e critica a aliança entre Amin e Barreto. Observa que há um número de indecisos, que seria uma resistência a este "conchavo". Andrino questiona o método da pesquisa: não sabe em quais bairros a pesquisa foi feita e é taxativo: "assegura que se os entrevistados fossem do Centro, Costeira, Agronômica, Itacorubi e Estreito, 'eu sairia na frente'". Pelos números que as pesquisas apresentaram, ele disse desconfiar "que os levantamentos devem ter sido feitos nos morros e no interior da ilha", onde o PDS, segundo ele, é mais forte.[180]

---

[178] O Estado, 13 de outubro de 1985, p. 3.
[179] O Estado, 15 de outubro de 1985, p. 1.
[180] Ibidem, p. 3.

O periódico não deixa de divulgar a pesquisa que coloca Assis em primeiro lugar. Foi manchete em 13 de outubro, inclusive. Pois é um dado relevante para o acontecimento mais importante naquele momento, na cidade. No entanto, passada a primeira página, tanto no dia 13, quando nos dois dias seguintes, observa-se um esforço no sentido de retirar a importância do resultado, seja relembrando de outras situações na história recente da cidade, em que os institutos se equivocaram, seja questionando a metodologia da pesquisa.

Na edição de 20 de outubro, o colunista Bento Silvério em texto intitulado "'aminidades' do Governador", escreve de maneira jocosa sobre o fato de o governador catarinense perder todas as disputas em que se envolve.

> O governador Espiridião Amim, decididamente, é um pé-frio. Todas as grandes causas da política nacional que abraça, dá em nada. Primeiro foi a direta para presidente. Saiu na frente pelo Brasil a fora, falando no assunto. Era uma espécie de paladino das diretas. (...) Lutou com as armas que tinha, o convencimento, a persuasão, mas esqueceu que os deputados ligados a ele, como Epitáfio Bittencourt, Nelson Morro e outros, não estavam dispostos a votar, como não votaram, a favor das diretas.[181]

[181] O Estado, 20 de outubro de 1985, p. 3.

Silvério cita uma série de outros eventos em que Amin se engajou: Amin era contra o Colégio Eleitoral, mas os políticos em sua órbita fizeram o que ele não concordava e elegeram um candidato. Perdeu novamente. No Colégio Eleitoral, metade dos delegados ficou com ele e a outra metade com Maluf. Nova derrota. Na eleição pro Diretório Nacional do PDS, seu candidato era Nelson Marchezan. Se não fosse eleito, Amin deixaria o partido. Ele não foi eleito, tampouco Amin deixou o PDS. Nova derrota. Amin defendia as diretas, mas indicou Moacir Bertoli para ser o prefeito de Florianópolis. Perdeu novamente. Tomou partido de uma Constituinte Exclusiva, o Congresso ficou de votar a Constituinte Congressual, com o apoio do PDS. Amin perde de novo.

> Com tanto assunto perdido, com tantas causas perdidas, Assis e Jaison que se cuidem. (...) E estranho que ele luta, fala, tenta convencer, porta-se como um defensor intransigente das causas que abraça, mas não adianta. Seu partido não ajuda, seus deputados não cedem à orientação partidária e Amin acaba sozinho, perdedor.
> Ou ele passa por uma reza ou tem que deixar o partido onde está. Aliás, se ele deixar o PDS a sigla, em Santa Catarina, acaba. Resta saber se os que vão segui-lo em outra legenda não vão ter o mesmo comportamento, de deixá-lo falando sozinho, triste e desolado depois de

> cada derrota política, de cada causa boa que a política lhe tira das mãos.
> A continuar assim, tudo o que ele abraçar pode ser classificada, de antemão, de mais uma "aminidade".[182]

É um texto contundente. Depois de lê-lo, quem acreditava que Amin era imbatível por ter vencido as duas eleições que disputou, até então, passa a ter elementos para enxergá-lo de outra forma. E, pela maneira como Silvério articula seu texto, o leitor passa a ficar desconfiado não exatamente das causas de Amin, mas do partido ao qual ele faz parte, do qual é "peça" fundamental.

Estas são as posições que o periódico, a partir de outubro, passa a difundir em suas páginas. Em outras notícias, não citadas neste texto, tais posições também estão presentes. Em pequenas notas, ou são publicadas através das falas de outros políticos, ou até mesmo de cidadãos entrevistados pelo periódico. Didaticamente, o periódico coloca algumas posições para o eleitor, tais como: o PDS é um problema, pois no passado recente, era a Arena, o partido que abrigou os golpistas de 1964 e apoiou o regime militar e, nessa eleição, está escondido sob a sigla AST. A Aliança, por sua vez, é incoerente, pois abriga aqueles que em 1982 disputaram de forma encarniçada, o governo de Santa Catarina. Como

[182] Ibidem, p. 3.

adversários tão antagônicos, podem se unir em torno de uma mesma candidatura? Uma aliança entre dois tipos que se ofenderam na ultima campanha só pode ser fruto de um acordo visando apenas alcançar o poder, numa espécie de vale-tudo, portanto estavam unidos por uma razão menor. Um "colecionador de derrotas" e outro que "traiu" seu partido e passado, passando a se alinhar com o de mais repugnante existia na arena política. Nem o PDT e os "progressistas" do PMDB alinhados ao governo estadual foram poupados das críticas contidas em *O Estado*. Portanto, *O Estado* expõe e reforça como fragilidades e contradições os pilares da candidatura de Francisco de Assis, que é a articulação política que lhe dá apoio.

O jornalista, doutor em comunicação de massa e professor da UnB Luiz Gonzaga Motta (2006, p. 67), dá uma contribuição importante para a análise da narrativa de periódicos impressos:

> Creio que, a partir da serialidade da cobertura de incidentes fragmentados noticiados diariamente pela mídia, o analista pode reconstruir narrativamente o enredo de acontecimentos midiáticos como histórias breves, desde um ponto de vista do receptor. Reunindo e encadeando as notícias como histórias unitárias potenciais, como parece fazer o receptor, é possível recuperar configuração

> temporal e chegar até o fundo moral que projetou os fatos como notícias.

O fundo moral, o conjunto de valores que projeta os fatos como notícias estará diluído em uma longa série, de um determinado periódico. A análise desta série é fundamental para que se possa conhecê-lo. A partir daí podemos pensar que críticas pontuais, como as que ocorrem com quase todos os partidos e políticos não necessariamente significam um posicionamento do periódico contra algum desses mesmos partidos, assim como o contrário também é verdadeiro: elogios pontuais não significam necessariamente um alinhamento. Na edição do dia 1º de novembro, o PMDB foi criticado em matéria de primeira página, por usar comida na campanha. Mas analisando a serialidade recortada, de agosto ao mês de novembro, não se percebe a formação de uma posição contra o PMDB, que o enfraqueça, nas páginas do periódico. Antes o contrário. De sua campanha pudemos conhecer diversos aspectos positivos. E, eventuais críticas – foram escassas - ocorreram em questões pontuais, que não se desdobravam, como o caso citado de 1º de novembro, e não havia insistência no assunto por parte do periódico, nem o arranjo de vozes para difundi-las.

A análise desta série constatou que houve uma mudança no conteúdo a respeito da Aliança Social Trabalhista. Em setembro, o periódico não expôs as contradições da Aliança e tampouco vinculava o PDS a seu passado recente. Não veiculava notícias contendo críticas a Jaison Barreto e tampouco críticas diretas a Esperidião Amin.

Essa questão, inicialmente criou uma dificuldade para concluir com qual das duas candidaturas o periódico estava alinhado. Em 1982, conforme nos demonstra Itamar Aguiar[183] (1995), *O Estado,* bem como os periódicos *A Notícia* e o *Jornal de Santa Catarina,* atuou de maneira a fortalecer o nome de Esperidião Amin, na disputa contra Jaison Barreto. É evidente que uma intervenção como a observada no período eleitoral de 1985, que fragilizasse a candidatura do PDS, favoreceria Edison Andrino. Mas, por outro lado, se o periódico estivesse alinhado ao PMDB, isso estaria diluído na serialidade, para usar expressão de Motta. Ou seja: o periódico não esperaria chegar a outubro para iniciar a saraivada de críticas a tudo o que estivesse vinculado com a AST, pois a polarização entre as duas candidaturas estava posta desde agosto, ou seja, desde o início da campanha estes eram os dois candidatos que, em tese, poderiam vencer. E, também, por

[183] Cf. capítulo 5: A Mídia na Campanha.

questões que serão tratadas com mais detalhes no próximo tópico deste texto, um alinhamento com o PMDB era pouco provável, pois o grupo que controlava o periódico era ligado às oligarquias catarinenses, no caso, a família Ramos. Mas, e em 1985: quem estava com quem? A pergunta se mantinha viva.

Uma leitura atenta da análise desta eleição realizada pelo cientista político Eduardo Viola (1985, 14) observa que em outubro há modificações na campanha do PMDB:

> A partir de meados de outubro começou a segunda fase da campanha precipitada pelas pesquisas de opinião divulgadas nessa época que davam a Assis 12 pontos na frente de Andrino, invertendo completamente o quadro de começo de agosto. A segunda fase se caracterizou pelos seguintes fatores: marginalização relativa do grupo petista; entrada em campanha das principais figuras peemedebistas do Estado; moderação no discurso de Andrino que passou a identificar-se com a Nova República; profissionalidade e incisividade na programação televisiva; utilização discreta dos recursos do aparelho estatal federal e municipal em favor de sua candidatura; comícios com a participação de figuras nacionais do PMDB, enfatizando que a eleição tinha também relevância nacional e que Florianópolis não podia ser a única capital do país em que o PDS ganhasse.

O autor observa questões bem importantes. A candidatura de Andrino, que iniciou a campanha em vantagem

com relação a Assis, em outubro vê um crescimento veloz de seu adversário, o que gerou um quadro de incertezas. Muito provavelmente a vitória estivesse lhe escapando. Isso fez com que modificasse sua postura e se aproximasse das figuras peemedebistas[184] e com a Nova República.[185] O momento em que o periódico altera sua postura com relação à AST coincide com meados de outubro, justamente o período que Viola afirma que o PMDB inicia a segunda fase de sua campanha.

Ao se aproximar e se identificar com a Nova República, e se afastar do grupo do PT que lhe dava apoio, a candidatura de Andrino passa a ter a adesão de Pedro Ivo Campos, que junto com Jorge Bornhausen, costurou a Aliança Democrática em nível municipal. Mesmo com a Aliança desfeita em setembro, em nível municipal, os dois são próximos desde o ano anterior, como pode ser observado no comício pelas

---

[184] Na edição de 22 de outubro, do periódico, há notícia com o Presidente Regional do PMDB, Pedro Ivo criticando duramente o PDS. Ele estava entrando na campanha.

[185] Na edição de 1º de novembro de 1985, p. 2, Amin, ao criticar Andrino, dá elementos que permitem reforçar a ideia exposta por Viola a respeito da aproximação da candidatura peemedebista com o governo federal. Segue trecho: "Em primeiro lugar, o povo tem que saber a verdade, se o candidato do PMDB é a favor ou contra a Nova República. Nós representamos o PDS e o PDT na formação de uma aliança. Eu defendi e continuarei defendendo eleições diretas e prossigo dizendo que não acredito neste governo. Fiquei surpreso quando Edison Andrino disse na televisão sobre o PMDB de Tancredo Neves. Quem sabe ele também não se vendeu ao Governo Federal e tenha esquecido seus compromissos com o povo?"

diretas, mencionado no item 1.3 deste trabalho: eles formavam o bloco da Aliança Democrática, coligação política que governava o país. A partir destas informações chega-se a seguinte conclusão: o que poderia haver na Aliança Democrática, que não era o PMDB pelas razões já expostas aqui, e que teria motivado a mudança de atitude do periódico? O Partido da Frente Liberal.

3.1.1 - Profissionais *versus* amadores: uma fratura na direita catarinense e o alinhamento político de *O Estado*

Carreirão (1990, p. 93) observa que as tradicionais famílias Konder-Bornhausen e Ramos se acomodaram relativamente bem dentro da Arena, ao longo dos sucessivos governos militares. No entanto, no período do pluripartidarismo haverá um rearranjo destas forças. Em 1982, estas famílias estiveram juntas em torno dos nomes de Amin e Fontana na eleição para o governo do estado, e de Bornhausen para o Senado – e saíram vitoriosas. A partir dessas eleições, ocorrerá o que Viola (1985, p. 7) chamou de “erosão do bloco de poder oligárquico”.

Esperidião Amin, que é introduzido no campo político através da família Ramos e, posteriormente, é alçado à condição de prefeito, e tem seu nome estadualizado, pelos

Bornhausen, passa – com a sua eleição para o governo do estado – a ocupar um espaço deixado pela família Ramos, que vê seu poder declinar a partir dos anos 1970[186]. De forma que, em 1985, no âmbito político partidário de Santa Catarina, Jorge Bornhausen e Esperidião Amin podiam ser consideradas entre as figuras mais influentes da direita catarinense. No entanto, a vitória de Maluf nas prévias do PDS afastou Jorge Bornhausen do partido, provocando o surgimento da Frente Liberal. A partir daí, estas duas figuras se distanciam. Jorge Bornhausen foi um artífice da Aliança Democrática, enquanto Amin e seu partido ficaram de fora do governo federal, ocupando o papel de oposição.

A ruptura entre estas duas figuras políticas, selada com a fundação do Partido da Frente Liberal se aprofundou, e está exposta nas páginas de *O Estado*, no período analisado, na forma de provocações mútuas e desentendimentos públicos.

No dia 31 de agosto, portanto no início do período eleitoral, em nota publicada na coluna "Informação Geral", lê-se o seguinte:

A aliança que não podia dar certo

[186] Segundo Carreirão (1990, p. 95) o declínio de poder político da família Ramos está relacionado ao declínio de seu poderio econômico no município de Lages.

> Não podia mesmo dar certo a aliança firmada em Florianópolis entre o PMDB e a Frente Liberal. Não podia dar certo não apenas pelo fato de ter sido um acordo entre grupos políticos radicalmente contrários, mas também, e principalmente, porque promovido casuisticamente, com um objetivo maior: derrotar o Sr. Esperidião Amin.
> Essa espécie de casamento na polícia ontem desfeito chegou a ser interpretado como uma vitória dos profissionais sobre os amadores, aqueles liderados pelo Sr. Jorge Bornhausen, estes personificados em Amin. O Senador, como se recorda, ao romper politicamente com o Governador, teve com este uma conversa ríspida, terminando por dizer que dali para frente ele, Amin, passaria a enfrentar os políticos profissionais.
> O desfecho do episódio, no entanto, acabou por se revelar uma vitória de Pirro, tirando o PFL da máquina da Prefeitura e complicando ainda mais o meio de campo do PMDB da Capital.[187]

No conteúdo desta nota está a crença de que teria sido vantajoso para o PFL ter desfeito o acordo, afinal, como diz a nota, foi uma "vitória dos profissionais sobre os amadores". No texto, o PFL perdia ao se aliar ao PMDB apenas para derrotar Esperidião Amin. Mas, já que o acordo foi desfeito, foi um bom movimento dos pefelistas.

No início de setembro, Amin responde em matéria sobre o fim do acordo em âmbito municipal: "segundo o Governador, o Vereador Aldo Belarmino não é dono do PFL, e

[187] O Estado, 31 de agosto de 1985, p. 4.

‘cabe ao seu dono desfazer ou não qualquer acordo’, referindo-se ao Senador Jorge Bornhausen”[188] No dia 17 de setembro, Amin cobra que o Senador Bornhausen seja investigado por declarações que teria feito, insinuando que o PT teria recebido dinheiro da Alemanha Ocidental, via igrejas e sindicatos[189]. “‘a Igreja é uma instituição séria e não pode ficar sob suspeita’. Amin entende que seu envolvimento no episódio é grave é tem que ser investigado”.[190]

Em outubro, foi a vez de Bornhausen criticar o governador Amin:

> “(...) Disse que o Governador Esperidião Amin, assim como seu candidato a Prefeitura da Capital, Francisco de Assis, escondem a sigla do PDS atrás da AST por que a Aliança Social Trabalhista “só existirá a medida em que ela servir aos interesses particulares do Governador, enquanto o PDS que está morto nacionalmente, pois nem candidatos as grandes Prefeituras como a de São Paulo, possui mais”.[191]

---

[188] O Estado, 03 de setembro de 1985, p. 3.

[189] Tratava-se de recursos doados pela República Federal da Alemanha, a Alemanha Ocidental, para realização de obras em países do Terceiro Mundo. Bornhausen teria dito que o PT recebeu parte deste dinheiro. O Senador negou que tivesse dito. Alegou que foi mal interpretado.

[190] O Estado, 17 de setembro de 1985, p .3.

[191] O Estado, 01 de outubro de 1985, p. 3.

Ou ainda alguns dias depois, em que lhe é a atribuído o seguinte conteúdo:

> para o Senador, a Aliança Social Trabalhista "é a última do esperto. É um novo remédio lançado na praça, uma panacéia para tentar esconder a sigla do PDS que eles têm vergonha de assumir". (...) "esta aliança é o caminho da derrota, derrota pela falta de confiança, falta de seriedade, falta de coragem do Governador Esperidião Amin e do Senador Jaison Barreto." (...) "de quem não teve coragem de se desatrelar de Paulo Maluf, de quem não teve coragem de se apresentar como PDS e se esconde atrás de outra sigla, de quem não teve coragem de dizer publicamente que fez um acordo com o Governador Leonel Brizola".[192]

O conflito entre as duas figuras políticas é veiculado nas páginas do periódico e se expressa em ocasiões diversas, com relação a assuntos diversos. A ruptura na administração municipal entre PMDB e PFL foi um desses. A polêmica em torno da suposta acusação de Bornhausen a respeito do repasse de recursos ao PT, também serve de ensejo para veicular as posições do PFL contra o PDS de Esperidião Amin, como na citação acima.

Quando Amin acusa o governo federal por discriminar Santa Catarina, entre as respostas veiculadas no periódico para desconstruir a acusação está a voz do presidente pefelista, em

[192] O Estado, 05 de outubro de 1985, p. 3.

notícia intitulada “Bornhausen contesta Amin sobre discriminação o praticada em SC”:

> “Tudo o que foi pedido ao Governo Federal tem sido atendido e o Governo de José Sarney está tratando Santa Catarina devidamente e adequadamente como merecemos”, acrescentou o Senador, que também é o Presidente Nacional do Partido da Frente Liberal. (...) Jorge Bornhausen disse ainda que o Governo Federal não tem nenhum interesse em negar verbas ao Estado, mencionando inclusive que o Presidente Sarney tem dado dinheiro a fundo perdido: “O dinheiro que deveria ser usado na construção da terceira ponte foi desviado para eletrificação rural”, disse ele.[193]

Além de negar a suposta discriminação do governo federal com relação à Santa Catarina, o Senador acusa o governo estadual de desviar verbas federais para outros fins. A troca de acusações continua. Em 31 de outubro, há uma notícia contendo respostas de Bornhausen a acusações feitas por Amin. O governador teria acusado o PFL de comprar votos na capital. Também disse que Bornhausen votaria em Edison Andrino. Da seguinte forma respondeu o senador Bornhausen:

> (...) “o Governador Esperidião Amin está vendo fantasmas. Acho que está se esquecendo de que a máquina do Estado pertence a ele e seu partido, tanto na Capital quanto no Oeste. Além

[193] O Estado, 12 de outubro de 1985, p. 3

> do mais, nosso partido não tem dinheiro. Basta comparar o que gastou hoje, o PFL e o que gasta a AST (PDS-PDT). A denúncia do Governador, portanto, é totalmente improcedente" – afirmou.
> (...)
> "É mais uma ilação do Governador Amin. Entendo que a presença do Governador Leonel Brizola deve tê-lo deixado excitado a ponto de dizer estas coisas sem nenhum fundamento", disse. [194]

As trocas de acusações adentram o mês de novembro, quando já no dia 1º o governador responde ao comentário de Bornhausen:

> "Este tipo de ironia revela que o Senador gostaria que eu mudasse meu comportamento político. Aliás, o Senador é um grande político, tem capacidade e certamente vai poder provar esta capacidade nas urnas em 15 de setembro. Aproveito parafrasear o Senador e dizer que seu partido é excitante".
> O depoimento, tão irônico quanto às críticas feitas um dia antes pelo Senador Jorge Bornhausen, é do Governador Esperidião Amin, que insistiu no que havia declarado no último sábado, quando da visita do Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, a Florianópolis, que Jorge vai votar em Andrino. "E, o que é pior, vai votar em quem vive dizendo na televisão que o Senador é o que existe de pior em Santa Catarina" – acrescentou Amin.[195]

---

[194] O Estado, 31 de outubro de 1985, p. 3.
[195] O Estado, 1º de novembro de 1985, p. 2.

Percebe-se que a relação entre Esperidião Amin e Jorge Bornhausen não estava nada amistosa. Por fim, no dia 6 de novembro foi publicada uma notícia intitulada "'pequena' é a prioridade de Amin, diz Jorge", em que o senador catarinense mais uma vez critica seu adversário:

> (...) "a Frente Liberal não é mais um partido pequeno, pequena é a prioridade dele", fazendo menção ao Governador Esperidião Amin e à Carta aos Catarinenses.
> Defendendo a candidatura única da Frente em Florianópolis, o senador e presidente nacional do PFL, apontou que o partido só ganhou com a vinda do Ministro Aureliano Chaves e do senador Carlos Chiarelli, líder no Senado, a Florianópolis, justificando que "eles não tem nomes nacionais como Aureliano Chaves. Trouxeram de empréstimo o Governador Leonel Brizola, justamente por não ter lideranças", em mais críticas ao PDS, coligado com o PDT.[196]

A troca de provocações mencionada nas citações acima, entre o governador Amin e o senador Bornhausen evidencia que o desentendimento entre ambos estava longe de ser superado. Tornaram-se grandes adversários.

Tal ruptura não se trata apenas de um desentendimento entre duas figuras públicas. Mas representa um racha entre dois grupos políticos que há poucos anos agiam em bloco. Este

[196] O Estado, 6 e novembro de 1985, p. 2.

racha vai gerar consequências notáveis na história política regional, pois a partir do momento em que a direita catarinense se divide, ela perde preciosas eleições. 1985 é um exemplo: enquanto o PFL disputa um voto que antes estava concentrado no PDS, o PMDB sai fortalecido. Vence, além da capital, todas as demais eleições em regiões de fronteira. No ano seguinte, 1986, na eleição para o governo do estado, Pedro Ivo Campos[197] é eleito governador, pelo PMDB. A votação dos candidatos do PDS e PFL, se somadas, ficariam a uma diferença de aproximadamente 36 mil votos do candidato peemedebista, o que não é muito se considerarmos que o eleitorado desta eleição foi de 2.302.270 pessoas.

Para compreendermos a atuação do periódico *O Estado*, no período eleitoral de 1985, convém rastrear alguns fragmentos do racha da direita catarinense, que inicia com a fundação do PFL, oficializado em Santa Catarina ainda em janeiro de 1985. A partir de então, passa a haver uma migração de quadros do PDS para o partido – todos alinhados politicamente com Jorge Bornhausen. Ainda no primeiro semestre de 1985, o PFL catarinense possui 4 deputados estaduais em Santa Catarina e, em Florianópolis, 3 vereadores.

---

[197] O candidato peemedebista obteve em 1986, 886.414 votos. Vilsou Kleinubing da coligação PFL, PDC e PTB, 551. 423. Amilcar Gazaniga, do PDS, 298.702. Fonte: <www.tre-sc.jus.br> Acesso em 11 de março de 2016.

Em notícia publicada em fins de outubro, sobre a estratégia de campanha do PFL, podemos conhecer alguns dos nomes que há pouco tempo atuavam junto ao PDS e que, em 1985, acompanharam o senador Bornhausen em seu novo partido:

> No comitê central da campanha dos candidatos frentistas não há um coordenador, mas uma comissão formada basicamente por pessoas que, em 1982, faziam parte do Geap – comitê que coordenou a campanha dos candidatos do PDS na época, Esperidião Amin e Jorge Bornhausen. Estão nessa comissão, por exemplo, Raimundo Colombo, João Adalberto da Silveira, Paulo da Costa Ramos, Djalma Coutinho, Ademar Koerich, Nilson Boeing, Julio Garcia, Djalma Cardoso e Alba Schlichting.[198]

Entre os estrategistas de campanha do PFL figura a presença de Paulo da Costa Ramos, jornalista, filho do também jornalista Rubens de Arruda Ramos, que por sua vez é filho de Vidal Ramos Neto.[199] Portanto, descende de uma linhagem de membros da família Ramos. Sobre Paulo da Costa Ramos, Aguiar (1995, p. 138) afirma que:

---

[198] O Estado, 29 de outubro de 1985, p. 2.

[199] Filho (2002, p. 125) afirma que Vidal Ramos Neto é sobrinho do Coronel Vidal Ramos. É filho da irmã de Vidal, Maria Cândida Oliveira Ramos com seu primo, Henrique Ramos.

> O jornalista passara a partir de então a exercer a função de editor-chefe do JSC, quando em fevereiro de 82 fora convidado pelo governador Jorge Bornhausen para assumir a Secretaria da Comunicação Social (Secom), cargo que voltaria a exercer mais tarde no governo Amin. Paulo da Costa Ramos foi responsável pela maior presença do governo estadual e da candidatura de Amin na mídia, especialmente através de propaganda paga, veiculada nos principais meios de comunicação de Santa Catarina e do país, constituindo-se em importante peça-chave na campanha eleitoral pedessista.

O fato de Paulo da Costa Ramos, um quadro importante do PDS, estar no PFL, no âmbito de influência de Jorge Bornhausen é algo que chama atenção. Já foi mencionado neste texto que a família Ramos entra em declínio político a partir dos anos 1970, enquanto a família Konder-Bornhausen amplia seu poder. Os tempos de Arena aproximaram as oligarquias, eliminando as antigas rivalidades, e neste período de rearranjo das forças políticas em Santa Catarina, a ida de um Ramos para o PFL é um movimento que não pode passar despercebido. E Paulo não foi o único membro da família a trilhar este caminho.

Outra figura relevante que também migrou foi o ex-prefeito Cláudio Ávila. Eleito deputado estadual pelo PDS em 1982, Ávila foi nomeado prefeito de Florianópolis por Esperidião Amin e esteve à frente do executivo municipal até

optar, em janeiro de 1985, por abandonar o PDS e migrar para o PFL. Por conta desta decisão teve que abandonar a posição de prefeito e retomar sua função de deputado estadual. Seu nome não diz, mas Cláudio Ávila da Silva é da família Ramos. É filho de Renato Ramos, um quadro importante do antigo PSD[200].

Cláudio Ávila, foi chefe de gabinete da Secretaria de Justiça no governo de Colombo Salles. Em 1974, tornou se chefe do setor de estatística do BESC. Em 1975, deixa o cargo e vai para iniciativa privada, atuando como assistente comercial da Usina de Açúcar Tijucas. Em 1975 é indicado para o cargo de assessor da presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, até o término do mandato de ACKR. Formou-se em administração de empresas pela ESAG, e de 1979 até 1982 foi superintendente da Fundação de Desenvolvimento do Estado de Santa

---

[200] Em entrevista publicada por Moacir Pereira (2011, p. 56), Aderbal Ramos da Silva afirma que "o PSD depois do desaparecimento de Renato Ramos da Silva, nosso líder nato, perdeu consistência. Quem me aproximou de Esperidião Amin foi o Renato. Eles eram grandes amigos." Ainda sobre Renato, afirma Aderbal que "eu estou neste cargo do Diretório Municipal porque no tabuleiro de xadrez está faltando o Renato. Estou fazendo um sacrifício para ocupar o lugar de Renato Ramos da Silva". (PEREIRA, 2011, p. 81). Aderbal se refere ao cargo de Presidente Municipal do PDS, que ele ocupava em 1982 - quando concedeu a entrevista.

Catarina.[201]Cláudio Ávila, filho de um importante membro da oligarquia Ramos, foi outra figura da família a ir para o PFL.

No início dos anos 1980 o ex-governador Aderbal Ramos da Silva era uma pessoa bastante influente em Florianópolis. Homem de muitas riquezas, ele atuava politicamente nos bastidores. Foi um dos grandes banqueiros do sul do país, sendo diretor-presidente do Banco Paraná-Santa Catarina e da firma Carlos Hoepcke – proprietária do maior parque industrial de Florianópolis.[202]

Foi proprietário do periódico *O Estado*, mas, no entanto, quem administrava o periódico era seu genro, José Matusalém Comelli. Sobre sua experiência como jornalista, Aderbal afirma que,

> Eu não dava para aquilo, não. Escrevi várias vezes, mas vi que não era o forte. Então, resolvi ser o dono do jornal. Não é justo que eu sendo apenas o dono tenha a vaidade de colocar meu nome. Fica o meu genro, que é jornalista. O Comelli senta numa máquina e escreve o editorial. (PEREIRA, 2011, p. 61)

Aderbal embora não se candidatasse já havia bons anos, era um sujeito que participava das decisões de seu partido.

---

[201] Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/claudio-avila-da-silva> Acesso em 12 de março de 2016.

[202] Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-aderbal-ramos-da> Acesso em 12 de março de 2016.

Entre os depoimentos sobre sua pessoa contidos no livro de Moacir Pereira (2011), veremos Esperidião Amin, Jorge Bornhausen, Francisco de Assis, Paulo da Costa Ramos, Cláudio Ávila, e etc. Todos manifestam apreço por sua pessoa.

O historiador francês Jean-Noël Jeanneney (2003, p. 220), experiente nos estudos que envolvem mídia e política observa que,

> O que é preciso descrever, em suma, é a *decisão* na imprensa escrita e no rádio-televisão. A imbricação dos fios e incerteza das pistas explicam (mas não são um consolo) que os historiadores do político até o momento não se tenham preocupado muito com isso.

Esta citação nos remete a figura do Aderbal, enquanto esteve vivo ele era a decisão em *O Estado*. Embora Comelli, fosse o gestor do periódico a partir dos anos 1970, responsável por sua modernização, o proprietário era o "deba". Aderbal era um chefe político e tinha grande influência sobre os principais nomes do PDS de Florianópolis e de Santa Catarina. Aderbal apoiou o nome de Esperidião Amin, para ser a indicação do PDS para disputar o governo de Santa Catarina, em 1982. Também apoiou o nome de ACKR e de Jorge Bornhausen quando foram, respectivamente, governadores de Santa

Catarina, entre outros. A política na Arena e no PDS não acontecia sem Aderbal dar a sua opinião.[203]

No entanto, o "deba" falece em fevereiro de 1985. Num momento tumultuado para o PDS catarinense. Então, muito embora Comelli só venha a se tornar o proprietário do periódico *O Estado*, nos anos 1990, quando se divorcia de sua esposa Silvia Hoepcke – e o periódico se torna sua propriedade na partilha de bens (BUDDE, 2013, p. 52), é possível supor que sem a presença de Aderbal Ramos, Comelli tenha adquirido mais liberdade tanto para escolher seu alinhamento político, pois até então se mantinha sob o âmbito de influencia de Aderbal, quanto para usar o periódico de maneira a formar posições políticas.

Em chamada de primeira página na edição de 13 de novembro de 1985, o dirigente do periódico é eleito o "homem de comunicação" daquele ano, pela Associação Brasileira de Agências de Propaganda – Capítulo de Santa Catarina. Naquela altura, com o prestígio de ser o dirigente do maior periódico de Santa Catarina[204], José Matusalém Comelli era um sujeito importante.

---

[203] Cf. PEREIRA, 2011. p. 55-56.

[204] Em BUDDE, 2013, p. 60, a autora compara a estimativa de circulação do periódico a partir das entrevistas que realizou. A menor estimativa divulgada em seu trabalho é que ao longo dos anos 1980, eram impressos 27 mil exemplares de terça a sábado e 32 mil aos domingos.

Comelli era próximo a seu sogro, e conhecia de perto o grupo político sobre o qual Aderbal tinha influência. Na biografia sobre Aderbal, escrita por Luiz Henrique Tancredo (1998, p. 276) há uma cena curiosa que corrobora com esta ideia. O tema era a escolha do candidato do PSD para as eleições de 1965 para o governo do estado de Santa Catarina. Afirma Tancredo que,

> A movimentação nos bastidores era intensa. Até o dia em que Aderbal resolveu convocar as bancadas federal e estadual para uma reunião em sua casa. Marcaram presença nesse encontro, como observadores, Renato Ramos da Silva, então Secretário Geral do PSD, Paulo da Costa Ramos, Secretário sem Pasta e José Matusalém Comelli.

Comelli é nascido em 1938, sendo bacharel em Direito pela UFSC em 1961, além de empresário e jornalista. Itamar Aguiar (1995, p. 116-117) lista seu nome, assim como o do superintendente do jornal *O Estado*, Marcílio Medeiros Filho[205], como fundadores da Fundação Nereu Ramos.

Sobre a Fundação, Aguiar (1995, p. 114) nos explica que,

---

[205] Em 1985 Marcílio Medeiros Filho ainda era o Diretor Superintendente do periódico *O Estado*. Segundo Budde (2013, p. 122), continuou a exercer este cargo até o fim de 1987.

> Verdadeiro “bureau” formal e informal da elite, a Fundação Nereu Ramos servirá não somente aos propósitos de formulação das políticas públicas do governo nomeado de Jorge Konder Bornhausen, como também servirá essencialmente aos propósitos da candidatura de Esperidião Amin ao governo do Estado. Ou seja, transformar-se-ia em mais um órgão de assessoramento da campanha eleitoral de Amin, também servindo como pólo aglutinador de membros-chave da elite.

Por conta de seu contexto familiar, o dirigente de *O Estado* era, desde há muito, próximo das elites políticas de Santa Catarina. O que a análise da atuação do periódico *O Estado*, ao longo do período eleitoral, leva a crer é que José Matusalém Comelli, ao longo do ano de 1985, passou a gravitar na esfera de influência do senador Jorge Bornhausen, fundador e presidente nacional do PFL, acompanhando seus antigos companheiros e membros da família Ramos, como Cláudio Ávila e Paulo da Costa Ramos. Portanto, o periódico enquanto um ator relevante para se pensar as relações políticas em Santa Catarina, fez seu alinhamento ao PFL num momento de fratura da direita catarinense.

3.2 – O processo de modernização e concentração da mídia no Brasil

A importância da mídia para se refletir sobre o político foi observada ainda nos anos 1960, no campo da historiografia, pela escola denominada história política renovada. Nesta abordagem, estes pesquisadores além de trazerem o político de volta à cena, devolvendo-lhe o prestígio perdido, também são convidados a olhar o fenômeno político de um modo que possam compreendê-lo enquanto um campo de relações sociais e não apenas enquanto uma instância de poder institucional. Com esta perspectiva é possível estudar o político a partir dos partidos, eleições, discurso, guerras, biografias, opinião pública e também pela mídia. Neste caso, a construção de uma história política renovada toma a mídia como um terreno fértil e pouco explorado.

Para mensurar o grau de influência que os grupos de mídia exercem sobre os cidadãos em uma determinada sociedade, deveríamos voltar nossas atenções para a recepção da mensagem de um periódico, por exemplo. O que, no caso, seria um estudo diferente do que se propõe neste trabalho. Aqui, se examinará as linhas de um periódico impresso, o posicionamento contido em seu editorial e sua visão de sociedade. Para tal, parte-se de uma premissa geral na qual os

grupos de mídia procuram influenciar os cidadãos, mas não sabemos ao certo qual o alcance dessa influência.

O historiador Jean-Nöel Jeanneney (2003, p. 216) em seu artigo intitulado “A Mídia”, afirma que “é certo que a imprensa desempenha um papel na evolução dos comportamentos políticos – e, mais violentamente, dos votos – mas os dirigentes tendem espontaneamente a exagerar tudo isso.” O autor, aqui, sugere uma ideia que também pode ser percebida em outro pensador da história política renovada: Jean-Jacques Becker. Ao examinar a mídia e sua relação com a opinião pública, este autor afirma que “isto não resolve, é claro, o problema do papel dos jornais, de reflexo ou guia, e seria tolice ignorar que eles não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, e com muito mais frequência, de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros.” (BECKER, 2003, p. 196) Nestas breves passagens, fica claro que para ambos existe uma relação de influência entre mídia e opinião pública e, por consequência, em períodos eleitorais, e que os grupos de mídia possuem seus próprios interesses e, inclusive, podem ser porta-vozes de interesses de outros grupos presentes em uma sociedade.

Certamente que esta influência referida acima estará relacionada com o papel que estes meios assumem dentro de uma sociedade, num determinado contexto. Marialva Barbosa

(1995, p. 96), ao se referir à maneira pela qual os principais jornais do Rio de Janeiro[206], nos anos 1990, organizavam o espaço geográfico e o mapa da violência na capital do antigo Estado da Guanabara, afirma que,

> criticando as deficiências do poder público, o jornal mostra-se como o verdadeiro intermediário entre a população e a autoridade, transformando-se no lugar onde a população, imaginariamente, ganha voz e, com isso, reforçando sua imagem de poder. Por outro lado, a insistência nesses temas faz parte de uma estratégia dos jornais que, com isso, exercem efetivamente um papel político na sociedade.

Um cidadão quando vai até uma banca de jornal comprar um periódico, deseja ser informado. Ele busca conhecer algo sobre sua realidade, seu bairro, sua cidade ou país, a conjuntura política, etc. A gama de assuntos é variada assim como o interesse das pessoas que buscam os periódicos impressos. No entanto, algumas questões estarão presentes nesta relação: este hipotético cidadão parte do princípio que o que está escrito ali é verdadeiro. Os jornais se colocam enquanto veículos neutros, imparciais e objetivos. Quem os compra, acredita nisso. Há um acordo tácito que é reafirmado a todo instante, ou seja, cada vez que alguém busca saber da

[206] São eles: O Globo e o Jornal do Brasil.

realidade através de um periódico. O periódico configura-se enquanto um campo discursivo portador de legitimidade perante a sociedade para expressar-se em seu nome.

Cabe chamar atenção que estas características dos periódicos, enquanto porta-vozes do interesse comum, que relata com imparcialidade e objetividade, fazem parte de um processo histórico que, no Brasil, iniciou em meados do século XX. Lavina Ribeiro Madeira, em sua tese "A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808-1964" observa que em nosso país, a partir dos anos 1950, tem inicio um processo histórico fundamental para pensarmos a relevância da mídia nas relações políticas, da forma como se observa nos dias atuais. Afirma a autora que "na fase industrial, a imprensa exigiu mais de seus responsáveis. O proprietário único, ou simplesmente a participação familiar na direção da empresa, foi substituída pela sociedade anônima de amplos recursos financeiros" (1998, p. 295). Essa passagem remete a uma espécie de período de transição. Da pequena oficina, artesanal, do jornalista-escritor, para ao jornal-empresa, e a emergência da figura do jornalista profissional. A autora assinala ainda que entre os anos de 1946 e 1954 houve um incentivo a atividade industrial, propiciando assim que a imprensa aumentasse suas instalações internas.

Acompanhando as transformações do capitalismo em escala mundial e suas consequências no Brasil, sobretudo a partir do segundo governo de Getúlio Vargas, alcançando outro patamar no governo de Juscelino Kubitschek, em que o processo de industrialização do país se acelera, percebe-se o surgimento de uma classe média em território nacional e um mercado de bens simbólicos: e os jornais, para sobreviver, precisam ampliar suas fontes de recursos, por conta da concorrência – que aumenta e se fortalece no período. Existem transformações em curso, nos jornais, e as mesmas não ocorrem de maneira isolada: são consequências de processos históricos mais amplos, como as transformações pelais quais passavam setores da sociedade brasileira naquele momento histórico.

A autora aponta que é a partir dos anos 1960 que o processo concentracionista de propriedade da imprensa brasileira é acentuado. Contribui para isso o fato de nem todos os jornais conseguirem ampliar suas fontes de recursos e também pelo fato de o golpe civil-militar ocorrido em 1964, e a consequente implantação da ditadura, ter sido responsável pelo fechamento de diversos periódicos com teor de crítica econômica e política.

É interessante pensarmos que os jornais não sobrevivem apenas de suas vendagens. Mas sim de publicidade, que são um

elo entre a imprensa e o setor produtivo e também através de financiamentos junto ao governo e o setor privado. Estes financiamentos, bem como a publicidade, foram fundamentais para a reestruturação da imprensa, neste contexto, segundo Madeira (1998, p. 294). A concorrência desigual, proporcionada pela ampliação na captação de recursos, também contribui para o fechamento ou incorporação de diversos jornais, no período. E também, a partir dos anos 1960, boa fatia dos recursos de publicidade que eram destinados para os periódicos impressos passam a ser canalizados para a televisão. A televisão, que em 1960 absorvia 8,9% dos recursos de publicidade voltados para a promoção dos produtos de grande consumo, em 1973 passa a receber 46,6% do bolo.[207] Ou seja, há um declínio dos recursos investidos em publicidade nos grandes jornais do período, certamente outro fator que contribui para o enfraquecimento de diversos periódicos, a partir deste contexto de modernização da imprensa.

A historiadora Ana Paula Goulart (2006, p. 428), ao estudar a modernização da imprensa carioca entre os anos 1950 e 1970, afirma que "a história da modernização da imprensa carioca é, todavia, também a história do desaparecimento de parte dela". Essa citação é emblemática para se refletir sobre

[207] As porcentagens foram retiradas de Goulart, 2006, p. 431.

este processo. A autora também nos chama a atenção para o processo de concentração de propriedade na grande imprensa. Observa que no pós-guerra há um crescimento no número de periódicos, mas que nas décadas citadas acima, há um declínio.

> vários jornais tradicionais desapareceram nesse período, como o *Diário da Noite* (que chegou a ser um dos principais vespertinos do Rio de Janeiro), o *Correio da Manhã* (que durante mais de setenta anos foi um dos mais relevantes jornais do país, *O Jornal* (órgão líder dos Diários Associados), o *Diário de Notícias* (respeitado matutino da família Dantas), *A Notícia* e a *Luta Democrática* (ambos jornais populares de grande circulação), *o Diário Carioca* (do ponto de vista técnico-profissional, considerado o mais moderno dos jornais cariocas) e a *Última Hora* (a revolucionária rede de jornais de Samuel Wainer). Fechariam também *A Noite, O Radical, A manhã, Folha Carioca* e *A Nação,* assim como as revistas *O Cruzeiro, Revista da Semana, Noite Ilustrada, Carioca* e *Vamos Ler*.(GOULART, 2006, p. 429)

Além de questões conjunturais próprias, ligadas a cada uma dessas instituições, que podem ter contribuído para o declínio das mesmas, ou, por conta do que poderíamos nomear de “má administração”, a autora é enfática ao afirmar que existem questões estruturais, processos, que foram decisivos no fechamento de boa parte desses periódicos.

> O termo ‘concentração’ – como o utilizamos aqui – não se refere, portanto, apenas à falência de muitas empresas e ao fortalecimento de poucas, mas a um processo mais geral de reconfiguração do mercado de imprensa, com conseqüências profundas no campo jornalístico, em termos tanto econômicos como técnico-profissionais. (GOULART, 2006, p. 429)

Chama a atenção que no Rio de Janeiro, cidade onde a autora faz sua pesquisa, tenha nos anos 1980 apenas três grandes periódicos: *O Globo, Jornal do Brasil* e *O Dia.* E, que estes periódicos fossem responsáveis por 80% do público leitor, ou seja, possuem tiragem alta. Ao contrário dos periódicos dos anos 1950 que possuíam tiragens parecidas entre eles, e mais baixas. Goulart afirma que os jornais que circulavam no Distrito Federal, nos anos 1950, possuíam uma faixa parecida de tiragem, com algo em torno de 60 mil exemplares por dia, no caso dos matutinos.[208] Os vespertinos, uma faixa um pouco mais alta, com algo em torno de 100 mil exemplares. É claro, em ambos os casos, há pequenas variações. Outra afirmação importante, observada por Marialva Barbosa (1995, p. 89) é que “em 1963, todos os jornais diários do Rio de Janeiro imprimiam mais de um milhão e meio de exemplares. Dez anos depois, essa tiragem havia decaído para

[208] Entendo que a autora esteja se referindo aos principais periódicos do período.

quase 300 mil. Em 1983, a tiragem média dos jornais diários do Rio de Janeiro chegava a 335.776 exemplares.”

No caso do Rio, Barbosa observa que a

> supremacia de *O Globo* frente a seus concorrentes, em termos de tiragem global, é marcante. Em 1993, o *Jornal do Brasil* imprimia 196.847 exemplares aos domingos, enquanto *O Globo* possuía uma tiragem de quase três vezes superior: 510.915. De segunda a sábado permanecia a mesma diferença. Enquanto *O Globo* imprimia 534.958, o *Jornal do Brasil* editava 252.086 exemplares. (1995, p. 90)

Se compararmos o panorama dos anos 1950 e 1960 com o dos anos 1980 e 1990, percebemos que houve um aprofundamento do processo de concentração da mídia impressa. E, uma questão importante que está embutida neste processo é a variedade de posições políticas. Pois, como afirma a Goulart (2006, p. 430) nos anos 1950,

> havia jornais com posições editoriais as mais diversas. O matiz político e ideológico era um fator importante na construção da identidade dos diários e na segmentação do público leitor. Nos anos 1970, os jornais perderam essa característica. O desaparecimento do pluralismo político da imprensa diária era resultado da chegada do jornalismo informativo, baseado nas normas técnicas do modelo norte-americano e centrado nos ideais de objetividade, neutralidade e imparcialidade.

> Mas a ‘despolitização’ da imprensa foi consequência também do sistema autoritário que se impôs à nação no pós-1964.

No entanto, este processo de reestruturação da mídia impressa, ocorrida a partir dos anos 50, significou a implantação da organização empresarial. Afirma Madeira (1998, p. 298) que,

> a racionalização dos processos de produção implicou na implantação de relações de produção em que prevaleciam a divisão do trabalho e a hierarquização das funções. Este modelo prevalece até os dias atuais nas empresas jornalísticas. Consolidaram-se três setores básicos de produção: a administração, a redação, e as oficinas. Todos eles subordinados a uma diretoria geral, responsável pela organização, coordenação, planejamento e tomada de decisões das atividades globais.

As temáticas abordadas nos jornais também se diversificam. Da especialização requerida, vai surgir o jornalista profissional. Em 1943 foram criados os cursos de jornalismo em nível universitário. A autora entende que o jornalista profissional perde autonomia, apesar de ganhar status com a regulamentação da profissão. (MADEIRA, 1998, p. 300) O fazer jornalístico, agora com um estatuto científico, por conta dos cursos superiores, e uma organização empresarial, vai sofrer mudanças significativas.

A historiadora Sônia Maria de Meneses Silva (2011), demonstra como a mídia, através de operações complexas, escreve acontecimentos na cena pública e, com o passar do tempo, os inscreve na longa duração, ressignificando-os. E, também, como há um tipo de escrita da história fora do campo da ciência histórica, realizada através dos meios de comunicação. Usa como exemplo a atuação do periódico *Folha de São Paulo*, no mês que antecedeu o Golpe civil-militar ocorrido no Brasil ao ano de 1964. Para fazer esta análise, a autora percorre a trajetória do Grupo Folha, e, assim, vai ao encontro das ideias defendidas por Lavina Madeira, com relação às transformações sofridas pelos grupos de mídia em meados do século XX, no Brasil. Afirma Meneses (2011, p. 20) que,

> no entanto, vai ser sobre a administração de José Nabatino, a partir de 1945, que o jornal passa a ganhar ares de empresa; é construído um pequeno parque gráfico para sua impressão, que até essa época era conhecido como "As Folhas". A segunda fase, a partir de 1962, quando o Jornal é adquirido pelo grupo empresarial Frias-Caldeira, é marcada pela unificação dos três jornais em um único periódico: a Folha de São Paulo; a partir daí o jornal se assume definitivamente como uma empresa.

Essas transformações na estrutura organizacional dos jornais são acompanhadas por uma mudança na maneira como as notícias são escritas: o jornalista profissional, formado nas universidades, é influenciado pelo jornalismo norte-americano, abandonando assim uma tradição de jornalismo ligada ao estilo literário – que se podia observar no Brasil antes da reestruturação da mídia impressa. Há, a partir de então, uma separação entre opinião e fato. Essas universidades, por sua vez, possuem uma atmosfera positivista. Portanto, o jornalista profissional, acreditará ser possível não interpretar a notícia, mas apenas revelar a notícia objetivamente, *tal como ela ocorreu*.[209]

---

[209] Biroli e Miguel (2012, p. 37-38) ao analisarem a maneira como a revista *Veja* lida com relação ao Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma Roussef, observam uma questão importante para se pensar a relação entre mídia e público. Afirmam os autores que "sem a adesão a um conjunto de códigos compartilhado com seus leitores, porém, pode-se supor que haveria resistência a tomadas de partido tão indisfarçadas. A eficácia desses instrumentos depende da cumplicidade com o público. É de se perguntar, então, como a *Veja* foi capaz de se colocar nessa posição de garantir uma cumplicidade tão extensa entre seus preconceitos e os de seus leitores. É isso que parece permitir que a revista rompa com os cânones da objetividade e explicite seu engajamento com determinados valores de modo mais acentuado do que a média da mídia brasileira, sem, no entanto, comprometer sua posição de destaque nesse campo e a credibilidade diante do público." Os autores citam duas razões para essa cumplicidade entre a revista e seus leitores: a posição social dos jornalistas e dos leitores e a posição que a revista possui "na conformação dos valores compartilhados pelos leitores e do senso comum, em sentido mais amplo".

Meneses (2011) também analisa os manuais de redação publicados pelo Grupo Folha. São publicações que tem por objetivo orientar a produção jornalística realizada pela empresa. A partir destes manuais a autora consegue mapear algumas concepções da empresa sobre o fazer jornalístico. Além da crença na objetividade e na imparcialidade, há outro elemento significativo para compreendermos a maneira como os meios de comunicação percebem seu fazer. Ao criticar a ideia de "pluralismo", defendido nos manuais de redação do periódico, a autora nos afirma que,

> (...) a intenção de uma posição supra-ideológica que seria alcançada pelo jornal, simplesmente, pelo fato de considerar que, a partir da implantação de seus projetos editoriais, toda "ideologia política deveria ceder lugar à formulação de uma ideologia jornalística", afirma a jornalista, como se fosse possível a formulação de uma "ideologia jornalística" compreendida como um lugar acima das outras ideologias, uma espécie de campo livre das influências sociais e políticas. Princípios norteadores do pensamento do historicismo metódico; aquele que preconizava a idéia de uma verdadeira depuração do acontecimento histórico a partir da aplicação de uma rigorosa abordagem metodológica.(MENESES, 2011, p.67-68)[210]

[210] A jornalista em questão, na citação de Sônia Meneses, é Ana Estela de Sousa Pinto. Neste trecho, Meneses se refere ao texto "Projeto Folha inicia jornalismo moderno – 'Manual de Redação' é um dos elementos da renovação do jornal", escrito por Ana Estela.

Os jornalistas profissionais, a partir de meados do século XX, se aproximavam dos historiadores positivistas do século XIX. Noções como objetividade e neutralidade, no campo da história, já estão superadas. No entanto, fazem parte de um tripé que, junto à ideia pluralismo, irão legitimar o discurso dos jornais enquanto porta-voz de um interesse geral, uma vez que, como diz Meneses na citação acima, seu discurso se quer partidário de uma "ideologia jornalística", o que estaria acima de outras ideologias, estas sim, e isto fica subentendido, ligadas a eventuais interesses de grupos políticos. Embora não mencione o pluralismo, Madeira (1998, p. 320) entende que,

> (...), a reorientação dos parâmetros de organização empresarial e de construção de informação nos moldes da objetividade técnico-científica, repercutiu politicamente na legitimação de uma aparente autonomia, responsabilidade e competências científicas de representação do interesse público.

A ideia de "interesse público" é observada pela autora. E, uma das consequências desse ganho de legitimidade do discurso jornalístico seria o fato de,

> (...) paralelo a estas mudanças estruturais do fazer jornalístico, observa-se, neste mesmo período histórico, uma espécie de renascimento do jornalismo político com uma força de intervenção no cenário público comparável

> àquela do final do Império e dos primeiros governos republicanos. A tradição do discurso político na imprensa não perdeu o privilegiado espaço construído secularmente. (MADEIRA, 1998, p. 302)

Pode-se dizer, no entanto, que este discurso político, tradicionalmente elaborado pelos jornais, tenha se potencializado devido aos avanços tecnológicos experimentados nas redações e sua reestruturação interna, voltada para "sobrevivência e o crescimento". Entretanto, a mídia impressa é também um ator político. Seus interesses não estão acima dos interesses de nenhum grupo, muito embora os próprios periódicos atuem no sentido de fazer prevalecer a ideia de que a empresa jornalística representa um interesse coletivo. Nas páginas do periódico catarinense *O Estado*, a vinculação da atuação da empresa com a ideia de "interesse geral" da comunidade foi explicitamente colocada em agosto de 1985, em uma reunião de alguns membros da direção do periódico com empresários, para divulgar algumas mudanças gráficas que haviam sido executadas. A notícia intitulada "novo O Estado, no café da manhã", diz que:

> Empresários, jornalistas, publicitários e profissionais liberais se reuniram ontem pela manhã para o café da manhã no Florianópolis Palace Hotel. No desjejum, o prato principal foram as mudanças gráficas e editoriais sofridas

> por **O ESTADO** e que foram apresentadas aos convidados pelo Diretor-Superintendente da empresa, Jornalista Marcílio Medeiros Filho e, pelo Editor-Chefe Amaury Mattos.
> Enquanto Marcílio Medeiros Fº fez uma exposição sobre a filosofia de trabalho que norteia a Empresa Editora **O ESTADO**, voltada eminentemente para "os interesses da comunidade catarinense" o Editor-Chefe falou sobre as modificações em si. Para o Diretor-Superintendente, "esta renovação representa mais um passo largo que o jornal dá no sentido nos anseios da comunidade na qual está inserido" e mostra também "que se renova diariamente com o objetivo de atender ao seu tempo e à sociedade". (...)[211]

Segundo o Diretor-Superintendente do jornal e membro fundador da Fundação Nereu Ramos, Marcílio Medeiros Filho, *O Estado* estava voltado para os "interesses da comunidade catarinense". Acima dele, na hierarquia do periódico, só havia um nome: o de José Matusalém Comelli, que ocupa o cargo de Diretor-Presidente. Marcílio Medeiros era o número dois na direção do periódico. Ele, em pessoa, fazer esta afirmação diante de um grupo de empresários que potencialmente possam

---

[211] O Estado, 21 de agosto de 1985, p. 6. Ainda, segundo a notícia, estavam presentes no referido café da manhã representantes das seguintes empresas: Quadra Propaganda, a Exa, a Gran Meta, Publicentro, a MPM Propaganda, Carlos Paulo Propaganda, Publimarck, RBS-TV, TV Cultura, TV Barriga Verde, Empresa Brasileira de Notícias, Clube dos Diretores Lojistas, Federação da Agricultura do Estado, Federação de Comércio, Federação das Indústrias e Associação Comercial de Florianópolis.

investir no periódico, é bastante significativo sobre a imagem do periódico que este núcleo dirigente desejava transmitir.[212]

Em Santa Catarina, o processo de modernização dos principais periódicos está situado num período posterior, aos grandes periódicos de São Paulo e Rio de Janeiro. Se no Brasil a modernização dos impressos tenha iniciado a partir dos anos 1950, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, o jornalista Moacir Pereira, em seu livro "Imprensa & poder: a comunicação em Santa Catarina" situa o processo de modernização dos principais periódicos catarinenses na década de 1970. O autor assinala o que o "ciclo" de modernização dos jornais do Estado, inicia no interior com o lançamento do *Jornal de Santa Catarina*[213]. Afirma o autor que,

> pressionado pelo novo título que nascia em Blumenau, o jornal "O Estado" aceita o desafio e parte para o campo de luta. Dois anos depois abandona a antiga rotoplana da tradicional sede na Rua Conselheiro Mafra e aciona também uma moderna "off-set". Passa a ser redigido e editado com a colaboração de profissionais requisitados também no Rio Grande do Sul,

---

[212] Além de José Matusalém Comelli e Marcílio Medeiros Filho, ocupando respectivamente os cargos de Diretor-Presidente e Diretor-Superintendente, também eram dirigentes do periódico no ano de 1985: Edmundo Comelli, Diretor; Osmar Schlindwein, Diretor Comercial; Amaury Mattos, Editor-chefe; Luiz Fernando Arzue Bond, Editor-chefe.

[213] O Jornal de Santa Catarina é um periódico da cidade catarinense de Blumenau e foi inaugurado em 1971.

> nomes que mais tarde despontariam na grande imprensa do Rio e São Paulo. (1992, p. 76)

O *Jornal de Santa Catarina* foi inaugurado como uma empresa. Com sócios, impressora *off-set*, que permite cores no periódico e possui uma capacidade maior de impressão, organização interna, direção, redação, etc. Neste sentido, o autor sugere que o mercado, a concorrência entre os periódicos tenha motivado os demais a se modernizarem, para que não perdessem fatias do público leitor ante as inovações tecnológicas do periódico de Blumenau. Na esteira deste processo, entra o periódico *O Estado* ao se modernizar, comprando equipamentos e contratando novos profissionais. E, sobre o periódico *A Notícia*, afirma Pereira (1992, p. 78) que,

> os primeiros dias de janeiro de 1980 registram nas bancas de Santa Catarina um novo jornal em "off-set", concebido em padrões gráficos avançados, solidamente estruturado, com planos pra circular em todo o Estado e ganhar expressão na região sul. À frente do ambicioso projeto o professor Moacir Thomazi.

Na primeira metade dos anos 1980, portanto, os principais periódicos de Santa Catarina são, justamente, o *Jornal de Santa Catarina*, *O Estado* e *A Notícia.* Sendo que *O Estado* é o único a ser editado na cidade de Florianópolis. O

periódico *A Notícia*, por sua vez, era editado na cidade de Joinville. Cabe observar que em 1986 a Rede Brasil Sul (RBS) funda o *Diário Catarinense*, um periódico com redação informatizada, interligada a outras cidades catarinenses.

A partir deste quadro observa-se também em Santa Catarina um processo de concentração de propriedade na mídia impressa. Em 1992, a RBS, segundo Pereira (1992, p. 126) assume o controle do *Jornal de Santa Catarina*. Na mesma década, o periódico *O Estado*, não teria conseguido sobreviver com a concorrência do *Diário Catarinense*. O grupo RBS, que era proprietário de canais de televisão, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, e também diversas redes de rádio, possuía mais recursos pra investir em seu periódico, produzindo assim um jornal com qualidade técnica superior. O que teria ocasionado uma gradativa perda de leitores de *O Estado*, afetando suas finanças, sua capacidade de atrair publicidade, e levando o periódico que em 1985 chegou a ser responsável por mais de 80% circulação das vendas de bancas e assinaturas na cidade de Florianópolis, a falência.[214] Já o periódico de Joinville *A Notícia*, foi adquirido pelo Grupo RBS em 2006, pelo valor de 80 milhões de reais.[215] Ou seja, se em

---

[214] O percentual citado foi retirado de Vianney (1987, p. 38).

[215] Fonte: < http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/A%20RBS%20EM%20SANTA%20CATARINA.pdf> Acesso

fins dos anos 1980 havia em Santa Catarina quatro periódicos com circulação no Estado, pertencentes a diferentes proprietários, na primeira década do século XXI observamos três periódicos de maior circulação, todos pertencentes ao Grupo RBS.

Ainda na discussão sobre concentração de mídia impressa em Santa Catarina, em notícia publicada em 27 de outubro, lê-se em *O Estado* que o tradicional periódico *A Gazeta* tinha sido recém-adquirido por José Matusalém Comelli:

> O Diretor Presidente de O ESTADO, Jornalista José Matusalém Comelli, concluiu com a jornalista Maria Ina Vaz, Diretora Proprietária do jornal A Gazeta, as negociações pelas quais adquiriu este matutino, que circula nesta Capital desde 16 de agosto de 1934. José M. Comelli declarou que procurará imprimir a A Gazeta a mesma característica que tem marcado a trajetória deste jornal na imprensa catarinense, isto é, como um jornal marcadamente da Capital e da Região da Grande Florianópolis. Disse que, assim fazendo, estará sendo fiel à inspiração do fundador de A Gazeta, jornalista Jairo Callado e à tradição que Maria Ina Vaz soube manter

---

em 20 de nov. de 2014. Este link remete a texto apresentado por Carlos Golembiewski, que é doutor em comunicação e professor da Univali, no 6º Encontro da Alcar (Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia), em 2008, e o trabalho é intitulado “A RBS em Santa Catarina: ‘preferência política’ e concentração de mídias.”A informação citada encontra-se na página 8.

> durante os longos anos em que vem dirigindo o jornal. (...)

Antes da concorrência com o *Diário Catarinense*, o periódico *O Estado* viveu seu auge, tendo inclusive adquirido o *A Gazeta*. Na primeira metade dos anos 1980, *O Estado* estava consolidado como um dos grandes periódicos de Santa Catarina.

3.2.1 - Mídia impressa: vetor de socialização para uma cultura política

Analisar os editoriais de *O Estado* nos possibilita ter um entendimento a respeito da maneira como esse veículo se posicionava diante daquele momento vivido no país. Além disso, nestes textos podemos perceber a visão de mundo difundida pela respectiva empresa, que, entre seus componentes, poderemos observar, além de leituras de passado, mobilização de expectativas para os anos vindouros. Pode-se, então, perceber elementos que fazem parte de determinadas culturas políticas, através dos mesmos. Se nas páginas sobre política, utilizadas também para difundir notícias a respeito das eleições municipais, a cultura política do periódico está diluída no arranjo de vozes, nos editoriais sua

visão política será difundida sem receios de comprometer um dos pilares de sustentação do discurso jornalístico que é o pluralismo.

A respeito deste conceito, culturas políticas, o historiador francês Serge Berstein (1998, p. 350) ao citar outro historiador, Jean-François Sirinelli, afirma que se trata de "uma espécie de código ou de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas", e, em outro texto, afirma Berstein (2009, p. 32) que,

> por meio de estudos empíricos, eles constatam a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos. Existe, é claro, uma estreita relação entre esses sistemas e a cultura global de uma sociedade, seus comportamentos coletivos, suas normas e valores. A cultura política é, pois, um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera do político.

Uma cultura política nasce, numa determinada sociedade, em momentos de dificuldade, portando respostas para tais situações. E, ao longo do tempo, se torna mais

complexa, pois a cultura política é um fenômeno evolutivo – que se transforma gradualmente. E, sobre isso, afirma Berstein (2009, p. 40) que se uma cultura política se recusa a evoluir, ou seja, ao se recusar a dialogar com seu presente e incorporar soluções para novas demandas, por exemplo, tende a entrar em decadência, e marginalizar-se perante outras culturas políticas. Pois,

> assim como uma cultura política nasce em circunstâncias históricas precisas, transforma-se e evolui com o surgimento de novos problemas e com a mutação das estruturas da sociedade, ela começa a envelhecer quando suas referências, sua visão de Estado e da organização social, suas proposições e seus meios de expressão se mostram totalmente inadequadas às representações majoritárias dos membros da sociedade. (BERSTEIN, 2009, p. 40)

Uma cultura política apenas será considerada como tal se estiver inserida na longa duração. E para tal, a mesma dependerá de adesões de segmentos da sociedade. Neste sentido, certos vetores de difusão são fundamentais para que determinadas culturas políticas se fortaleçam. A mídia ocupa um papel relevante como vetor de difusão. Segundo Berstein (2009, p. 39),

> o processo de difusão de uma cultura política na sociedade permanece um problema difícil de resolver. É provável que isso se dê através dos canais numerosos e difusos da socialização política. A família, o sistema de ensino, o serviço militar, os locais de trabalho e sociabilidade, os grupos ou associações e as *mídias* vão aos poucos incutindo temáticas, modelos, argumentações, criando assim um clima cultural que prepara para aceitar como natural a recepção de uma mensagem de conteúdo político. *A força de uma cultura política está em difundir seu conteúdo por meios que sem serem claramente políticos, conduzem no entanto a uma impregnação política.* (...) É claro que essa difusão de uma cultura política, em virtude dos canais por ela empregados, é um fenômeno de longa duração que opera globalmente numa escala geracional.[216]

A partir deste conceito, desta grade analítica que são as culturas políticas, em sua formulação, podemos notar - como na citação acima - que as mídias exercem um papel relevante na difusão de valores, de visões de mundo, de componentes de determinadas culturas políticas. A mídia periódica, como nos aponta Berstein (2009), é um dos vetores de difusão de uma determinada cultura política. Esta citação dialoga com a discussão do tópico anterior, sobre a legitimidade do discurso da mídia no Brasil. Pois, como foi demonstrado acima, são grupos que se colocam enquanto neutros, objetivos, plurais,

[216] Grifos meus.

defensores de uma “ideologia jornalística”, ou seja, se afirmam enquanto “não claramente políticos”, para usar as palavras de Berstein, mas, no entanto, conduzem a uma impregnação política. Ou ainda, para o pesquisador Wlamir Silva (2006, p. 37-38),

> a imprensa periódica é, pois, um meio de criação de uma cultura política, da difusão de um ‘sistema de referências’ que alcança estratos mais amplos da sociedade, transformando a filosofia política num conjunto de conceitos compreensíveis por um contingente mais significativo da sociedade.

Porém, Berstein observa que essa difusão é um fenômeno de longa duração e opera numa escala geracional. O que sugere que a difusão não produz resultados imediatos, em termos de adesão a estes valores. Mas, cumpre uma função essencial, seja ela a de preparar um “clima cultural” para a recepção de um determinado conteúdo político.

Nesta análise, parte-se do pressuposto que em uma determinada sociedade coexistem culturas políticas distintas, que possuem visões de mundo que podem ser antagônicas entre si, mas também possam compartilhar determinados valores em comum. E, a partir da perspectiva da história política renovada, se parte, neste estudo, do princípio que um periódico é também vetor de socialização de alguma cultura política. Ao tomarmos

como exemplo os editoriais do periódico catarinense *O Estado*, ao longo das eleições municipais de 1985, isso ficará evidente.

3.3 – A "voz" do maestro: a transição democrática em *O Estado*

Nos editoriais deste periódico, nos meses que antecederam as eleições municipais marcadas para 15 de novembro de 1985, observam-se algumas frustrações e expectativas com relação ao contexto político e econômico. As frustrações ficam por conta das dificuldades econômicas que o país se encontrava, que em grande parte foram herdados do período ditatorial, como uma inflação alta, por exemplo. E, a partir das frustrações, percebe-se o surgimento de expectativas: nas linhas do periódico se observa o que não está bom, mas também é sugerido qual o caminho a seguir. No editorial do dia 11 de setembro, podemos ter contornos mais claros de como a crítica do periódico é articulada. O título do texto é "Economia Parada". Menciona o fato de o país, ao entrar no quarto trimestre do ano, dependendo das decisões econômicas que forem tomadas pelo governo, poderão ter efeitos desastrosos. E segue,

> (...) o empresariado continua possuído por uma sensação de vazio. Não se tem, nas circunstâncias atuais, um conjunto de mecanismos e estratégias que permitam ao empresariado nortear tranquilamente em direção ao futuro. Tão vasta e tão esmagadora tornou-se a presença do Estado, que o próprio mercado deixa de funcionar como "mercado" quando as empresas, órgãos públicos de segundo e terceiros escalões se retraem ou abrem trincheiras de irresponsabilidade para se protegerem contra mudanças consideradas inevitáveis.[217]

A "tão vasta e esmagadora" presença do Estado é sugerida como o grande obstáculo para que o empresariado possa "nortear" em direção ao futuro. O texto segue chamando atenção para a influência que as decisões estatais têm na economia, sempre tendo em vista o setor produtivo. E, ao seu fim, sugere que "não podemos cortar nos investimentos produtivos das empresas públicas, nem devemos penalizar o que a Nação construiu de eficiente. Devemos olhar de frente e direto para tudo quanto seja gasto sem retorno, cortando fundo o que for supérfluo". O Estado atrapalha, então, a economia, pois está grande demais. Deve-se fazer cortes, onde o gasto é "sem retorno", para que a economia seja posta em movimento.

Em outro texto, datado do dia 12 de agosto, no editorial "Carga Pesada", o periódico mais uma vez critica as

[217] O Estado, dia 11 de setembro de 1985, p. 4.

dificuldades econômicas do país e assume a postura de quem fala em nome do empresariado. “Ainda que se possa reconhecer consistência em muitos pronunciamentos e medidas de caráter prático, o empresariado continua possuído por uma série de dúvidas”. Este texto, no geral, é muito parecido com o editorial citado acima do dia 11 de setembro, com partes idênticas, inclusive.[218] Talvez para dar ênfase a algumas ideias. No entanto, depois de chamar atenção para as consequências negativas da falta de comando do governo nas questões econômicas, arremata numa linguagem mais clara que o texto anterior:

> se a receita encontrada para arrecadar mais fundos com finalidades sociais for aumentar os encargos das empresas, estaremos entrando num beco sem saída. Isso significa condenar as pequenas e médias empresas a atemorizar-se ante uma política de emprego. O aumento de encargos, na verdade, é uma forma de

[218] Curiosamente, o trecho citado, do editorial do dia 11 de setembro, também pode ser encontrado neste editorial do dia 12 de agosto. A ver: “Ainda não temos, apesar de tudo, um conjunto de mecanismos e estratégias que permitam aos empresários se nortear tranquilamente em direção ao futuro. Tão vasta e tão esmagadora tornou-se a presença do Estado, que o próprio mercado deixa de funcionar como mercado quando as empresas, órgãos públicos de segundo e terceiros escalões se retraem ou abrem trincheiras de irresponsabilidade para se protegerem contra mudanças consideradas inevitáveis”. Com uma pequena variação no início, de resto exatamente igual.

> concentrar mais ainda o capital, em lugar de horizontalizar os investimentos.[219]

A crítica é para a tributação de empresas médias e pequenas. Fica subentendido, que o empresariado deseja uma carga tributária mais "leve". No texto anterior os cortes eram para os "gastos sem retorno", que aqui estão colocados como os investimentos sociais do governo.

Já no dia 13 de agosto, no editorial "Hora de agir", mais uma vez sobre a temática das dificuldades econômicas pelas quais passava o país, a questão social foi abordada com preocupações:

> a retórica do novo Governo, ao se orientar para os mais necessitados, é simples de compreender e assimilar. Melhorar a distribuição de renda é uma velha ambição nacional. O que é preciso quantificar neste caso é o volume de recursos disponíveis. E o que é necessário, antes de mais nada, é a ação. (...) Uma reforma tributária pode ser tocada desde já para reduzir os desequilíbrios provocados pelo ICM. E não é necessário uma Constituinte para cortar na gordura do Estado. A tendência para minimizar a ineficiência pública pode deixar escondidas as baixas taxas de produtividade existentes em inúmeros setores.

Mais uma vez, o jornal, através de seu editorial, demonstra preocupação com as políticas sociais, caso elas

[219] O Estado, 12 de agosto de 1985, p. 4.

signifiquem aumento de impostos. Ou seja: não chega a dizer que as políticas sociais são interessantes, apesar de observar ser uma "velha ambição nacional" que, no entanto, só devem ser cogitadas desde que haja recursos disponíveis ou que o Estado esteja disposto a "cortar na própria carne". É o ponto de vista empresarial.

Em 19 de setembro, no editorial "Faltam definições", o periódico novamente fala em nome dos empresários: "o Brasil, felizmente, ainda não entrou no túnel da hiperinflação. Mas poderá chegar lá se o coeficiente de incertezas aumentar e os empresários continuarem se perguntando: afinal, quando começará mesmo o ano econômico?"[220] Ou ainda, no mesmo editorial, em outra passagem, criticando a presença do Estado na economia: "o alto grau de estatização a que chegou a economia brasileira abre margens de incerteza muito grandes para os negócios, na medida em que as administrações praticam um inconsciente ou inconseqüente stop-and-go".

Já no dia 20 de setembro, no editorial "Estímulo a quem trabalha", observa-se algumas críticas à política econômica do governo. Por não conseguir reduzir a inflação e por impor "grandes sacrifícios" à sociedade. E, novamente criticando o "peso" do Estado: "medidas que impliquem sacrifícios à

[220] O Estado, 19 de setembro, de 1985, p. 4.

máquina estatal encontram resistências de toda ordem, e somente são factíveis quando existe respaldo político para realizá-las". E que,

> ao punir o homem que trabalha com carga de sacrifícios, o Governo está apenas contribuindo para aumentar a economia paralela, para aumentar o número dos que procuram todos os meios de fugir ao fisco, ou simplesmente porque se sentem estimulados a trabalhar menos para não ter que alimentar o leão. É preciso cortar no lugar certo e estimular a quem trabalha.[221]

A recorrência de editoriais criticando a intervenção estatal na economia chama atenção. Mas não só em termos econômicos. Percebe-se que a questão econômica figura enquanto parte de uma visão de mundo mais ampla. Em 19 de agosto, lê-se, no editorial "Impulso firme", que "quanto mais aliviada a intromissão do Estado na vida brasileira, mais depressa reagirá a sociedade na liberdade de autodeterminar-se."[222] E que, "o governo de que se precisa e que se quer desde logo é exatamente o recuo do Executivo para o seu campo restrito de competência e a consequente expansão da fronteira democrática, pela liberdade econômica atrofiada no estatismo." E ainda, "menos ingerência governamental é também uma

[221] O Estado, 20 de setembro de 1985, p. 4.
[222] O Estado, 19 de agosto de 1985, p. 4.

forma de reduzir despesas sem produtividade e sem retorno.” A partir dessas críticas com relação a “ingerência” do Estado na economia e na vida da sociedade, o editorial diz o que espera, no porvir:

> a Nova República deve representar, desta forma, um novo estado de espírito e limpar o caminho para a normalidade democrática. (...) Quanto mais depressa nos afastarmos do padrão autoritário, mais rapidamente o Governo se sentirá seguro de que a sociedade pode ocupar o espaço de onde se retire o Estado.

Apesar de intervenção Estatal ser percebida, no texto do editorial, como herança do autoritarismo e não como um componente de uma cultura política, com raízes mais profundas na história do país, anteriores a então última ditadura, as posições defendidas em diversos editoriais de *O Estado*, nos remetem, por seus elementos, a uma ideologia liberal.

Neste sentido, a democracia desejada pelo jornal, mais precisamente a “normalidade democrática” que se espera quando o “padrão autoritário” estiver superado, é uma sociedade de mercado, em que o Estado se recolha e permita ao povo brasileiro “autodeterminar-se”. Portanto, nos editoriais de *O Estado* se depreende que Estado é o oposto de liberdade. Se o Estado está grande, além do que se deseja, logo há problemas

com a liberdade. Liberdade individual é compreendida como liberdade de iniciativa privada, de mercado. Democracia e mercado são termos que coincidem, nestes editoriais. Os editoriais defendem um Estado que seja mínimo e, assim, não interfira em questões econômicas.

Durante o mês de agosto, percebe-se certo otimismo com relação ao governo da Aliança Democrática, simbolizado na figura do presidente José Sarney. O editorial "consciência ética" observa, num tom elogioso, a atitude do presidente Sarney com relação aos casos de corrupção. "Já se vê, diretamente pela mão do Governo Federal ou por autoridades de outros escalões, a tomada de medidas para coibir abusos e punir os responsáveis por fraudes e crimes que em outras épocas permaneceriam acobertados". E percebe-se, em seu último parágrafo, certo entusiasmo com o novo governo,

> mudou o encantamento negativo que pesava sobre o antigo regime. E, nesse renascimento cívico, renasceu a esperança de um retorno da nossa vida pública a padrões dignos da consciência ética do mais simples cidadão. O presidente Sarney assumiu o compromisso de ser fiel a essa transformação e haverá de passar para a história pelo êxito que obtiver nesse mister.[223]

[223] O Estado, 05 de agosto de 1985, p. 4.

No entanto, apesar do tom elogioso deste editorial, ao longo do período analisado ocorre uma mudança sutil na maneira como o editorial pressiona o governo. Se, neste início de agosto Sarney é saudado enquanto adepto de bons valores, quando as eleições de novembro se aproximarem perceberemos o ressurgimento do nome de Tancredo Neves e de alguns de seus ideais.

No dia 05 de novembro, o editorial "Acordo indispensável" elenca algumas razões pelas quais há sinais de, naquele momento, haver uma ausência de um pacto na sociedade brasileira. Entre essas razões estão as divisões da Aliança Democrática e o fato que em 1986 o PMDB deverá se distanciar ainda mais do PFL, o perigo da hiperinflação – que não poderia ser atenuada com uma supercorreção monetária -, a questão das greves, que a cada vez que eclodem trazem com emergência a necessidade de tais pactos. Resumidamente, sugere que o governo foi perdendo a capacidade de se articular internamente para resolver essas questões. O editorial finaliza chamando atenção para a necessidade desse grande acordo, desse "pacto social", que a sociedade tem interesse que aconteça, não importa o nome que receba. No entanto, este texto inicia com a seguinte afirmativa: "a ideia do pacto social vai e vem de acordo com as circunstâncias. Veio com o Presidente Tancredo Neves e refluiu com o Presidente José

Sarney".[224] Sabe-se que o nome de Tancredo tinha uma representatividade e uma grande carga simbólica, afinal era ele o primeiro presidente civil após duas décadas sob os auspícios de uma sequência de governos militares. Inclusive, Skidmore (1988, p. 491) afirma que,

> de baixa estatura, cauteloso, de fala suave e persuasiva, conciliador, político na acepção tradicional, o presidente era visto pelos brasileiros como um novo Moisés, com a missão de conduzir o país do deserto da desesperança para uma nova Canaã. Cada brasileiro via em Tancredo a encarnação de suas aspirações. E isto lhe deu mais legitimidade do que a conferida a qualquer presidente eleito na história do país.

Chama a atenção que Sarney, que nos primeiros meses tinha algumas qualidades observadas nos editoriais seja percebido nos idos de novembro como o responsável pelo declínio do "pacto social"[225]. Em 19 de agosto, no editorial já

---

[224] O Estado, 05 de novembro de 1985, p. 4.

[225] Singer (1985, p. 86-87) sugere outro caminho para o pacto social difundido no primeiro governo da Nova República: "a propriedade privada dos meios de produção e a consequente divisão da sociedade em classes de interesses antagônicos suscitam conflitos que pacto social algum pode dirimir. Desconhecer esta realidade é procurar camufla-la ideologicamente mediante o pretendido pacto social, seria o modo mais seguro de inviabilizar este último ou esvaziá-lo de qualquer efetividade. (...) Até agora, as questões sociais no e econômicas no Brasil têm sido decididas nos círculos restritos, em que interagem a tecnocracia estatal e o capital monopolista. Abrir este círculo, para nele incluir representantes

citado “impulso firme”, o presidente Sarney é elogiado por não lançar mão de decretos-leis, e em vez disso, submeter ao congresso o que se espera que se tornem leis. Também foi elogiado seu discurso na ONU, com relação à dívida externa[226]. Parecem traços de um estadista comprometido e bem articulado.

O nome de Tancredo surge nos editoriais, no período analisado, ou seja, os meses de agosto a novembro e 1985, a partir do momento em que Sarney mexe em seu ministério. No dia 26 de agosto daquele ano, o então presidente Sarney troca o Ministro da Fazenda: sai Francisco Dornelles e entra Dilson Funaro. Skidmore (1988b) nos informa que muito embora o presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, não tivesse assumido a presidência da República por conta de problemas de saúde, Tancredo havia selecionado os nomes para os ministérios. Sarney iniciou seu governo com o ministério escolhido por Tancredo. De forma que Francisco Dornelles, que em agosto era o Ministro da Fazenda, havia sido escolhido por seu tio, Tancredo Neves. Dornelles, segundo Skidmore (1988b, p. 497) “era um experiente tecnocrata que se destacara como chefe da secretaria da Receita Federal e

---

do povo trabalhador, seria um passo significativo numa redemocratização do país, que não se limite aos aspectos político-jurídicos, mas se estenda ao conjunto da vida social.”

[226] No editorial “Obra de soberania”, de 26 de setembro de 1985, p. 4.

também por suas ideias econômicas profundamente ortodoxas". No entanto, ao longo dos primeiros meses de governo, houve um conflito entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, cujo ministro era João Sayad, que segundo Skidmore (1988b, p. 497), defendia ideias keynesianas, que "diferiam profundamente da ortodoxia de Dornelles".

No dia 28 de agosto, dois dias após a troca de ministros, no editorial "atos de coragem" as diferenças de pensamento entre os ministros da Fazenda e do Planejamento estão evidentes: "a sociedade assistiu, em meio a tudo isto, a um conflito de teses, doutrinas e teorias entre diferentes ministérios. A questão tornou-se mais explícita nas áreas da Fazenda e do Planejamento." O editorial concorda que deve haver um "comando único" da economia, e que dois ministros de áreas estratégias do governo defendendo caminhos divergentes não seria positivo para que se superasse a inflação. E então, surge o nome de Tancredo:

> se o presidente José Sarney souber pregar a doutrina de que o investimento se faz com a poupança, de que devemos economizar os recursos internos e procurar ajuda externa, se montar sua administração sobre patamares de moralidade, então terá para si um lugar de destaque, à altura, talvez, das plataformas

> herdadas do enorme vulto histórico de Tancredo Neves.[227]

O recado é claro: segurar nos gastos e respeitar os acordos estabelecidos com o FMI, pois senão não haverá a tão prezada ajuda externa. E, como que para dar um respaldo a essas reivindicações, o nome de Tancredo. Justamente no momento em que Sarney demite o ministro escolhido pelo ex-governador de Minas. Mais que o nome do político mineiro, reportar-se em Tancredo mobiliza um conjunto de expectativas depositadas para a Nova República. E, curiosamente, quando há a troca de ministros, os periódicos passam a citá-lo. Se Sarney quer ter um lugar de destaque, que carregue as bandeiras de Tancredo[228]. O governo Sarney, segundo Skidmore (1988b, p. 499),

---

[227] O Estado, 28 de agosto de 1985, p. 4.

[228] Fortes (2005, p. 8) afirma que, "Em novembro de 1984, o economista Francisco Lopes apresentara a Tancredo Neves suas ideias a respeito de um caminho heterodoxo para conter a inflação. As ideias de Lopes influenciariam o Plano Austral, a ser adotado na Argentina, mas não entusiasmaram o político mineiro. No processo de escolha do presidente do Banco Central, o presidente eleito Tancredo Neves descartava os nomes que aparecessem na imprensa defendendo ideias heterodoxas.
A ideia de um choque heterodoxo fora aprovada por Sarney em abril de 1985, quando, com a morte de Tancredo Neves, assumiu permanentemente a presidência. Mas foi em agosto de 1985, com a saída de Francisco Dornelles – inimigo das ideias heterodoxas – do ministério da Fazenda e sua substituição por Dilson Funaro (que, já na posse, afirmou a disposição de fazer o choque), que Sarney ordenou a João Sayad (ministro do Planejamento) que se iniciasse o planejamento

> herdou um déficit do setor público ainda pior do que o esperado. Para combatê-lo, o ministro Dornelles ordenou um corte de 10 por cento nos gastos públicos, suspensão por dois meses dos empréstimos dos bancos governamentais e congelamento por um ano de todas as contratações de pessoal para o setor público. (...) As medidas de austeridade também preocuparam o ministro do planejamento Sayad, cujo receio era que elas causassem desaceleração econômica ou até recessão.

As atitudes de Dornelles vão ao encontro do caminho sugerido pelos editoriais analisados. Porém, o que se percebe ao longo desses meses é que mesmo com essas medidas econômicas sendo adotadas já no início do governo Sarney, os editoriais continuavam insistindo em mais corte de gastos e numa diminuição do Estado, para que houvesse mais mercado. Permaneciam insatisfeitos, pois, afinal, os problemas continuavam a existir. A visão de Dornelles não era hegemônica dentro do governo e a presença de Sayad, no Planejamento, nos dá uma dimensão disso. Mas, a solução contida nos editoriais seria aprofundar as medidas já implementadas pelo Ministro da Fazenda. Assim, quando acontece a troca de ministros, parece ter havido certo

---

de um plano econômico a ser adotado pelo governo. Formou-se, então, um grupo de economistas para discutir as medidas a serem adotadas, baseadas em ideias heterodoxas que alguns deles vinham estudando e defendendo há anos."

descompasso entre o que os editoriais defendiam como o caminho natural a seguir, e o pensamento do novo ministro, que agora sim, ao que tudo indica, compartilhava afinidades com a visão sobre economia de João Sayad. "Sarney conseguira afirmar-se e mostrara estar preparado para eliminar as contradições políticas deixadas por Tancredo, como no caso da disputa Dornelles-Sayad." (SKIDMORE, 1988b, p. 512). Sarney nomeia Dilson Funaro, "industrial de São Paulo que era presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (...) Funaro era um keynesiano orientado para o desenvolvimento de ideias próximas às de Sayad." (SKIDMORE, 1988b, 534).

Em 30 de agosto, a atitude de Sarney é endossada pelo editorial. Não necessariamente os nomes que foram trocados, mas sua prerrogativa de trocar o ministro: "o regime presidencialista confere ao governante toda a liberdade de compor e recompor o ministério na medida de suas necessidades, mas lhe impõe responsabilidades".[229] Mas, sem deixar de mencionar seu predecessor,

> quando assumiu em caráter efetivo o Governo, após o falecimento do presidente Tancredo Neves, o Presidente José Sarney foi liberado pelos Ministros de todos os compromissos que

[229] O Estado, 30 de agosto de 1985, p. 4.

> com eles assumiu o Presidente falecido. O novo Chefe do Governo manteve a equipe e reiterou a fidelidade aos princípios de Governo estabelecidos por Tancredo Neves, deixando claro que a Nova República se exprimia por um programa e um compromisso, e não por nomes. Mantido o Ministério, este tornou-se co-responsável pelas decisões do Governo.

Sarney pode mudar seu ministério, isso não é um problema para o editorial. Mas é importante rememorar os compromissos da Nova República. Em seguida observamos os seguintes dizeres,

> é preciso que a Nova República não se deixe enganar pela aparência de que compete ao Governo fazer tudo ao mesmo tempo. Mais importante do que fazer ele próprio é o Governo facilitar que a sociedade possa encarregar-se de maior parcela de iniciativas. Em vez de ceder à tentação de promover grandes demonstrações, andará melhor o Governo se se aplicar com zelo e firmeza à rotina da administração pública. Pois Governo é continuidade e obrigação, e não os fugazes impactos de projetos teatrais – como deixou suficientemente demonstrado o autoritarismo.

O editorial observa quais seriam os limites do Governo. É quase uma advertência. Existem os compromissos da Nova República, aqueles assumidos por Tancredo Neves, e há também, segundo a visão política do editorial, um determinado papel que cabe ao Governo.

No dia seguinte, dia 31 de agosto, já se menciona no editorial o medo de uma hiperinflação. Mais uma vez, o editorial de *O Estado*, posiciona-se em nome da classe empresarial, de seus reveses, menciona-se uma "situação angustiante" que encaminhava o país para um "caos econômico". O tom é sombrio. "O mês de agosto apresenta, entretanto, uma alarmante novidade e que consiste, nada mais, nada menos, em saber-se se chegamos ou não à hiperinflação".

Em novembro, como já foi mencionado, o nome de Tancredo aparece nos editoriais com mais força. Nos dias 03, 04 e 05, seguidamente. Sempre passagens curtas, referenciando alguma ideia defendida pelo político mineiro, ou para evocar os compromissos da Nova República. Ao dia 03 de novembro, uma breve referência, ao tratar da postura de Sarney com relação ao excesso de gastos do Estado. Segue:

> o presidente José Sarney tem sido explícito a este respeito, ao condenar o festival de gastos inúteis. Ele poderá estar restaurando a credibilidade política – o mais importante ativo que lhe terá legado a enorme figura pública de Tancredo Neves – se for implacável na cobrança. Ou não deixe, porém, no arquivo das boas intenções o corte nos gastos estatais.[230]

[230] O Estado, 03 de novembro de 1985, p. 4.

A “enorme figura pública de Tancredo” tem algo de muito valioso: queria cortar os gastos do Estado. Tancredo é tomado como o grande exemplo de figura pública, por sua postura e pelo seu compromisso no combate a inflação.

No dia seguinte, 04 de novembro, o nome de Tancredo é citado novamente, agora no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, cujo projeto, Sarney encaminhara ao Congresso[231]. No entanto, na proposta de Sarney a Assembleia era congressual, e não exclusiva como muitos defendiam. O editorial apoia a iniciativa do Presidente e justifica da seguinte maneira, ao final do texto:

> A fórmula encontrada pelo Governo vem a ser, portanto, a mais razoável, a mais sensata e a mais prática, para dar consequência ao compromisso da Nova República assumido pelo Presidente Tancredo Neves. É bom lembrar que Tancredo jamais se comprometeu com a convocação da Constituinte exclusiva. Em todas as oportunidades em que se manifestou sobre o assunto referiu-se à necessidade de se dotar o país de um novo texto

[231] Entre os atores políticos que manifestaram sua opinião ao longo do período eleitoral, sobre a Constituinte, ao menos nas páginas do periódico, o único que foi explicitamente favorável a Constituinte Congressual foi Jorge Bornhausen. Na edição de 22 de outubro, em notícia intitulada “Bornhausen afirma que exclusiva é uma utopia”, o senador argumenta a favor de sua posição. Amin e Andrino, quando se manifestaram, foram a favor da Constituinte Exclusiva. Este debate tem início já na primeira semana outubro.

> constitucional, sim, mas através de um Congresso com poderes constituintes.[232]

E ainda, no dia 05 de novembro, com o comentário já citado sobre o "pacto social", que teria "refluído" com Sarney. E, por último, o editorial "exercício de humildade publicado em 10 de novembro. Neste texto, foi salientada a questão das "lideranças naturais", e segundo ele, para a reconstrução democrática era fundamental a presença de grandes lideranças. Mas, havia certa aridez na "paisagem humana". Então o texto rememora alguns ditos grandes nomes da política nacional, como Tancredo, Capanema e Milton Campos. Os nomes da política atual, ainda não foram capazes de substituir as grandes lideranças, embora existam políticos promissores. O texto finaliza da seguinte maneira:

> Enquanto não ocorre o surgimento de novos líderes de expressão nacional, em quantidade suficiente e com a qualidade de um Tancredo Neves, de um Milton Campos, de um Nereu Ramos, entre outros, deve a atual representação praticar um exercício de humildade e procurar nestes e em outros exemplos a melhor orientação para a recomposição democrática do País, e para a superação da crise nacional.[233]

---

[232] O Estado, 04 de novembro de 1985, p. 4.
[233] O Estado, 10 de novembro de 1985, p. 4.

Percebe-se, que no período analisado, os editoriais de *O Estado* mostram-se, de maneira contundente, enquanto defensores de um Estado mínimo. Outras questões como as divisões político-partidárias existentes, estão minimizadas em *O Estado* e percebidas enquanto "coisas" da democracia. *O Estado* defendia o voto distrital, a Constituinte congressual, uma política econômica de austeridade, corte de gastos e mais espaço para a iniciativa privada. Entendia em relação à dívida com o FMI, que devia haver negociação para que pudesse pagá-la. Não desejava que fosse pedida uma moratória, pois isso não seria positivo para a imagem internacional do país.

Mendonça (2005, p. 178) expõe alguns dos compromissos assumidos pela chapa Tancredo e Sarney, ainda no período de campanha, no documento "Compromisso com a Nação". Afirma o autor que,

> O Manifesto, sempre em tom conclamador, elencava as urgentes necessidades que os brasileiros reclamavam na época: organização institucional, nova Constituição, direitos de cidadania, direitos humanos, combate à pobreza, reestabelecimento de eleições diretas, livres e com sufrágio universal para todos os níveis de poder, reestabelecimento das prerrogativas e da independência dos Poderes Legislativos, Judiciário, combate à inflação, reforma tributária, medidas contra a fome, e o desemprego, apoio à livre iniciativa, educação

> para todos, proteção ao meio ambiente, dentre outras constantes no documento.

A candidatura de Tancredo tinha muitos compromissos. Inclusive uma preocupação com a questão social. No entanto, nos editoriais, seu nome é relembrado mais para evocar as bandeiras clássicas do liberalismo, que pra elevar as questões sociais à condição de prioridade do governo.

O nome de Tancredo vai ganhando destaque, sendo mobilizado para marcar certas posições contidas nos editoriais. Tancredo é heroicizado nos editoriais, poucos meses após seu falecimento. E passa a existir enquanto uma "sombra" para a figura do Presidente Sarney, sobretudo após a troca no Ministério da Fazenda. No entanto, toda vez que o periódico evoca seu nome, está fazendo menção não tanto ao homem, mas a um projeto político que sinalizava, sobretudo com a redução de gastos públicos. Junto com seu nome, o periódico insere um conteúdo específico concernente à sua cultura política. Nos editoriais, Sarney é visto como uma liderança respeitável sobre a qual se depositam grandes expectativas, embora paire a seu redor à "sombra" de Tancredo Neves.

René Remond (1997, p. 28) afirma que "no século XX, o combate liberal passará facilmente da luta contra o Antigo Regime para a luta contra os regimes totalitários, contra as

ditaduras, mas também contra a autoridade popular.” No ideário liberal, há uma preocupação constante por frear o poder. Seja através do equilíbrio entre os poderes ou tirando ao máximo o poder do Estado ou, “outro modo ainda de restringir o poder é limitar seu campo de atividade e, assim, fica explicada a doutrina da não-intervenção em matéria econômica e social.” (RÉMOND, 1997, p. 29) Ainda sobre a não intervenção do Estado na economia Miguel (2002, p. 173) afirma que,

> A separação entre política e economia sob o capitalismo, por exemplo, retira do escrutínio público as decisões sobre o investimento produtivo – que, no entanto, têm um impacto mais significativo na vida cotidiana do que a maior parte das medidas governamentais. Também permite que a propriedade privada se coloque como uma barreira às reivindicações de democracia e participação, que assim ficam excluídas de dentro das empresas. Em suma, trata-se de uma demarcação que contribuí para a manutenção da ordem capitalista.

Os editoriais defendiam um estado mínimo e uma democracia como oposição ao autoritarismo[234], com a necessidade de lideranças expressivas. Reforçavam a necessidade de instituições liberais fortes, tais como o

[234] Autoritarismo, para o editorial do periódico, é uma referência à última ditadura militar.

legislativo e eleições. A questão do voto é central, toda a mudança só pode advir das eleições. Não se menciona nenhum outro tipo de participação a não ser aquela que repousa no ato de votar em eleições regulares. Na ideia de democracia que se pode inferir nos editoriais de *O Estado,* o protagonismo é dado para a representação. Esse conjunto de posições, políticas e econômicas, nos remetem ao liberalismo clássico, ao qual se refere o historiador Réne Rémond nas citações anteriores. Há componentes do liberalismo sendo defendidos nos editoriais, ao longo de todo o período analisado. O que leva a deduzir que estes periódicos são portadores de determinados valores, de uma visão de mundo própria, que é difundida dia após dia, através de suas páginas. O que pode ser um problema para a democracia se for levado em consideração o que afirma Miguel (2002, p. 163):

> A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são *representantes* das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de

> comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia.

Refletindo a partir dos primeiros tópicos deste capítulo, desde a discussão sobre a profissionalização da imprensa no Brasil e a análise de fontes realizada acima, cabe salientar que os aspectos que dão legitimidade ao discurso jornalístico não coincidem com a prática jornalística. Que os meios de comunicação estão presentes na arena discursiva representando o interesse de grupos específicos, e não o interesse geral. E, se a mídia impressa, que vive um processo de concentracionismo de propriedade, desde meados dos anos 1950, por sua vez acentuado a partir do período ditatorial – e assim tende a estar sob o domínio de poucos grupos - eliminando, através da concorrência, uma variedade de outros periódicos, temos uma situação em que terá força na cena pública apenas o ponto de vista desses grandes grupos proprietários dos periódicos sobreviventes. E, dentro de um sistema democrático, haverá vozes que estarão sub-representadas na esfera pública como as daquelas culturas políticas dissonantes da visão desses grupos proprietários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em obra já citada nesta dissertação, o jornalista Moacir Pereira (1992, p. 81) afirma que "na história da imprensa catarinense, o ano de 1982 fica marcado como o último em que os meios de comunicação tiveram engajamento político". Isso significa que o autor reproduz a ideia segundo a qual, com o surgimento do jornalismo profissional, que ele situa em Santa Catarina na década de 1980, prevalece a neutralidade dos meios de comunicação diante dos fatos.

Pereira (1992, p. 80) afirma ainda que,

> entre os fatores que agiram para a condenação do amadorismo podem ser apontados: sucesso em projetos conduzidos por profissionais até hoje respeitados (...), a criação do curso de jornalismo na UFSC, o movimento de oposição sindical, a eliminação da vinculação político partidária ostensiva nos meios, o processo de abertura política e a redemocratização do Brasil, a nova concepção empresarial do setor, a presença da Rede Brasil Sul, o aperfeiçoamento dos profissionais e o aumento da concorrência entre os diversos veículos.

O engajamento político dos periódicos impressos seria então coisa de um tempo passado, quando estes meios eram ainda amadores. A neutralidade da imprensa é uma premissa que permite ao autor, fazer uma predição genérica e apontar o

engajamento político da imprensa e da mídia como algo superado pelo profissionalismo. É como se houvesse aberto, na década de 1980 e nos anos iniciais da chamada Nova República, um outro tempo, no qual novos políticos e meios de comunicação organizados na forma de modernas empresas de mídia apontassem para um futuro de isenção absoluta e sustentação à democracia representativa .

Contudo, a investigação historiográfica que resultou neste trabalho dá mostras de que o jornalista estava equivocado ou, no mínimo, confundiu demasiadamente suas próprias convicções com o efetivo processo social em andamento. Na eleição ocorrida na cidade de Florianópolis no ano de 1985, o periódico *O Estado* engajou-se francamente, procurando intervir tanto no arranjo de forças políticas quanto na narrativa apresentada a seus leitores e leitoras. Porém, pode-se concluir que este engajamento está para além do "fazer campanha" para um determinado candidato ou partido, como em 1982. Foi mais complexo.

Nos dois primeiros capítulos, após retomar uma discussão sobre a relevância que as eleições adquirem ao longo do processo de abertura política, sobre as movimentações na política catarinense com a dissidência ocorrida no PDS e a volta das eleições diretas nas capitais, procurou-se mapear, nas páginas do jornal, as campanhas realizadas em Florianópolis

naquele pleito. Neste mapeamento, pode-se perceber que nas páginas do periódico, houve um cuidado para desvincular a figura de Ênio Branco do passado recente da história do país. Por meio de silenciamentos, o periódico procurou blindar a candidatura de Ênio Branco, do PFL, de um questionamento possível e comprometedor, naquele contexto: a evidente vinculação com altos quadros a Arena/PDS. Também foi operacionalizada uma narrativa que dava nítidos contornos de democrata a uma candidatura profundamente envolvida com um grupo político que apoiou o golpe de 1964 e deu sustentação, em Santa Catarina, para os governos militares, mas, que naqueles tempos de 1985, procurava se desvincular deste passado incômodo.

O PFL foi o único partido que pôde divulgar seu programa na íntegra, nas páginas do periódico. Para compreender um pouco a respeito do pensamento político dos demais partidos, sobretudo com relação ao conteúdo voltado para os problemas da cidade, foi necessário um rastreamento, edição após edição, de fragmentos de falas, nas visitas aos bairros, ao longo de uma série de publicações diárias ao longo três meses e meio. No entanto, pelo fato de o PFL ser um partido recém-criado, ainda em processo de organização em Santa Catarina e, portanto, com poucas chances de se debater contra as candidaturas pedessista e peemedebista, o periódico

incorpora a tática pefelista de desconstrução da candidatura do PDS. Em suma: o PFL sabia, e isso foi se tornando claro com as pesquisas de opinião, que não tinha chances de vencer a eleição de 1985. Para as pretensões do partido, que disputava o eleitorado do PDS, era fundamental que em caso de não poder vencer a eleição, que ao menos o partido do governador Esperidião Amin fosse derrotado, neste sentido a deterioração na relação entre Amin e Bornhausen é ilustrativa. Esse movimento ganha contornos mais nítidos quando a candidatura do PMDB, a única que se mostrava em condições de derrotar o PDS, passa a se alinhar com a Aliança Democrática, e então, como foi exposto no terceiro capítulo, o periódico atua de maneira a formar posições que constrangem tanto o governador de Santa Catarina, quanto seu partido e aliança.

Procurou-se, no terceiro capítulo, além de expor as posições que o periódico formou e trazer alguns contornos da divisão ocorrida na direita catarinense, analisar os editoriais de *O Estado*, no período eleitoral. Sabe-se que nos editoriais há a posição do jornal com relação a uma variedade de temas. Então, foi possível conhecer, de forma mais explícita, alguns valores presentes na visão de mundo do núcleo dirigente da empresa. A partir de então, ficou evidente que os cuidados tomados com a candidatura pefelista e a incorporação da tática do partido em suas páginas, estavam situados no âmbito da

cultura política compartilhada por este núcleo dirigente do periódico, que se via representado pelo conteúdo político defendido pelo PFL.

Cabe, então, ao findar este trabalho, apontar que a intervenção da imprensa empresarial e dos grandes grupos de mídia, não é uma questão do passado, seja em Santa Catarina ou no Brasil. É, sim, uma questão do tempo presente, que guarda traços nítidos de trajetórias sociais próprias a um passado mais ou menos remoto, no qual o predomínio de forças oligárquicas foi marcante, mas transformou-se e seguiu sendo um dos elementos estruturadores do campo político brasileiro após a última redemocratização.

FONTES

Impressas

Foram analisados exemplares do periódico catarinense *O Estado*, do dia 1º de agosto ao dia 20 de novembro de 1985. Todos os exemplares analisados, do referido periódico, estão disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Digitais

https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb - Dicionário Histórico Biográfico

www.tre-sc.jus.br - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

http://www.tre-rs.jus.br - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

http://www4.planalto.gov.br/legislacao - Portal de legislação do Governo Federal

http://www.censo2010.ibge.gov.br - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

http://www.cmf.sc.gov.br/legislaturas - Câmara Municipal de Florianópolis

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral:** Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. 189 p.

BARBOSA, Marialva. Senhores da memória. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,** São Paulo, v. 18, n. 2, jul/dez de 1995. p. 84 – 101. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1259/1212 Acesso em: 14 de março de 2014.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2003. p. 185-211.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. p. 219-229.

BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! **Lua Nova: Revista de Cultura Política.** São Paulo, v. 3, n. 1, junho de 1986.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000200006> Acesso em 29 de janeiro de 2016.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília, et al (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2009. p. 29-46.

_____. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma historia cultural.** Lisboa: ed. Estampa, 1998. p. 349-363.

BERTANI, Karine. A política entra no ar: evolução e características do horário gratuito de propaganda eleitoral. **Ciências Sociais em Perspectiva.** Cascavel. v. 5, n. 8, 1º sem. de 2006. p. 103-115.
Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/rev_artigos08.htm> Acesso em: 8 de janeiro de 2016.

BERTONCELO, Edison. **A Campanha das Diretas e a democratização.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007. 220 p.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública.** Campinas, v. 18, n. 1, junho de 2012. p. 22-43.

BUDDE, Leani. **Jornadas impressas:** *O Estado* e Florianópolis – 1985 a 2009. Florianópolis, 2013. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. 294 p.

CANCELLIER, Luis Carlos. **A estratégia de marketing de um senador:** depoimentos e comentários sobre a campanha de Nelson Wedekin (PMDB-SC). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987. 208 p.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistema partidário em Florianópolis: 1982-2004. **Revista de Ciências Humanas.** Florianópolis. n. 40, out. de 2006. p. 385-401. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17660> Acesso em: 5 de abril de 2013.

_____, Yan de Souza. As eleições para prefeito em Florianópolis: contribuição para uma história eleitoral. **Perspectivas**. São Paulo. v. 35, jan./jun. de 2009. p. 35-62. Disponível em: < http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2287> Acesso em: 3 de abril de 2013.

_____, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979).** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 152 p.

DE PAULA, Paulo Winícius Teixeira. **A trajetória do PCB entre a anistia e a legalidade através do jornal *A Voz da Unidade* (1980-1985).** Goiânia, 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História. 198 p.

DOSSE, François. **A História em Migalhas:** dos Annales à Nova História. São Paulo: Edusc, 2003. 394 p.

_____. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun de 2012. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014> Acesso em: 29 de jan de 2014.

DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista. (1947-1953). **Cadernos AEL.** Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004. p. 83-125.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro, editora FGV, 2003. 464 p.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, Flávia (Org.) ... (et. al.). **Tempo presente & usos do passado.** Rio de Janeiro: ed. FGV, 2012. p. 67-100.

_____, Carlos. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos
Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

FILHO, Celso Ramos. **Coxilha Rica:** Genealogia da Família Ramos. Florianópolis: Ed. Insular, 2002. 416 p.

FONTANA, Remy. Governo Amin - Um voto de desconfiança (“A opção pelos pequenos” como meio de realizar a política dos grandes). **Revista de Ciências Humanas.** Florianópolis, v. 2, n. 3, 1982. p. 16-51)
Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23573> Acesso em 29 de jan. de 2016.

FORTES, Rafael. A imprensa e a transição para a democracia: uma análise do início da 'Nova República'. In: **Terceiro Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, 2005, Novo Hamburgo. CD-Rom, 2005.
Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1/A%20imprensa%20e%20a%20transicao%20para%20a%20democracia.doc> Acesso em: 20 de março de 2016.

GOULART, Ana Paula. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia M. B.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. B. (Orgs). **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: ed. DP&A, 2006. p. 426-435.

LAMOUNIER, Bolivar. O "Brasil autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, p. 83-134.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983. 384 p.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A Mídia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2ª ed. Rio de Janeiro, ed. FGV, 2003. p. 213-230.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2006. p. 111-153.

MADEIRA, Lavina Ribeiro. **A institucionalização do jornalismo no Brasil:** 1808-1964. Campinas, 1998. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. p. 369.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970).** Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em História. 182 p.

MENDONÇA, Daniel de. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários Veja e Isto É. **Revista Alceu.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jan./jun. de 2005. p. 164-185.

MENESES, Sônia. **A operação midiográfica:** A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Niterói, 2011. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História. p. 319.

MIGUEL, Luis Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 39, p. 190-199. 2000.

_____, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura Política.** São Paulo, n. 55/56, 2002. p. 155-184.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. A economia de Florianópolis e as possíveis intervenções de sua prefeitura

municipal. **Textos de economia.** Florianópolis, v. 2, n. 1, 1987. p. 114-118.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente. **Comunicação & Política.** Rio de Janeiro, v. 24, 2006. p. 45-70.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia:** História oral de vida política. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1998. 398 p.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil:** do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2012. 167 p.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. **História: novos problemas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: ed. Francisco Alves, 1979. p.179-193.

_____, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: NORA, Pierre, et al.(Orgs). **A Nova História.** Lisboa: Edições 70, 1984. p. 45-56.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & Poder:** a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis: FCC edições, 1992. 176 p.

_____, Moacir. **Aderbal Ramos da Silva.** Florianópolis: Ed. Insular, 2011. 160 p.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171 – 186, jan/jun de 2010. Disponível em:
<
http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2914/1835> Acesso em:
10 de ago. de 2014.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014. 191 p.

RÉMOND, René. Por uma história presente. In: _____ (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 13-36.

_____. As eleições. In: _____ (Org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 37-52.

_____. **O século XIX:** 1815-1914. 7ª ed. São Paulo: Cultrix, 1997. 207 p.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: _____;
REIS, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014. 267 p.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (Org.). **Questões para a história do presente.** Bauru: ed. EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201 – 216, jan/jul de 2009. Disponível em:
<
http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608>
Acesso em: 28 de fev de 2014.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1822). In: NEVES, Lúcia M. B.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. B. (Orgs). **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: ed. DP&A, 2006. 448 p.

SINGER, Paul. Pacto social: um processo permanente de negociação. **Lua Nova: Revista de Cultura Política.** São Paulo, v. 2, n. 1, junho de 1985. p. 85-87.

SKIDMORE, Thomas. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1988, p. 27-81.

_____, **Brasil:** de Castelo a Tancredo. 1964-1985. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1988b. 608 p.

STEPAN, Alfred. Introdução. In: _____ (Org). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1988, p. 9-24.

TANCREDO, Luiz Henrique. **Doutor Deba:** Poder e Generosidade. Florianópolis: Ed. Insular, 1998. 428 p.

VIANNEY, João. **Virada eletrônica:** o marketing político na TV. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987. 180 p.

VIOLA, Eduardo. **As eleições de 1985 e a dinâmica do sistema partidário em Santa Catarina**. UFSC, 1985. 26 p. (mimeo).